

Gizela Leitzke Gotuzzo

**O papel das Organizações de Economia Solidária na promoção
da sustentabilidade dos Agricultores Familiares
Agroecológicos da região de Pelotas.**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

Área de concentração: Desenvolvimento, Território e Inovação Social

Orientador: Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes

Pelotas

Universidade Católica de Pelotas

2009

GOTUZZO, Gizela Leitzke

O papel das Organizações de Economia Solidária na promoção da sustentabilidade dos Agricultores Familiares Agroecológicos da região de Pelotas.

205 p.

Trabalho de Mestrado – Universidade Católica de Pelotas. Mestrado em Política Social.

1. Agricultura familiar - 2. Agricultores agroecológicos - 3. Organizações de economia solidária. I. Título.



Mestrado em Política Social

Programa de Pós-Graduação em Política Social

Dissertação intitulada “O papel das Organizações de Economia Solidária na promoção da sustentabilidade dos Agricultores Familiares Agroecológicos da região de Pelotas”, de autoria da mestranda Gizela Leitzke Gotuzzo, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Antonio Carlos Martins da Cruz – UCPEL

Prof. Dr. Antonio Jorge Amaral BEZERRA – UFPEL

Prof. Dr. Lucio André de Oliveira Fernandes – UCPel

Prof.^a Dr.^a Vini Rabassa da Silva – UCPel
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social

Pelotas, dezembro de 2009

Rua Felix da Cunha, 412 – Pelotas, RS, 96010-000 – Brasil - Fone: + 55 (053) 2128 – 8291

AGRADECIMENTOS

Nunca estive só, é verdade.

Sempre estiveram ao meu lado pessoas iluminadas em quem pude e posso confiar por isso me considero de muita sorte. E este é um bom lugar para externar a minha gratidão a algumas delas:

ao professor PhD Lúcio André de Oliveira Fernandes, que me abriu caminhos impensados, além de me apresentar, na prática, uma realidade que não fazia parte da minha vida. Obrigada pela orientação no desenvolvimento deste trabalho e também pela amizade, paciência e dedicação a mim dispensadas;

à minha pequena e grande filha Maria Eduarda pelos momentos em que, com sabedoria e quiçá intuição, encontrou nos brinquedos o jeito de driblar a minha ausência e continuar sorrindo. Filha, acabou o mestrado!

ao meu esposo Renato pela paciência e apoio incondicional, o que possibilitou-me crescer científica, ética, profissional e pessoalmente, compactuando com as minhas escolhas;

aos meus pais Getulio e Gerda, que sempre mostraram-se ouvintes, estimulando-me com palavras de conforto a seguir adiante. À eles muito obrigada por tudo que têm feito em prol da minha vida;

aos meus irmãos Ana Paula e Paulo Ricardo, donos de um coração invejável, solidários em todos os momentos, quer seja diretamente comigo ou com a minha pequena menina Maria;

à querida Marisa Oliveira, incansável Marisa! Com o seu belíssimo português, eficazmente, reviu os textos e acompanhou as etapas deste mestrado, contagiando-me com sua tranquilidade e acolhendo-me com muito carinho;

aos agricultores agroecológicos e às organizações de economia solidária que possibilitaram a realização deste estudo, quer seja através de diálogos, de visitas a seus estabelecimentos ou mesmo de opiniões precisas e, por conseguinte, o meu crescimento pessoal; em especial aos agricultores Cléo de Aquino Ferreira, Ivo Scheunemann e Nilo Schiavon e à sua família.

aos professores e funcionários do Mestrado de Políticas Sociais da Universidade Católica de Pelotas, bem como àqueles que contribuíram, direta e indiretamente, para a conclusão deste estudo;

a Deus, por me amparar em todos os momentos, iluminando o meu caminho em busca da concretização desta tarefa.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação analisa o papel desempenhado pela Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL) e também pela Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda, organizações estas de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos, na promoção da sustentabilidade deste segmento na região de Pelotas.

Os agricultores agroecológicos associados estabelecem importante grau de dependência a estas organizações, uma vez que, ao viabilizarem a atividade de produção de base ecológica daqueles, possibilitam absterem-se de viver em situação de vulnerabilidade social bem como beneficiarem-se econômico e socialmente.

Assim sendo, tais organizações de economia solidária, se apresentam como o meio de os agricultores agroecológicos da região de Pelotas ter acesso ao mercado e às políticas sociais promovidas pelo Estado, além de, mediante o trabalho autogestionário, exercerem o direito à cidadania.

PALAVRAS CHAVES: agricultura familiar, agricultores agroecológicos, organizações de economia solidária

ABSTRACT

This paper analyzes the role performed by the Regional Association of Agroecological Producers of the Southern Region (ARPA-SUL) and also by the South Ecological Cooperative of Familiar Agriculturists Ltd., organizations of solidarity economy of familiar agroecological agriculturists, in the promotion of the sustainability of this segment in the region of Pelotas

The associated agroecological agriculturists establish an important level of dependence on these organizations, since, by allowing the activity of ecological basis production of those, they are enabled to absence themselves of living in a situation of social vulnerability as well as benefit both economically and socially.

Therefore, such organizations of solidarity economy, present themselves as a means for the agroecological agriculturists of the region of Pelotas have access to the market and to the social policies promoted by the State, besides, through self management work, practice the right to citizenship.

KEYWORDS: Familiar Agriculture, Agroecological Agriculturists, Solidarity Economy Organizations

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
1.1	Problematização	16
1.1.1	Questões Norteadoras	17
1.2	Justificativa	17
1.3	Objetivos	22
1.3.1	Objetivo Geral	22
1.3.2	Objetivos Específicos	22
1.4	Metodologia	23
1.4.1	Classificação da Pesquisa	23
1.4.2	A população e a Amostra	24
1.4.2.1	Os Sujeitos da Pesquisa	24
1.4.2.2	O Local de Sondagem	24
1.4.2.3	Seleção da Amostra	24
1.4.2.4	Método de Coleta de Dados	25
1.4.2.5	O Pré-teste	26
2	REVISÃO TEÓRICA	26
2.1	A Questão Ambiental	26
2.2	A Questão Social	34
2.2.1	A Inclusão Social do Homem do Campo	38
2.3	Agricultura Familiar	42
2.4	A Agricultura e os Modelos de Produção Agrícola ..	48
2.4.1	A Agricultura Convencional.....	51
2.4.2	A Agricultura de Base Ecológica.....	54
2.4.2.1	Agricultura Biodinâmica	55
2.4.2.2	Agricultura Biológica	56
2.4.2.3	Agricultura Orgânica	56
2.4.2.4	Agricultura Ecológica	57
2.4.2.5	Agricultura Natural	59

2.4.2.6	Permacultura	59
2.4.2.7	Agricultura Regenerativa	60
2.4.2.8	Agroecologia	60
2.4.2.9	Agricultura Sustentável	61
2.4.3	A Transição da Agricultura Convencional para a Agricultura de Base Ecológica	61
2.5	A Resposta Sócio-Ambiental	67
2.5.1	Agroecologia	67
2.6	O Processo Cooperativo como Alternativa para a Agricultura Familiar	70
2.6.1	A Economia Solidária	71
2.6.1.1	Princípios e Valores Pertinentes aos Empreendimentos de Economia Solidária	77
2.6.2	O Trabalho de Associações e Cooperativas da Região Sul em Prol da Agricultura Familiar	86
2.7	Políticas Públicas para a Agricultura Familiar	89
2.7.1	Políticas Sociais à Agricultura Familiar	96
3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	105
3.1	O Caso Arpa-Sul – Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul	106
3.1.1	Considerações Finais do Caso Arpa-Sul	139
3.2	O Caso Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Famíliares Ltda.	143
3.2.1	Considerações Finais do Caso Cooperativa Sul Ecológica	167
4	CONCLUSÕES	174
5	REFERÊNCIAS	186
ANEXO 1	Tópicos para a Entrevista	201
ANEXO 2	Termo de Consentimento Livre e Informado	204

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura organizacional da Arpa-Sul	110
Figura 2	Estrutura organizacional da Cooperativa Sul Ecológica	146

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

a.C.	Antes de Cristo
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
Arpa-Sul	Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPAR	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul
CRENOR	Cooperativa de Crédito Rural
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CSE	Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
Dater/SAF/MDA	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization)
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde

FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IASI	Instituto Interamericano de Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFOAM	International Federation of Organic Agriculture Movements (Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica)
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OMS	Organização Mundial da Saúde (World Health Organization)
ONGs	Organizações não governamentais (sem fins lucrativos)
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAP	Plano Agrícola e Pecuário
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UNAIC	União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development)
VBP	Valor Bruto da Produção

TÍTULO

O papel das Organizações de Economia Solidária na promoção da sustentabilidade dos Agricultores Familiares Agroecológicos da região de Pelotas.

1 INTRODUÇÃO

Imagine o homem habitando na Terra numa nova civilização. Não há grandes cidades, a população está equilibradamente distribuída pela superfície do planeta. A atividade industrial e agrícola é tão sofisticada que consegue manter o ar, o solo e a água livres de resíduos nocivos ao mesmo tempo em que satisfaz as necessidades humanas. Não há fome, nem crises econômicas. O modelo de desenvolvimento é tão eficiente economicamente que promove a preservação ambiental e a justiça social.

Este é o mundo idealizado por muitos homens, que intenta conseguir o equilíbrio entre aquele e a natureza. Entretanto, o cenário em que se vive apresenta-se com uma crise global e a continuidade da existência da humanidade está ameaçada. Os olhos remotos dos satélites permitem que se reconheça claramente o impacto do homem sobre a Terra. Os problemas do ambiente afetam a todos independente de raça, credo, nacionalidade ou convicção política. Isto pode ser percebido no paulatino esgotamento dos recursos planetários, à crescente exclusão do acesso aos alimentos mínimos necessários, à saúde e ao conhecimento.

O individualismo, a legitimação da desigualdade e a discriminação social e cultural têm norteado o projeto ideológico neoliberal em todo o mundo. Através deles foi se perdendo a concepção dos valores ligados aos direitos humanos, da solidariedade, da democracia e da justiça como pilares fundamentais, enquanto que estes deviam tornar-se deveres humanos.

O que se deseja é que as pessoas sejam mais responsáveis e solidárias e o alcance disto perpassa pela mudança dos modelos produtivos e de consumo.

O modelo de produção agrícola convencional, que prima o alcance de altos índices de produtividade, calcados no uso de insumos químicos, tem gerado conseqüências sérias no ambiente e, por conseguinte, na humanidade, que tem absorvido resíduos desses agroquímicos através dos alimentos que consome. Este modelo predomina nos estabelecimentos rurais, e assim o será ainda por longa data, haja vista que a transição deste para o de base ecológica, que reza aos princípios da sustentabilidade, ocorre de forma lenta e exige uma mudança por parte do agricultor, no seu modo de pensar e fazer a agricultura, bem como do consumidor. Entretanto, o modelo de base ecológica tem sido empregado de forma cada vez mais acentuada, especialmente entre os agricultores familiares.

No início do século XX, renomados teóricos vislumbravam que a tecnologia e a ciência seriam capazes de resolver todas as inquietudes da humanidade. Neste mesmo século o mundo pode assistir aos efeitos colaterais do modelo baseado exclusivamente na tecnologia e na ciência: uma parcela menor da sociedade detentora dos privilégios do mundo e uma grande parcela sendo desafiada diuturnamente a lidar com a fome e a pobreza. Um cenário de crescentes desigualdades, da restrição dos direitos trabalhistas à depredação do meio ambiente, que vem se agravando de forma vertiginosa e um caminho de vias contrárias entre o progresso e as questões ambientais.

Com o intuito de reverter as mazelas que afloram a modernidade, pensa-se em um modelo que não pretenda simplesmente retomar o uso de técnicas primitivas, mas empregar a ciência e a técnica sem abandonar os modos de sofisticação, de modo que ambas não venham a comprometer a sustentabilidade.

Os modelos sustentáveis de produção agrícola são colocados como 'escudos' para que os sintomas da Revolução Verde sejam minimizados.

Reconforta saber que nem sempre foi assim. O século que acabou de passar deixou muitos legados. O primordial, talvez, é a conscientização que o ser humano passou a exercer com a conservação do meio ambiente, sua interação com o desenvolvimento industrial e superpopulacional e as inter-relações que advém destes liames.

Assim, chegou-se ao Século XXI com a necessidade imprescindível de criar estratégias que compatibilizem a viabilidade econômica e a equidade social, com a autonomia política e a prudência ecológica, viabilizando o projeto de desenvolvimento sustentável em todos os segmentos, neles incluso o rural.

Não é uma tarefa fácil, mas possível de ser conseguida à medida que cada setor da sociedade for se mobilizando nesta direção, ou seja, em busca do bem estar da coletividade.

Perfazendo este caminho, em evidência está o trabalho realizado pelas organizações de economia solidária em prol do segmento da agricultura familiar agroecológica. A temática da sustentabilidade aparece na missão daquelas, quer estejam formatadas como cooperativas ou associações, e através do trabalho que realizam promovem a sustentabilidade e o fortalecimento econômico dos agricultores familiares mediante a articulação de políticas públicas e a auto-gestão.

A sociedade é dependente de programas ou políticas sociais como forma de minimizar os problemas da desigualdade social e da universalização no acesso aos direitos no Brasil nas esferas da saúde, da habitação, da educação, da tecnologia, da segurança e do lazer. Inserida

nestas, dá-se ênfase àqueles que vivem o rural e estão vinculados à atividade agrícola agroecológica como forma de subsistência.

O presente Projeto de Pesquisa intenta analisar o papel das organizações de economia solidária de agricultura familiar, uma vez que elas têm representado alternativa, por conseguirem integrar na sociedade parte dos agricultores familiares agroecológicos da região de Pelotas, desejosos e necessitados de trabalhar.

Para tal, esta dissertação está dividida em 4 (quatro) capítulos. O primeiro apresenta a introdução, a definição do problema, a justificativa, os objetivos do trabalho e o método utilizado para o alcance dos objetivos propostos; o segundo apresenta a revisão teórica em torno das questões ambiental e social que justificam se optar uma agricultura de base ecológica, seguido da contextualização da agricultura familiar e do processo cooperativo como alternativa para esta, os modelos de produção agrícola, a transição da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica, a agroecologia e as políticas públicas para o segmento estudado. O terceiro capítulo trata da análise e interpretação dos dados resultantes da aplicação do método em questão e, por fim, o quarto capítulo discorre sobre as considerações finais a que se chegou com este estudo.

1.1 **Problematização**

Tendo como base a contextualização anteriormente exposta foi proposta a seguinte questão:

De que forma as organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos, da região de Pelotas, promovem a sustentabilidade deste segmento?

1.1.1 Questões Norteadoras

Elenca-se a seguir as questões norteadoras deste projeto de pesquisa:

1. Como se dá o funcionamento das organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos da região de Pelotas?
2. De que forma as organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos, na região de Pelotas, conseguem promover a sustentabilidade deste segmento?
3. Com que ações as organizações de economia solidária de agricultores familiares da região de Pelotas tem conseguido atingir seu objetivo e/ou missão de desenvolvimento sustentável?
4. Quais as políticas e programas de governo que são acessadas pelos agricultores familiares agroecológicos da região de Pelotas através das organizações de economia solidária?

1.2 **Justificativa**

O modelo de agricultura de cunho convencional, fundamentado nos preceitos da Revolução Verde, calcado no uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, norteou o desenvolvimento agrícola no mundo e ainda predomina. Reza pelo aumento da produtividade e maximização dos lucros, mas ao mesmo tempo em que consegue atender a estes intentos, deixa graves seqüelas sociais e ambientais, como a questão da má distribuição de renda, o

êxodo rural, o desemprego agrícola, a desnutrição da população e o desequilíbrio ambiental (Batalha, 2001).

Este modelo de produção tem sido alvo de profundas críticas e de amplos debates.

Enquanto isto, a agricultura de base ecológica vem sendo considerada um meio de incluir no mercado aqueles agricultores que rejeitam a produção convencional, especialmente por questões vinculadas à saúde; pela possibilidade de comercialização direta com o consumidor, de onde advém um retorno financeiro maior; por propiciar o cultivo de fortes elos de confiança, amizade e valorização do seu trabalho familiar; pelo fortalecimento do tecido social, através do trabalho em grupos e em formas associativas e a decorrente socialização do conhecimento; e pela conscientização ambiental.

Desse modo, a sustentabilidade aparece como forma primordial de viabilidade nos estabelecimentos familiares, cujas formas de produção atendem às dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

Na análise do segmento da agricultura familiar, praticada em pequenos e médios estabelecimentos, constata-se que ela predomina em muitos países. Para Singer (2002) esta realidade deve-se aos efeitos do cooperativismo. No Brasil ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, e 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos por este segmento.¹

¹ Dados publicados em agosto de 2005. Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/126/codInterno/1169>>. Acesso em: 05 ago. 2008.

Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar², no tocante a agricultura familiar no Brasil, 29% (vinte e nove por cento) da produção total deste segmento é realizada por 80,49% (oitenta por cento e quarenta e nove centésimos) famílias, enquanto que 71% (setenta e um por cento) da produção total provêm de 19,51% (dezenove por cento e cinqüenta e um centésimos) famílias. Sendo assim, pode-se supor que a parte majoritária dos agricultores tem dificuldade de inserção no mercado e sua produção é, no máximo, suficiente à sua sobrevivência. Isto demonstra a carência de políticas sociais e, por conseguinte, a falta de amparo do Governo a esta categoria de agricultores, desprovida de condições, inclusive tecnológicas, fundamentais ao aumento da produção.

A economia solidária surge como uma alternativa de organização da produção, capaz de dar resposta à exclusão social, valorizando o trabalhador e sua história de vida. Aí incluídos os grupos informais de geração de trabalho e renda, as cooperativas e as associações (Singer, 2002).

Através das organizações da economia solidária tem se conseguido o fortalecimento econômico e social dos agricultores familiares, pois desse modo podem acessar as políticas públicas, superar entraves de ordem técnica e econômica e competir no mercado.

Na região de Pelotas, os agricultores agroecológicos têm sido assistidos, mesmo que de forma tímida, no processo de engajamento a esta tendência de mercado, quer através do trabalho da Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul do Rio Grande do Sul (ARPA-SUL), quer através da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. (CSE).

² Dados publicados em agosto de 2005. Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/porta1/index/show/index/cod/126/codInterno/1169>>. Acesso em: 08 ago. 2008.

A ARPA-SUL, fundada em 1995, tem assistido aos agricultores no processo de conversão do sistema agrícola convencional para o sistema de base ecológica, à medida que este carece assentar-se fortemente na agroecologia, enquanto ciência que valoriza o saber empírico do agricultor. Centrado em um modelo onde o acesso ao mercado se dá pelas feiras livres, constitui um meio de exposição do que os agricultores agroecológicos produzem, oportunizando a sua relação direta com os consumidores, ao mesmo tempo em que viabiliza a troca de experiências e saberes entre o rural e o urbano, na forma de receitas de preparo dos alimentos, chás, informações nutricionais dos produtos e esclarecimentos sobre as técnicas de produção de base ecológica; um saber rural calcado no contato com a natureza e na dinâmica dos processos naturais de produção.

A Cooperativa Sul Ecológica, outra instituição envolvida no tema, fundada em 2001, com o intuito de fortalecer economicamente os agricultores agroecológicos, intercedeu para que Pelotas assistisse, no governo anterior, ao estímulo a esse tipo de agricultura, através da implantação do Projeto da Merenda Escolar Ecológica, que visava uma merenda saudável à parte das escolas municipais. Desde 2003, comercializou mais de 800.000 quilos de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos – Fome Zero, além de oportunizar semanalmente várias feiras ecológicas, em locais distintos, bem como a entrega desses produtos em restaurantes.

As formas de produção, alicerçadas em princípios agroecológicos, encontram-se num momento social e político de extrema relevância, havendo amplos debates em torno da análise do limite que o Planeta poderá suportar fazendo uso do modelo convencional de produção e consumo.

A noção de que os produtos agroecológicos bem como aqueles com valor agregado de bem-estar são os produtos do futuro, é cada vez mais sólida. O mercado de produtos agroecológicos tem sido impulsionado por consumidores que, preocupados com a sua saúde, optam por uma dieta equilibrada, ingerindo alimentos com qualidade (seguros) e com alto valor

nutritivo. Sob esta ótica, a produção em quantidade parece não ser o paradigma central. Portanto, oferecer ao mercado produtos mais seguros e ambientalmente mais saudáveis, dando respostas às questões ambientais, é de extrema importância.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) divulgou um documento na Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar, realizada em Roma, em maio de 2007, sugerindo a agricultura de base ecológica como um caminho para o alcance da segurança alimentar. O documento anunciava que "A agricultura orgânica não é mais um fenômeno apenas de países desenvolvidos, pois já é praticada comercialmente em 120 países, representando 31 milhões de hectares e um mercado de US\$ 40 bilhões em 2006".³

Segundo notícia publicada na revista eletrônica 'Amanhã', veiculada no dia 4 de maio de 2007, sob o título 'Orgânicos para brasileiro ver', o Brasil não é apenas o segundo maior produtor de alimentos orgânicos do mundo, mas, um dos principais fornecedores globais desse tipo de produto. Ao todo se estima que 70% (setenta por cento) da produção brasileira tomem o rumo dos mercados internacionais a cada ano.⁴

Pelo exposto, objetiva-se neste trabalho, o conhecimento e, por conseguinte, o maior domínio quanto aos critérios de gestão utilizado pelas organizações da economia solidária, bem como a forma com que se consolidaram, uma vez que, há longa data, tem contribuído na promoção da sustentabilidade dos agricultores familiares da região de Pelotas, com ênfase àqueles que primam pela sustentabilidade.

Considerando os resultados advindos, servirá de incentivo, através de suas conclusões, ao desenvolvimento de novas pesquisas sobre o

³ Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/FAO-07.htm>>. Acesso em: 11 set. 2008.

⁴ Disponível em: <<http://www.amanha.com.br>>. Acesso em: 11 set. 2008.

tema, como também contribuir com as várias entidades e os agricultores agrícolas envolvidos na temática, bem como aqueles que pretendem incorporar-se à atividade.

1.3 **Objetivos**

1.3.1 Objetivo Geral

Para que se possa responder à questão proposta nesta pesquisa, cumpre analisar o papel desempenhado pelas organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos na promoção da sustentabilidade deste segmento da região de Pelotas.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Verificar como se dá o funcionamento das organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos da região de Pelotas;
- identificar de que forma as organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos, da região de Pelotas, buscam promover a sustentabilidade deste segmento;
- verificar quais as ações que são realizadas pelas organizações de economia solidária de agricultores familiares da região de Pelotas com intuito de atingir seu objetivo e/ou missão de desenvolvimento sustentável; e

- identificar quais as políticas e programas de governo que são acessadas pelos agricultores familiares agroecológicos da região de Pelotas através das organizações de economia solidária.

1.4 Metodologia

1.4.1 Classificação da Pesquisa

A pesquisa de cunho descritivo, por estar imbuída da preocupação central de aprofundar o conhecimento da realidade, é normalmente empregada na etapa final dos estudos exploratórios. Neste caso, houve o intuito de analisar a forma como os agricultores familiares da região de Pelotas conseguem se articular, com vistas a viabilizar sua atividade de base ecológica.

Esta pesquisa classifica-se quanto aos procedimentos técnicos utilizados como estudo de caso, à medida que se propõe a obter um conhecimento detalhado em torno do funcionamento de entidades de economia solidária comprometidas com agricultores que produzem à luz da agroecologia. Em se tratando de estudo de caso, muitas das análises não permitem generalizações.

Com vistas a dar conta dos estudos, foi utilizado o recurso da abordagem qualitativa. Essa abordagem, segundo Minayo (2006, p. 57)

é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

1.4.2 A População e a Amostra

1.4.2.1. Os Sujeitos da Pesquisa

Para dar conta do estudo, foram entrevistados os diretores e alguns associados da Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul do Rio Grande do Sul, assim como os diretores, os conselheiros e alguns agricultores associados da Cooperativa Sul Ecológica.

Como forma de subsidiar as conclusões a que se propõe o estudo, considerou-se importante entrevistar a articuladora territorial da região de Pelotas, contratada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o propósito de que as políticas do governo voltadas a agricultura familiar sejam divulgadas e acessadas pelo conjunto de organizações e órgãos públicos que aquele ministério se propõe a trabalhar.

Para subsidiar este estudo foi realizado um total de 14 (quatorze) entrevistas.

1.4.2.2 O Local de Sondagem

O local de sondagem foi definido pelos entrevistados, com o escopo de garantir o contato pessoal e, por conseguinte, a obtenção das entrevistas.

1.4.2.3 Seleção da Amostra

Nesta pesquisa empregou-se a amostra não probabilística intencional, pois o pesquisador usou do seu próprio julgamento para selecionar os membros da população que considerou como provedores de relevantes informações.

1.4.2.4 Método de Coleta de Dados

Com o intuito de ampliar e aprofundar o conhecimento do pesquisador em relação ao objetivo em estudo, objetivando a coleta de dados, empregou-se o método qualitativo, a partir dos seguintes procedimentos:

- Pesquisa Bibliográfica: enquanto fonte secundária de pesquisa foi utilizado material bibliográfico concernente ao tema e pesquisado em livros, revistas, jornais e consultas à Internet.
- Pesquisa documental: neste caso, como fonte primária de pesquisa, foram consultados os estatutos e regimentos internos das entidades estudadas.
- Pesquisa de campo: Atentando-se para os cuidados éticos, para a coleta de dados foi empregada a técnica de entrevista, através de instrumento previamente desenvolvido, denominado formulário que contempla o roteiro do diálogo de forma semi-estruturada⁵ (Triviños, 1987, p. 146), indicado quando do emprego da abordagem qualitativa.

A coleta de dados foi realizada durante um período de 60 (sessenta) dias, nos locais, dias e horários definidos pelos entrevistados.

Todas as entrevistas, com o consentimento dos entrevistados, foram gravadas.

⁵ Entende-se por entrevista semi-estruturada, “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.” (TRIVIÑOS, 1987).

1.4.2.5 O Pré-teste

A aplicação do pré-teste é fundamental na medida em que intenta conhecer o grau de dificuldade que o pesquisador poderá encontrar na implementação da pesquisa, com o intuito de aprimorar a funcionalidade da técnica escolhida; verificar o grau de disposição dos sujeitos da pesquisa para participar de um trabalho desta natureza, e também, dimensionar o tempo necessário para a aplicação de cada entrevista.

A título de pré-teste, a entrevista foi realizada com o presidente da Arpa-Sul, tendo apresentado a necessidade de realizar alterações no roteiro da entrevista. Pelo exposto, houve a necessidade de fazer uma nova entrevista com o presidente, vindo a subsidiar o estudo com outras importantes informações.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 **A Questão Ambiental**

No Século XIX o economista Thomas Malthus previu:

a população humana está ultrapassando o seu suprimento alimentar e o seu meio ambiente, e precisará, no final, ser reduzida – pela fome, por doenças, guerras ou catástrofes naturais. As previsões de Malthus estão finalmente se tornando verdadeiras. A afirmação: “Não existe nenhuma poluição, mas pessoas” transmite uma terrível verdade.⁶

⁶ LOVELOCK, 2006. p. 155.

A degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, decorrente do predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza (Leff, 2008).

Para Brown (2003, p. 4) “a economia está em conflito com o ecossistema existente”.

Segundo Vilas Boas (2004, p. 11) “os índios costumam perguntar se herdamos o mundo de nossos antepassados ou se apenas o tomamos emprestado das futuras gerações.” Está nas mãos da geração de hoje a decisão do planeta que será entregue às gerações futuras, por isto torna-se importante o emprego de tecnologias que permitam produzir sem agredir o ambiente. Arriscam-se aqui duas possibilidades: ou se esgota a capacidade de renovação ambiental ou se constrói uma sociedade sustentável. Quando há a informação de praias impróprias para o banho, cidades que não conseguem recolher o seu lixo, consumo excessivo de energia por ocasião de ar-condicionados, são alertas que visam o futuro que está sendo organizado para as próximas gerações.

Segundo Lovelock (2006, p. 153), a terra “é semelhante a um organismo vivo, o suficiente para estar sujeita, como ele, a doenças ou danos”. Irrefutavelmente, sua principal doença é a superabundância de pessoas que adotam o atual modelo de vida, e os prejuízos dessa opção humana não virão apenas em consequência da sua presença, mas da perturbação da função natural da Terra provocada pelo que elas fazem.

Embora a crise ambiental ainda esteja cercada de ceticismos, a própria comunidade, em sua maioria, não consegue identificar os problemas ambientais nos bairros em que residem. Meio ambiente é sinônimo de fauna e flora, bicho e mato. Assim sendo, os seres humanos, as favelas e as cidades não fazem parte da natureza. A falta de conhecimento do homem o desvia de perceber as razões exatas pelas quais os fenômenos ocorrem. Por isso, em

algumas situações, a chuva é responsabilizada por deixar desabrigados, quando na realidade a execução de projetos governamentais ignora completamente o curso original dos rios, dos lagos e dos banhados.

Contudo, ainda que em pequenas dimensões, há setores da sociedade, cujos valores humanos evoluíram preocupados com as questões ecológicas, de proteção e de defesa do consumidor e de grupos minoritários, de segurança, da qualidade dos produtos, dentre outras. Estes têm buscado um modelo alternativo de desenvolvimento visando a sustentabilidade e a melhor distribuição da riqueza. Não resta dúvida, tratar-se de uma filosofia de pensamento que entende o desenvolvimento com uma dimensão mais ampla e socialmente mais justa. Veiga⁷ (198, p. 159) descreve que o “desenvolvimento é um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente. Fácil de falar, difícil de conseguir”.

Na década de 70 surge o ecodesenvolvimento (Sachs, 2004) com a pretensão de fazer despertar o olhar sobre novos modos de produção e estilo de vida calcada nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, considerando os princípios básicos da prudência ecológica, a desejabilidade social e a eficiência econômica. Entretanto, este é substituído pelas idéias do desenvolvimento sustentável, como um modelo que suprimiria a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza.

No início dos anos 80, as Nações Unidas⁸ (2001, p. 595) criaram uma comissão com o intuito de fazer evoluir as discussões sobre o termo sustentabilidade, que definiu “desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que permite satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”.

⁷ VEIGA, 1998, v. 1. p. 153 – 86.

⁸ BATALHA, 2001.

Leff (2008, p. 15) assinala que

[...] o princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.

A sustentabilidade aparece como o intuito de restabelecer o lugar da natureza na teoria econômica e nos processos de desenvolvimento, baseada nas condições ecológicas da produção, não devendo limitar-se à resolução dos problemas ambientais e demográficos, mas enfatizando as questões sociais e culturais, com vistas a garantir a sobrevivência e o futuro da humanidade (Leff, 2008).

No relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, publicado em dezembro de 1991, intitulado “O desafio do desenvolvimento sustentável”, registra-se que:

[...] o desenvolvimento sustentável seria atingido pela retomada do crescimento e melhor distribuição de seus benefícios e pela racionalização do uso de energia; o atendimento das necessidades básicas das populações, pela estabilização dos níveis demográficos; a conservação da base de recursos, pela reorientação da tecnologia no sentido da redução de seu impacto ecológico e a incorporação de critérios

ambientais nas decisões econômicas (CIMA, 1991, p. 182).⁹

Na definição proposta por Batalha (2001, p. 586),

[...] sustentabilidade implica obter, simultaneamente, melhores condições de vida para a população e conservação do meio ambiente. As discussões em torno do conceito envolvem um conjunto de questões, como crescimento econômico, exploração dos recursos naturais, conservação, qualidade de vida, pobreza e distribuição de renda.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) todo cidadão tem direito a uma vida longa e com saúde, a adquirir conhecimentos e acessar os recursos necessários a um nível de vida decente. Para Tenerelli, Silva e Paiva (2006) o desenvolvimento sustentável tem sido considerado uma oportunidade para prover a humanidade com estes direitos, mas para isto, deverá progredir simultaneamente nos âmbitos social, ambiental, territorial, econômico e político. Esta é uma tarefa complexa, mas a sociedade mostra sinais de estar, mesmo que de forma tímida, perseguindo este ideal sob uma perspectiva de longo prazo.

Sachs (2004, p. 15 – 6) enfatiza que o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta à dimensão da sustentabilidade social a sustentabilidade ambiental. O autor enfatiza que o desenvolvimento sustentável está assentado em cinco pilares, a saber:

- a. Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma

⁹ TENERELLI; SILVA; PAIVA, 2006.

ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;

- b. Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c. Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d. Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e. Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença.

O PNUD (2004) enfatizou que a promoção do desenvolvimento sustentável está vinculada às ações de desenvolvimento de educação e saúde. É preciso coordenar as políticas de saúde e educação com as políticas de desenvolvimento¹⁰.

A educação deve cumprir papel fundamental em todas as faixas da população, pois está relacionada a todos no desenrolar da vida, podendo contribuir com o processo de conscientização da responsabilidade que o homem deve ter com o desenvolvimento e a preservação do ambiente, não afetando o ecossistema em que vive.¹¹

Segundo Leff (2008, p. 251) é compromisso do Estado e da cidadania

[...] elaborar projetos nacionais, regionais e locais, onde a educação se defina através de um critério de sustentabilidade que corresponda ao potencial ecológico e aos valores culturais de cada região; de uma educação capaz de gerar uma consciência e

¹⁰ SILVA, 2006.

¹¹ MACHADO; SANTOS; SOUZA, 2006. p. 123 – 34.

capacidades próprias para que as populações possam apropriar-se de seu ambiente como uma fonte de riqueza econômica, de prazer estético e de novos sentidos de civilização; de um novo mundo onde todos os indivíduos, as comunidades e as nações vivam irmanados em laços de solidariedade e harmonia com a natureza.

A Agenda 21 anuncia que o ser humano tem direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza. Dá atenção especial à saúde, sobretudo em áreas rurais; visando a prevenção de doenças e a redução dos riscos para saúde, derivados de contaminações e perigos ambientais.

Leff (2008, p. 314) conduz a uma reflexão ao afirmar que “a população tornou-se vulnerável a deficiências na inocuidade dos alimentos, no abastecimento de água, no saneamento e nas condições de habitação; à produção de lixo, rejeitos tóxicos e substâncias contaminadoras”.

Promove-se a saúde na medida em que se investe em saneamento básico e diminuem-se as epidemias mais comuns em crianças e idosos que acabam por reduzir a expectativa de vida das comunidades.¹²

Atualmente¹³ [s.d], mais de 100 milhões de brasileiros não têm coleta de esgoto e segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), 34% (trinta e quatro por cento) da ausência de crianças de até 6 (seis) anos em creches e na escola devem-se a doenças relacionadas à falta de saneamento. Os recursos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) para redes de água e esgoto são de R\$ 40 bilhões até 2010. Contudo estima-se que para acabar com o déficit de saneamento atual de 53,2% (cinquenta e três por cento e dois décimos) da população sem acesso a saneamento básico, o País deveria investir em torno de R\$ 220 bilhões nos próximos 20 (vinte) anos.

¹² MACHADO; SANTOS; SOUZA, 2006. p. 123 – 34.

¹³ BLANC. **Revista Aquecimento Global**, [s. d.], ano 1. n. 2.

Segundo Vilas Boas (2004, p. 125) a falta de abastecimento de água para muitas moradias e a falta da qualidade da água distribuída para tantas outras moradias brasileiras motivou o jornalista Ulisses Capozoli, presidente da Associação Brasileira de jornalismo Científico escrever que “o Brasil é pobre naquilo em que é mais rico”.

A humanidade só obterá qualidade de vida mediante a sapiência de conviver em harmonia com o ambiente em que vive. É preciso que o homem tenha uma perspectiva ética em relação aos recursos naturais e às outras criaturas, reconhecendo que a cada uso e descarte de recursos, alteram-se constante e muito velozmente as formas de produção e consumo. Deve elevar o nível de sua consciência moral e entender, segundo parafraseia Lovelock (2006, p. 158 – 9):

[...] se continuarmos a despir a terra, a estragar o solo e a exigir mais e mais da Terra para as nossas plantações e fazendas de gado e de outros animais de criação, nos aproximaremos rapidamente do nível crítico de degradação de *todos* os ecossistemas terrestres naturais de Gaia – o nível em que todo o sistema começará a entrar em colapso (grifo do autor).

A plena participação dos governos é fundamental para articular e solucionar os problemas de uso e conservação da terra. Faz-se necessário o estabelecimento de estratégias jurídicas apropriadas, no plano mundial, nacional e regional, que permitirão a cada um tomar decisões de gestão e utilização da terra que respeitem o meio ambiente, além da imprescindibilidade de iniciativas locais conectadas em rede que possam socializar e discutir as estratégias de sustentabilidade.

Conclui-se este item com a premissa de que urge conscientizar o homem a diminuir os efeitos da crise ecológica, deixando de depredar o meio que o circunda, ou seja, depredar a si próprio, passando a imaginar seu

trabalho como sendo algo que produz boas ou más modificações na natureza, interferindo no equilíbrio ecológico de cada um dos ecossistemas envolvidos.

São reflexões que devem ser feitas tendo em conta os compromissos que o ser humano assume quando atua em um difícil desafio junto à comunidade preservando, sobremaneira, a questão social.

2.2 **A Questão Social**

O atual modelo de desenvolvimento, calcado no crescimento econômico e na acumulação, promoveu muito mais o crescimento financeiro do que aquele voltado para o bem-estar das pessoas; acentuou a exclusão social, agravada pela crise no âmbito da educação e a concentração da riqueza; bem como fez pairar a fome, a miséria e a pobreza que acabam impulsionando a violência.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹⁴ informou que, no ano de 2003, o Brasil era apontado como uma das nações mais desiguais do mundo. Em uma lista com 130 países, o Brasil ficou em segundo lugar em termos de concentração de renda, sendo que a situação só era pior em Serra Leoa, na África.

Entre os anos de 2001 e 2007 o país registrou importante queda no índice de desigualdade, passando a ocupar a oitava posição no ranking dos mais desiguais do mundo, entre 124 nações para as quais havia dados disponíveis. Atualmente faz parte do rol de países que mais reduzem a desigualdade no mundo.¹⁵

¹⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u448306.shtml> + <<http://www.ipea.gov.br/Destaques/livroradar/03.renda.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2008.

¹⁵ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=6141>. Acesso em: 04 jun. 2009.

Para pesquisadores do IPEA¹⁶ a redução da pobreza e a queda na disparidade de renda, desde 2001, é reflexo de ações do governo, tais como: a melhora na educação, os programas sociais com maior foco (principalmente o Bolsa Família), o maior dinamismo econômico do interior do país e os ganhos reais do salário mínimo.

Sendo assim, continuar a implementar políticas públicas estruturais se afigura, portanto, necessário, a fim de permitir aos brasileiros que se encontram à margem da economia formal, principalmente, àqueles que vivem e trabalham na área rural, usufruírem melhores condições de trabalho, emprego e renda.

O Estado, ao instituir na década de 90 o Programa Nacional de Agricultura Familiar, reconheceu a agricultura familiar como um ator social, capaz de produzir e gerar renda, mas que se encontrava à margem da política pública agrícola. Em verdade, esta é portadora de outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no País, que possui capacidade de gerar produção agrícola em escala econômica, ao nível nacional, e de criar empregos.

Pelo exposto, cabe reiterar que os agricultores familiares, que eram vistos como os pobres do campo, os agricultores de baixa renda ou os pequenos agricultores, oferecem à sociedade muitas razões, que os permitem fazer jus à fortes políticas sociais, capazes de reduzir o sofrimento decorrente das patologias da desigualdade, de oferecer um melhor padrão de vida para si e para seus familiares e de incluí-los socialmente.

Segundo Sasaki (1997, p. 41 – 2), “a prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a

¹⁶ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=1946>. Acesso em: 04 jun. 2009.

convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação.”

Nessa direção, a inclusão social de uma categoria de trabalhadores, neste caso, a dos agricultores familiares, perpassa pelo comprometimento dos órgãos governamentais e da sociedade com as necessidades desta, de modo a contribuir com a continuidade do seu envolvimento na atividade agrícola, possibilitando haver uma inflexão na corrente migratória campo-cidade.

Entretanto, a questão do compromisso com os agricultores familiares está deixando a desejar, pois as políticas públicas de emprego, renda e agricultura, viabilizadas pelo Estado para manter o homem no campo, ainda não trouxeram resultados que mereçam comemorações.

Para Gohn (2006, p. 19) “o que temos tido nos últimos governos, até mesmo no atual, são políticas de acesso aos setores sociais, não políticas de direito de fato. Essas políticas promoveram a modernização conservadora, a inclusão excludente”.

A ação do Estado parece estar incentivando a migração do homem do campo para a cidade, na medida em que na cidade estão: a escola, o emprego, o médico, enfim, a melhoria de vida; no campo são implantados os grandes projetos de irrigação e de reflorestamento, concentrando as terras e liberando famílias inteiras de trabalhadores rurais para a incessante busca de oportunidades no mercado de trabalho urbano.

Wanderley¹⁷ (2000, p. 35) argumenta que

[...] em razão da ausência de plantas industriais e de atividades de serviços, a economia local, inclusive nos

¹⁷ WANDERLEY, jul./dez. 2000.

centros urbanos, pouco tem a oferecer como alternativa de ocupação e renda à população rural e, quando existem, as “oportunidades” oferecidas pelas cidades, inclusive e sobretudo no que se refere à oferta de empregos, terminam por estimular a saída do campo de parcela significativa desta população rural, especialmente os jovens.

Isto pode ser ilustrado através do caso brasileiro, pois desde a década de 40¹⁸ a população rural está em declínio, ao passo que a urbana está em ascensão. O que representava 55% (cinquenta e cinco por cento) da população total reduziu-se a apenas 20% (vinte por cento) no ano de 2000. O exemplo desta migração é demonstrado através de dados apontados pelo IBGE com relação ao ano de 1970, quando a cidade de Pelotas possuía ... 25,5 % (vinte e cinco por cento e cinco décimos) de sua população vivendo no meio rural. Até o ano de 2000, registrou-se uma redução no número dessas pessoas, correspondendo a 6,8% (seis por cento e oito décimos) da população.

O homem, por não ver perspectivas promissoras no campo, almeja encontrar na cidade, esperança e condições melhores de sobrevivência, pois percebe a inviabilidade da atividade agrícola e o seu empobrecimento. Por decorrência acaba, na maioria das vezes, se instalando nas zonas periféricas das cidades, desenvolvendo atividades de baixa remuneração, pois muitos não possuem sequer um mínimo de escolaridade (Wanderley, 2000).

Os jovens pensam em deixar o campo para trabalhar em serviços mais leves, ganhar mais, estudar e ter acesso à cultura, lazer e inclusão digital. Contudo, muitas vezes, essa pode ser uma ilusão passada pela mídia, que mostra as cidades como lugares de facilidades e beleza, sem deixar claros os riscos e dificuldades por trás dessa aparência (Wanderley, 2000).

¹⁸ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/200900/p_050.html>. Acesso em: 16 jul. 2008.

Em que pese, a crise é reflexo da falta de valorização do que sai da terra; do desemprego gerado pelo eficiente uso de máquinas agrícolas, acenando para o crescimento espacial acentuado e acelerado das periferias e/ou das favelas nas metrópoles, com o aumento da criminalidade e das demandas sociais e, por fim, pelo alto custo de adubos e herbicidas impostos por grandes empresas produtoras de insumos e máquinas.

Exemplos destes últimos reflexos são os dados compilados pelo Ministério da Agricultura, a partir da balança comercial e de informações de mercado, que indicam que os valores da uréia, do superfosfato simples e do cloreto de potássio, principais produtos usados na fabricação de fertilizantes, aumentaram, respectivamente, 57% (cinquenta e sete por cento), 78% (setenta e oito por cento) e 90% (noventa por cento) no mercado internacional, entre fevereiro de 2007 e 2008. No mercado interno o aumento dos preços destes fertilizantes foi de 23% (vinte e três por cento), 55% (cinquenta e cinco por cento) e 42% (quarenta e dois por cento) respectivamente.¹⁹

2.2.1 A Inclusão Social do Homem do Campo

Com vistas a revitalizar o espaço rural e propiciar a inclusão social dos agricultores familiares, Flores (1998) aponta três alternativas:

A primeira se refere à organização da produção, do produtor e do mercado. É possível ter uma produção economicamente viável em pequenos estabelecimentos, sendo uma forma de criar empregos e distribuir renda. A superação da falta de escala para o processo produtivo e para a comercialização pode ser conseguida através da organização do segmento em cooperativas ou associações.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/agropag/100662.htm>>. Acesso em: 30 set. 08.

A segunda alternativa reza que o campo pode não ter somente a atividade agrícola como geradora de renda. As atividades não-agrícolas vinculadas ao turismo rural, à indústria artesanal podem ser associadas à atividade agrícola como forma de criação de empregos e distribuição de renda. Novas estratégias de reprodução da agricultura familiar, onde a pluriatividade representada por atividades não agrícolas como o artesanato e o turismo praticados pelos agricultores combinadas às atividades agrícolas lhes permite sobreviver. Daí a existência de hotéis-fazendas ou spas, clubes ou chácaras de aluguel para fins de semana.

Para elucidar a questão da pluriatividade citada por Flores (1998), sugere-se aqui a leitura das abordagens conceituais de outros renomados autores, quais sejam: Del Grossi e Silva (1998)²⁰ e Anjos (2001).

Para Del Grossi e Silva (1998, p. 636)²¹

O conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Para isto permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias.

Para Anjos²² (2001) *on line* (p. 2 – 3)

²⁰ DEL GROSSI; SILVA, 1998. v. II.

²¹ *Ibidem*, 1998. vol. II.

²² Disponível em:

<<http://biblotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezessete/sacco17.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

[...] os estabelecimentos tipicamente "pluriativos" seriam tanto aqueles que não são capazes de ocupar plenamente a força de trabalho residente, como também as situações em que o caixa da unidade de produção é igualmente alimentado por fontes de ingresso econômico extra-agrícolas, sejam estas provenientes da venda externa da força de trabalho e/ou mediante iniciativas levadas a cabo no interior das explorações que pouco ou nada têm a ver com as atividades agropecuárias.

A terceira e última alternativa considerada por Flores (1998) se reporta ao fato de que muitas pequenas cidades tipicamente rurais, consideradas sem futuro, e nas quais reside baixa população podem ter seu processo de desenvolvimento recriado com a realização de investimentos em infra-estrutura básica através de uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada, bem como mediante a criação de programas de governo que minimizem o profundo quadro de injustiças sociais.

Ainda na perspectiva de propor a inclusão social do homem do campo, é pertinente destacar os dois quesitos que seguem:

O primeiro refere-se à situação da infra-estrutura de telecomunicações nas áreas rurais, onde a maioria dos brasileiros realiza as formas de lazer dentro de suas próprias casas, com destaque para o uso do rádio e da televisão, o que vem a justificar, sem dúvida alguma, a efetivação de melhorias na infra-estrutura de telecomunicações, especialmente nas áreas rurais, não somente com intuito de modernizar as atividades produtivas que ali são desenvolvidas, mas também para proporcionar maior conforto evitando migração das famílias para as áreas urbanas. Concomitantemente, tal medida viria a proporcionar o aumento do número de segunda residência no interior, utilizada como casa de campo ou mesmo sítio, o que poderia contribuir para a geração de empregos sob os auspícios de caseiros, jardineiros, empregados domésticos, etc. (Silva, 1998. Vol. I).

O segundo quesito é pertinente aos agricultores familiares que muito têm a contribuir na construção de uma sociedade sustentável, redefinindo as relações que são estabelecidas com a natureza. Entretanto, a adoção do desenvolvimento sustentável depende, em grande escala, do amparo e do incentivo do governo e, em pequena escala, do agricultor.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge com o intuito de conciliar o crescimento econômico e a tecnologia com a conservação ambiental. O uso excessivo de insumos químicos e maquinários, sem dúvida, compromete a sustentabilidade, por isso a agricultura alternativa, centrada no uso de tecnologias agrícolas limpas, torna-se um segmento deveras atrativo. Além do que, a agricultura moderna é insustentável, pois não pode continuar a produzir alimento suficiente para a população global, em longo prazo, porque ela deteriora as condições que a tornam possível.

Para Saturnino (1998, p. 105):

Evoluir para uma agricultura sustentável significa romper com um ciclo de pobreza derivado de outro ciclo: o da degradação dos recursos naturais, principalmente do solo e da água. Prevenir para que não haja essa espiral descendente ou revertê-la o mais precocemente possível, constituem-se em compromissos internacionais, a exemplo da Agenda 21 cujo desafio é associar a preservação do meio ambiente às ações de combate à pobreza e à miséria em favor do crescimento econômico.

O crescimento econômico é necessário para o progresso humano, mas devem-se impor limites à busca de eficácia econômica em prol do bem estar social da coletividade, pois a degradação do meio ambiente e o aumento da pobreza, em consequência da atividade econômica, comprometem a qualidade de vida da coletividade, além de ameaçar o próprio futuro da humanidade.

Sob a ótica do desenvolvimento sustentável, a produção envolve diferentes perspectivas, como a social, a ambiental e a econômica, dentre outras. Assim, a título de exemplo, um produto somente será ecológico se a sua produção não implicar na exploração de mão de obra e no emprego de técnicas convencionais.

Nesta perspectiva, a temática da inclusão social do agricultor familiar carece ser constantemente avaliada, com intuito de se encontrar soluções econômicas, culturais e sociais para que aquele possa viver dignamente no meio rural.

2.3 Agricultura Familiar

Em 1996, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definiram²³ (2006, p. 89)

[...] a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado em sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

Segundo Toledo (2002, p. 32),

[...] a agricultura familiar mantém a diversidade biológica, paisagística, agrícola e cultural, gera benefícios ambientais, pois tende a desenvolver um manejo responsável do solo, da água, da fauna e flora,

²³ SANTOS; EICHOLZ; NEVES, 2006.

produz oportunidades econômicas mais justas, mantém o manejo personalizado dos alimentos e em muitos locais é vital para a economia regional [...].

Uma importante peculiaridade da agricultura familiar é a união das pessoas do próprio núcleo familiar, por razões afetivas, dentro de um projeto de vida em comum, compartilhando um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitindo tradições, planejando o futuro, acolhendo-se, atendendo idosos, formando crianças e adolescentes, de acordo com o contexto sócio-cultural em que está inserida (Szimanski, 2002).

Essa categoria social tem sido um meio de dirimir o problema da fome, gerar mais empregos e distribuir melhor a renda. A produção em unidades familiares traz reflexos positivos evitando o êxodo rural e, por conseguinte, o crescimento intenso e célere das sociedades urbanas. É imperioso que se construam novas posturas para que os agricultores deixem de sonhar em fugir para cidades, assegurando preços que permitam ao agricultor familiar reconstruir sua vida, produzir à base da qualidade e se incluir socialmente.

Enquanto a agricultura familiar viabiliza o trabalho dos agricultores, dos pescadores artesanais, dos aqüicultores, dos extrativistas, dos indígenas e dos membros de comunidade remanescentes de quilombos, a agricultura patronal tem empregado cada vez menor número de trabalhadores propiciando, simultaneamente, a concentração de renda e exclusão social, restando configurado, dessa forma, um processo de crescimento econômico excludente.

De acordo com a Secretaria da Agricultura Familiar²⁴, a agricultura familiar ocupa 30,5% (trinta por cento e cinco décimos) da área total

²⁴ Dados publicados em agosto de 2005. Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em:

dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional, e 60% (sessenta por cento) dos alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos por agricultores familiares que constituem 77% (setenta e sete por cento) do total de pessoas que trabalham na agricultura, classificados em três grupos: 1) os que estão inseridos no campo de atividades econômicas integradas ao mercado, classificados como capitalizados e responsáveis por, aproximadamente, 71% (setenta e um por cento) do valor da produção familiar; 2) os descapitalizados ou em transição, mas com algum nível de produção destinada ao mercado, respondem por próximo a 19% (dezenove por cento) do valor da produção familiar e; 3) os residentes no espaço rural, assalariados agrícolas e não agrícolas com produção agropecuária voltada quase que exclusivamente ao autoconsumo, que representam 10% (dez por cento) de todo o valor da produção familiar. A parcela majoritária dos agricultores familiares, pertencentes aos grupos 2 e 3, totalizando 3.300.000 estabelecimentos, representam apenas 29% (vinte e nove por cento) da produção total, podendo ser um reflexo da falta de oferta de tecnologias apropriadas para a modernização das produções de subsistência. A parcela minoritária conta com 800.000 estabelecimentos e tem sua produção representada por 71% (setenta e um por cento).

No Brasil, embora seja a grande responsável pelo abastecimento interno, há longa data a agricultura familiar tem sido submetida ao desfavorecimento das políticas econômicas vigentes. A partir da década de 90 as funções econômicas e sociais do Estado tornaram-se mais escassas, o que intensificou a dinâmica da competição desigual, contribuindo na ampliação das desigualdades sociais. Contudo, o Estado tem a função precípua, como gestor de políticas públicas, de garantir o desenvolvimento sustentável à agricultura familiar²⁵.

<<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/126/codInterno/1169>>. Acesso em: 05 ago. 2008.

²⁵ Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=270&Itemid=104>. Acesso em: 11 set. 2008.

Ela já pode ser reconhecida como elemento importante para o desenvolvimento do país, pois que os dados quantitativos em relação ao universo de pessoas, áreas ocupadas e produtos envolvidos na atividade agrícola familiar, são suficientes para justificar a elaboração de políticas públicas que visam o fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, deve ser considerado que essa agricultura cria oportunidades de trabalho local, reduzindo o êxodo rural, diversificando a atividade econômica e buscando promover desenvolvimento de pequenos e médios municípios, uma vez que propicia a distribuição de renda, o uso de mão de obra, a resiliência, a produção de alimentos mais saudáveis, etc.

De acordo com o Plano Agrícola e Pecuário (PAP)²⁶ o governo brasileiro investiu na agricultura, na safra 2008/2009, 78 bilhões, sendo 65 bilhões para a agricultura empresarial e 13 bilhões à agricultura familiar, volume 12,1% (doze por cento e um décimo) superior à safra de 2007/2008. Embora haja um incremento no investimento na agricultura comparado a realidade anterior, os recursos financeiros destinados ao segmento da agricultura familiar são escassos quando comparados àqueles destinados à agricultura convencional, ou seja, para a safra 2008/2009 somente 16,66% (dezesesseis por cento e sessenta e seis centésimos) do orçamento foi destinado à agricultura familiar.

Neste sentido,

o desenvolvimento local, baseado na agricultura familiar, depende fundamentalmente da intervenção estatal, regulando as assimetrias do mercado através de políticas públicas. Se deixada à própria sorte frente às forças de mercado, a agricultura familiar se transforma em alvo fácil de monopólios e intermediários que se apropriam do valor agregado da produção (BROSE, 1999, p. 58).

²⁶ Disponível em:
<http://www.segs.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8498&Itemid=157>. Acesso em: 15 jul. 2008.

Este segmento da agricultura enfrenta desafios para a sua sustentabilidade, a saber: o ensino para a população rural tem sido abordado da mesma forma que no meio urbano, não levando em consideração o seu modo de vida. A formação de agricultores deveria oportunizar o contato direto com cooperativas, associações, igrejas, sindicatos, redes de extensão e assistência técnica, dentre outras esferas. Entretanto, na realidade, o ensino tem estimulado o estudante rural à vida da cidade, contradizendo o que está assegurado no art. 28²⁷ (2002, p. 73) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96.

Segundo o IBGE, atualmente, o índice de analfabetismo urbano é de 7,6%, (sete por cento e seis décimos) enquanto 23,3% (vinte e três por cento e três décimos) das pessoas da zona rural, com mais de 15 anos, não têm instrução. Em 1997, a taxa era de 10,7% (dez por cento e sete décimos) na cidade e de 32% (trinta e dois por cento) no campo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios²⁸ (PNAD, 2007) um dado está estagnado há pelo menos dez anos: a taxa de analfabetismo no campo é três vezes maior que na cidade.

A educação é considerada fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável, pois pode contribuir mediante o trabalho de

²⁷ “Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural”. KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002.

²⁸ A função da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), órgão criado há 40 anos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é fazer um raio-x da situação social, econômica e demográfica do País, possibilitando aos governantes acompanhar os resultados de suas políticas públicas e dessa forma, elaborar mudanças e ajustes quando necessário. Disponível em: <<http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/pnad3.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2008.

conscientização das pessoas da responsabilidade com o desenvolvimento e preservação do ambiente, não afetando o ecossistema em que vive (Tenerelli; Silva; Paiva, 2006).

Nesta perspectiva, “uma prioridade de política pública, fundamental para o desenvolvimento sustentável, é a promoção da capacidade da sociedade, por meio de um grande programa de educação da população e de efetiva participação da sociedade” (NETO; SANTOS; NAGEM, 2006, p. 78).

É indubitável que, fazer agricultura sustentável certamente exigirá a melhora dos padrões da escolarização básica e de educação profissional, a fim de facilitar ao educando do campo o domínio de técnicas produtivas mais sustentáveis, bem como sua efetiva participação social e comunitária.

Também cabe destacar que o associativismo torna-se essencial para a agricultura familiar sustentável, representando uma forma de os agricultores familiares intervirem e acessarem políticas públicas, superarem dificuldades de cunhos técnicos e econômicos e atender novos mercados, dentre outros benefícios. Constitui-se em condição *sine qua non* para a sobrevivência da sociedade agrícola (Blum, 2001).

Pelo exposto, torna-se vital minimizar as dificuldades que podem vir a distanciar o segmento da agricultura familiar da filosofia imbuída no modelo de desenvolvimento sustentável, fazendo-se necessário que as políticas públicas sejam sempre revistas a fim de se moldarem às necessidades dos agricultores, quer seja através do desenvolvimento de novas posições ideológicas, quer seja pela readequação das já existentes e em andamento.

2.4 A Agricultura e os Modelos de Produção Agrícola

Historicamente, não se conseguiu ainda definir quando a agricultura efetivamente surgiu, eis que se trata de fenômeno que antecede a história escrita. Entretanto, muitos vestígios a respeito foram descobertos por pesquisas científicas, salientando-se sua origem independente em diferentes lugares do mundo.

Os primeiros homens alimentavam-se dos frutos, folhas e raízes comestíveis que colhiam e dos animais que caçavam razão pela qual passavam a maior parte do tempo à procura de mantimentos. Foram necessários milhares de anos para que aprendessem a cultivar ao invés de coletar, pastorear e caçar. Há indícios de que os primitivos agricultores tenham vivido por volta de 5.000 a.C., entretanto, nas Américas, o início do cultivo deu-se em torno de 2.000 a.C. através da plantação de sementes que eram guardadas de um ano para o outro, pois parte dos grãos era consumida e o que sobrava era semeado²⁹.

Com a fixação do homem ao solo, deu-se início à criação de animais, que proviam àquele de carne e leite, além de servir-lhe como meio de transporte. Com o passar do tempo, o homem produziu excessivamente em razão do seu consumo, realizando trocas com os vizinhos e outras tribos, de forma tal que, através do contato entre os povos além do surgimento de maiores agrupamentos humanos, a agricultura contribuiu para o surgimento das civilizações. Com o passar do tempo, as ferramentas de trabalho foram aperfeiçoadas e somente no início do Século XIX surgiram as máquinas agrícolas metálicas. Técnica rudimentar eficaz, o uso de adubo composto de cinza de madeira queimada, sangue, salitre, esterco e peixe foram

²⁹ Para leitura complementar, sugere-se a Revista **Novo Conhecer**. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, vol. V, p. 913 – 1216, 1977.

incorporados ao solo muito antes das teorias científicas explicarem como obter maior fertilidade³⁰.

Revolucionando o método agrícola, em 1889 foi introduzido nos Estados Unidos o trator de tração a vapor e, em 1906 este artefato passou a ser produzido a gasolina. Ditas inovações tecnológicas possibilitaram a redução de mão-de-obra e das horas de trabalho, inovando o segmento da agricultura.³¹

Na segunda metade do Século XIX, foram desenvolvidos estudos sobre a semente, a seleção e a germinação, bem como as experiências do cruzamento de espécies entre plantas existentes. Adveio dessas o aprimoramento da produção agrícola. Em 1890, o termo ‘agronomia’ foi introduzido nos Estados Unidos, designando o estudo dos solos, dos fertilizantes e da produção.³²

O desenvolvimento desenfreado das áreas agrícola, industrial e urbana nos países centrais, durante a segunda metade do século XX, foi desastroso para o solo do planeta. Nos países periféricos³³, essa destruição foi causada pela pobreza. Tal realidade é conseqüência das escolhas econômicas e tecnológicas que desconsideraram os aspectos da diversidade da natureza e da vida humana³⁴.

³⁰ Revista **Novo Conhecer**. *Op. cit.*, vol. V, p. 913 – 1216, 1977.

³¹ *Ibidem*, 1977.

³² *Ibidem*, 1977.

³³ Países centrais são os que detém maior poder político, econômico e militar, são os que produzem novas tecnologias, exportam produtos culturais e bens de alto valor. Os países periféricos, por sua vez, são os que dependem dos países centrais, tem economias pouco desenvolvidas e com pouca influência no cenário internacional. Durante o sistema capitalista foram introduzidos os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, ou mais especificamente, países centrais e países periféricos (marxismos), onde os primeiros exercem funções de patrões, de imperialistas e, os segundos, de colônias, e capitânicas. A função básica dos países periféricos é fundamentalmente sustentar os países centrais, de matérias-primas e mão-de-obra baratas, para os seus projetos. Extraído de: HOBBSAWN, 1995.

³⁴ Revista **Novo Conhecer**. *Op. cit.*, p. 913 – 1216.

No Brasil, o panorama agrícola apresenta uma grande diversidade, pois que as várias regiões foram colonizadas de maneira singular, desenvolvendo-se desigualmente, sendo que em boa parte do território nacional a agricultura tradicional é praticada com instrumentos primitivos e técnicas, no mais das vezes, ainda obsoletos.

Prova irrefutável desse entrave são as grandes fazendas que apresentam baixa produtividade. Muito embora existam empresas agrícolas modernas, que usam o solo intensamente e investem em equipamentos e na mecanização do campo, em fertilizantes e sementes selecionadas, além de aperfeiçoarem os métodos de cultivo, também se evidencia um predomínio dos pequenos estabelecimentos rurais familiares, trabalhando, em sua maioria, com técnicas primitivas para consumo próprio, e comercializando, tão somente, a parte excedente da produção³⁵.

O Brasil adentrou no século XXI com um aparato industrial moderno e diversificado e um setor de agronegócios que lhe confere a liderança mundial em vários campos, possibilitando um substancial incremento da produção agrícola nacional o que veio a contribuir para o equilíbrio da balança de pagamentos. Entretanto, o programa de modernização da agricultura mostrou, na prática, efeitos nocivos ao ambiente, aos animais, e principalmente, ao homem, por tratar-se de um programa que proclama a dependência do uso maciço de fertilizantes, de sementes melhoradas, de defensivos e de máquinas (estes últimos, em grande parte, importados e, no geral, voltados à produção de exportáveis).

A evolução do pensamento em torno da agricultura teve como desfecho a divisão dos agricultores em dois grupos, cujas filosofias de

³⁵ Disponível em:
<<http://pessoal.educacional.com.br/up/4770001/1306260/t138.asp>>. Acesso em:
14 ago. 2008.

produção agrícola são distintas: a agricultura convencional e a agricultura alternativa.

2.4.1 A Agricultura Convencional

A agricultura convencional se apronta historicamente com o advento da segunda Revolução Agrícola.

A primeira Revolução Agrícola aconteceu ao redor do ano de 1800 e foi marcada pela associação da criação de animais à agricultura; obtendo expressivo aumento da produção devido ao uso dos excrementos dos animais para adubação das lavouras e a rotação entre plantas forrageiras e os campos cultivados. Nessa época a agricultura era pautada em práticas agroecológicas e a tecnificação de seus sistemas produtivos eram fundamentados na confecção de ferramentas dentro do estabelecimento rural.

A segunda Revolução Agrícola ocorreu no fim do século XIX e início do século XX, época marcada pela escassez de alimentos na Europa, o que induziu a descoberta dos adubos químicos que substituíram as práticas do uso dos esterco animais, da rotação e do pousio e o desenvolvimento dos agrotóxicos para controlar pragas e doenças das plantas. Nos estudos científicos realizados por Justus Von Liebig, dentre outros, cumpre aqui destacar a publicação da teoria da nutrição mineral das plantas, em 1840, vindo a contribuir para acelerar o processo produtivo, uma vez que seus estudos estavam calcados na tese de que o aumento da produção agrícola seria diretamente proporcional à quantidade de substâncias químicas incorporadas ao solo. A gestão da atividade rural assentou-se nos princípios da agricultura convencional ou agricultura química. Nos países subdesenvolvidos, como no Brasil (décadas de 60 e 70) esta foi introduzida através do pacote

tecnológico conhecido como Revolução Verde, que requeria alto investimento de capital e alto uso de energia.³⁶

Para Ehlers³⁷ (1994) em citação de MAZZOLENI e NOGUEIRA³⁸ (2006, p. 268)

todas as inovações tecnológicas verticais (setor industrial agrícola) e transversais (setores da química, genética, mecânica) são reunidas por volta de 1960 e 1970 e direcionadas para agricultura, surgindo a Revolução Verde. Essa revolução é um conjunto homogêneo de práticas tecnológicas (variedades geneticamente melhoradas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, irrigação e motomecanização), chamado de pacote tecnológico, que viabilizou, em larga escala, os sistemas monocultorais. Esta concepção era a esperança ilimitada de combate à miséria no mundo. Instituições internacionais e governos dos países subdesenvolvidos se lançaram de corpo e alma nesta empreitada. Nesta época o desprezo pela agricultura orgânica era marcante.

Ainda Mazzoleni e Nogueira³⁹ (2006, p. 268) argumentam que “a Revolução Verde se dispôs a dominar a natureza. Esta modalidade de agricultura é simplificada a ponto de adequar qualquer meio ambiente para o gerenciamento padronizado por pacotes tecnológicos”.

Para Hewitt (1978), na lógica do modelo convencional, o aumento da produtividade demandaria alto consumo de insumos industriais e maquinaria o que aumentaria o custo monetário total da produção, implicando na

³⁶ Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/histaorg1.htm>>. Acesso em 21 out. 2008.

³⁷ EHLERS, Eduardo M. **O que se entende por agricultura sustentável?** 1994. Tese (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação. FEA/USP, São Paulo.

³⁸ MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n2/a06v44n2.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2008.

³⁹ *Ibidem*, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n2/a06v44n2.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2008.

necessidade de alto grau de capitalização do produtor e/ou acesso a linhas de crédito para dar conta da técnica de monocultura. Esta lógica torna-se inviável aos agricultores em regime de economia familiar, por questões econômicas e tecnológicas, pois aqueles possuem baixo grau de capitalização, pequena escala de produção, policultura e uso de insumos limitados às condições da atividade agrícola e pecuária do próprio estabelecimento rural.

É uma agricultura que prima pela otimização do processo de produção, de modo a oportunizar a racionalidade econômica, de modo a garantir maiores lucros e menos trabalho. Tende a não dar a importância devida à ocorrência de efeitos colaterais resultantes dos avanços tecnológicos, uma vez que a natureza é vista como algo exclusivamente material, que precisa ser explorada, não sendo considerada como variável na produção agrícola.

Este modelo de produção agrícola, predominante há longa data, tem sido questionado no ambiente científico e no meio rural em função dos impactos que produz ao meio-ambiente; do fenômeno da exclusão de pequenos agricultores que tem gerado e também pela qualidade do alimento produzido, trazendo à tona a possibilidade de instauração de outro modelo capaz de fazer produção agrícola ao considerar a depredação do ecossistema.

Como bem enfatizaram Casalinho e Martins (2004, p. 215):

Os limites sociais, econômicos e ambientais desses modelos, ditos convencionais, e a preocupação com o futuro das próximas gerações, foram fatos determinantes para que novos estilos de produção agrícola surgissem nesses últimos anos, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma atividade ecologicamente equilibrada, socialmente justa e economicamente viável ou seja, de uma agricultura sustentável.

No ínterim das décadas de 80 e 90, iniciou o movimento em prol do surgimento da agricultura alternativa, que buscava uma agricultura sustentável, consolidada posteriormente como agricultura de base ecológica.

2.4.2 A Agricultura de Base Ecológica

O modelo de agricultura de base ecológica visa um sistema de produção sustentável no tempo e no espaço, mediante o manejo e a proteção dos recursos naturais, sem a utilização de produtos químicos agressivos à saúde humana e ao meio ambiente, mantendo o incremento da fertilidade e a vida dos solos, a diversidade biológica e respeitando a integridade cultural dos agricultores.

Prima por outras racionalidades além da econômica, ao passo que na agricultura convencional, essa é a única admissível. No sistema alternativo, muitas vezes a racionalidade exclusivamente econômica não pode ser prioritária, como ocorre, por exemplo, no caso da necessidade de preservação de outras espécies, qualidade da água, recuperação da vida microbiológica do solo e de sua estrutura.

Segundo Altieri (2000, p. 93)

as práticas de produção conservadoras de recursos podem concorrer econômica e financeiramente com as convencionais. Quando é apresentado um quadro mais nítido da produtividade agrícola, incluindo os custos e benefícios dos recursos, as práticas que conservam ou aumentam os bens naturais são economicamente tão boas ou melhores que as práticas dominantes.

Neste modelo de produção agrícola, está inserido o grupo de agricultores agroecológicos, que percebem a natureza como sua aliada,

observando-a e estando sempre aprendendo com ela, respeitando suas limitações.

Enfrentando as dificuldades, impostas pelos limites naturais em relação ao processo de produção de base ecológica, esse grupo de agricultores, acreditando na proposta, procura produzir economicamente, mas acompanha e respeita o seu ritmo, atuando e buscando equilíbrio e as suas inter-relações.

A proposta da agricultura alternativa foi tomando grande dimensão ao longo da história. Em diferentes partes do mundo foram surgindo correntes ou modelos que confluem para a proposta desse tipo de agricultura, tais como^{40,41,42}: as agriculturas biodinâmica, biológica, orgânica, ecológica, e natural, a permacultura, as agriculturas regenerativa, agroecológica e, ainda, a agricultura sustentável.

2.4.2.1 Agricultura Biodinâmica

Em 1924, Rudolf Steiner, desenvolveu a agricultura biodinâmica na Alemanha, com o intuito de vincular a natureza, através do equilíbrio da terra, das plantas, dos animais e do homem com forças cósmicas. Para conectar as formas da matéria e de energia presentes na natureza, são utilizados alguns preparados biodinâmicos (compostos líquidos de alta diluição, elaborados a partir de substâncias minerais, vegetais e animais) aplicados no solo, planta e composto, baseados numa perspectiva energética e em conformidade com a disposição dos astros. Cumpre ressaltar que os fertilizantes sintéticos assim como os pesticidas são evitados na agricultura biodinâmica.

⁴⁰ BATALHA, 2001.

⁴¹ CAPORAL, 1998.

⁴² Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdurolt.htm>>. Acesso em: 14 set. 2008.

2.4.2.2 Agricultura Biológica

Desenvolvida na década de 30, pelo suíço Hans Peter Muller, na Suíça, a partir de estudos da fertilidade de solo e microbiologia, nasce a agricultura organo-biológica, mais tarde denominada Agricultura Biológica. Seus objetivos iniciais eram basicamente socioeconômicos e políticos, ou seja, buscavam a autonomia do agricultor e a comercialização direta.

Entretanto, estas idéias tomaram forma somente na década de 60, quando o médico austríaco Hans Peter Rusch difundiu este método. Nessa época, a corrente de agricultura biológica enfatizava a proteção do meio ambiente, a qualidade biológica dos alimentos e o desenvolvimento de fontes de energia renováveis.

As propostas técnicas da agricultura biológica e orgânica são muito semelhantes, sendo diferenciadas mais no sentido da origem da palavra do que em termos de normas de produção e comercialização.

2.4.2.3 Agricultura Orgânica

Trata-se de corrente desenvolvida pelo inglês Sir Albert Howard, nas décadas de 30 e 40, parte do princípio que a fertilidade do solo é função direta da matéria orgânica nele contida.

Howard defendia o não uso de adubos artificiais e, particularmente, de adubos químicos minerais e considerava que a fertilidade natural do solo era o fator principal para eliminar pragas e doenças, melhorar os rendimentos e a qualidade dos produtos agrícolas - era a fertilidade natural do solo.

A melhoria da saúde do solo e das plantas pode ser conseguida através de processos como a reciclagem dos nutrientes da matéria orgânica (tais como compostos ou resíduos de plantas), rotação de culturas, manejo apropriado do solo e ausência de fertilizantes sintéticos e herbicidas.

2.4.2.4 Agricultura Ecológica

Desde a segunda metade do século XX alguns pesquisadores começaram a se preocupar com temas ligados ao meio ambiente. Contudo, a partir das motivações intelectuais de Rachel Carson, em sua obra, “Silent Spring” (1960), publicada pela primeira vez em Barcelona, aumentaram as discussões sobre as questões ecológicas.

Estimulada pelo movimento ecológico e influenciada por trabalhos de R. Carson, W. A. Albrecht, S. B. Hill e E. F. Schumacher, este tipo de agricultura toma propulsão nos EUA na década de 70. Na Alemanha recebeu importante contribuição teórico-filosófica e prática do professor H. Vogtmann (Universidade de Kassel).

Rachel Carson considerada, na época, sensacionalista pela indústria química e por representantes do governo, continuou sua luta, clamando por novas políticas de proteção à saúde humana e ao ambiente, lembrando que o ser humano é parte vulnerável do mundo natural, sujeito aos mesmos danos que os outros elementos que compõem o ecossistema.

Sua consciência e preocupação de encontrar rumos para preservar a natureza foi um dos principais alicerces do pensamento ambientalista nos EUA e no mundo, tornando-se precursora da idéia de que os homens e os animais estão em interação constante com o meio em que vivem.

Carson⁴³ (2005, p. 19) enfatizou o uso indiscriminado de substâncias tóxicas na agricultura:

[...] de modo semelhante, as substâncias químicas, difundidas sobre terras de cultivo, ou sobre florestas, ou sobre jardins, fixam-se por longo tempo no solo; dali, entram nos organismos vivos; passando de um a outro; e iniciam uma cadeia de envenenamentos e mortes.

Como sabido, a natureza sofre interferência de todo processo de produção. Faz sentido, por isso, crer que, além dos alimentos, a agricultura também produz relações dos homens entre si e dos homens com a natureza, e os envolvidos com essa atividade assumem responsabilidade social e ambiental.

Vale reafirmar que a agricultura ecológica reza o emprego de práticas agrícolas que visam melhorar, ou no mínimo, não danificar o meio ambiente. Tende a não eliminar por completo o uso de insumos químicos, mas minimizá-lo. Sendo assim, é menos restritiva que a agricultura biológica e a agricultura orgânica, no momento em que consegue empregar técnicas modernas, baseadas na ciência biológica e ecológica, bem como desenvolver, permanentemente, soluções inovadoras para as dificuldades enfrentadas pelos produtores (CAPORAL, 1998).

⁴³ Traduzido do original: “De igual modo, los productos químicos se diseminan por los sembrados, o por los bosques, o por los jardines, se alojan durante largo tiempo en las cosechas y penetran en los organismos vivos, pasando de uno a outro en una cadena de envenenamiento y de muerte. (...)”. CARSON, 2005.

2.4.2.5 Agricultura Natural

Surgiu em meados da década de 1930, quando o filósofo japonês Mokiti Okada fundava uma religião baseada no princípio da purificação⁴⁴, cujo norte era a agricultura natural. Para esta religião a purificação do espírito deve ser acompanhada pela purificação do corpo, daí a necessidade de evitar o consumo de produtos tratados com substâncias tóxicas.

A agricultura natural valoriza o solo como fonte primordial de vida e, para fertilizá-lo, faz uso de adubos, de fertilizantes e de defensivos, os insumos do próprio meio. Não adota o cultivo mecânico, o uso de herbicidas, os fertilizantes sintéticos ou compostos preparados, a atividade da capina e/ou qualquer dependência de químicos. O uso de esterco animal é rejeitado radicalmente nesse tipo de agricultura.

2.4.2.6 Permacultura

Desenvolvida por Bill Mollison, na Austrália, em 1971. Trata-se de um sistema evolutivo integrado de espécies vegetais e animais perenes (de onde provém o nome) ou autopermanentes úteis ao homem. Permite o uso de todos os produtos e tecnologias ecológicas que propiciem sustentabilidade.

Intenta integrar o estabelecimento agrícola e o ecossistema, visando a sucessão de cultivos para maximizar os resultados da atividade produtiva conservando os recursos naturais (Caporal, 1998).

⁴⁴ Atualmente, Igreja Messiânica.

2.4.2.7 Agricultura Regenerativa

A corrente surgiu nos Estados Unidos da América no final da década de 70. Teve como origem a agricultura orgânica proveniente das idéias de Robert Rodale.

Tal modelo reforça o fato de o agricultor buscar sua independência pela potencialização dos recursos encontrados e criados na própria unidade de produção agrícola ao invés de buscar recursos externos.

Visa à produção que se preocupa com a recuperação do solo, através da rápida recuperação de áreas degradadas e produção agrícola (agrossilviculturas) através de podas intensivas de árvores, do intensivo controle da sucessão vegetal e da indução ao rejuvenescimento assim como do intenso crescimento e vigor que a poda propicia ao sistema.

2.4.2.8 Agroecologia

A agroecologia é uma disciplina científica que dá sustentação à agricultura de base ecológica, que a partir dos anos 80 passou a ser empregada para designar, sobretudo, um conjunto de práticas agrícolas alternativas, mesmo que seus precursores (Drs. Miguel Altieri e Stephen Gliessman da Universidade da Califórnia, EUA) insistissem sobre um conceito mais amplo, que incorporava um discurso social. Seus autores destacam que no enfoque da agroecologia troca-se a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada à disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais.

2.4.2.9 Agricultura Sustentável

Com o agravamento dos efeitos sociais e ambientais no final da década de 80 e durante a década de 90, se intensificou, em escala mundial, o questionamento sobre a sustentabilidade do modelo agricultura produtivista propugnado pela Revolução Verde e, até então, dominante.

Veiga⁴⁵ (2003) enfatiza que a agricultura sustentável também está recebendo as denominações de Revolução Superverde ou Duplamente Verde. Esta pode representar a Terceira Revolução Agrícola, pois seus princípios estão sendo adotados pelo sistema agrícola convencional com o objetivo de se tornarem sustentáveis.

2.4.3 A Transição da Agricultura Convencional para a Agricultura de Base Ecológica

O processo de transição agroecológica continua fazendo parte da pauta de discussão daqueles que intentam o desenvolvimento da agroecologia, tendo em vista que trata-se do ponto mais crítico da busca por uma agricultura sustentável. É uma fase de mudanças profundas que são promovidas, ou de modo gradativo no espaço e no tempo, ou de modo mais dinâmico, o que depende da disposição e do interesse do agricultor.

Boa parte dos estabelecimentos rurais tanto dos países desenvolvidos como dos países mais pobres onde a Revolução Verde gerou fortes impactos, ainda pratica a agricultura convencional, portanto, dependente do uso de insumos químicos. A conversão desse espaço rural além de implicar na 'quarentena' para eliminação de resíduos agrotóxicos do solo, sendo esta uma ruptura do modelo tecnológico empregado, também revela um período

⁴⁵ Disponível em: <http://bdtd.ufal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=337>. Acesso em: 12 ago. 2008.

para reorganização e maturação dos novos conhecimentos; uma fase de mudança da forma de pensar e agir no que tange a relação da produção com a natureza.

De acordo com Campanhola e Valarini (2001, p. 72 – 3) pelo menos cinco razões justificam a ampliação do mercado de produtos orgânicos no Brasil:

A primeira é que esta tenha partido dos próprios consumidores, preocupados com a sua saúde ou com o risco da ingestão de alimentos que contenham resíduos de agrotóxicos [...]. A segunda razão é que a demanda tenha se originado do movimento ambientalista organizado, representado por várias ONGs preocupadas com a conservação do meio ambiente, tendo algumas delas atuado na certificação e na abertura de espaços para a comercialização de produtos orgânicos pelos próprios agricultores [...]. A terceira seria resultado da influência de seitas religiosas, como a Igreja Messiânica, que defendem o equilíbrio espiritual do homem por meio da ingestão de alimentos saudáveis e produzidos em harmonia com a natureza. A quarta razão [...] teria como origem os grupos organizados contrários ao domínio da agricultura moderna por grandes corporações transnacionais [...]. E o quinto motivo seria resultado da utilização de ferramentas de “marketing” pelas grandes redes de supermercados, por influência dos países desenvolvidos, que teriam induzido demandas por produtos orgânicos em determinados grupos de consumidores.

Camargo *et. al.* (2004)⁴⁶ fazem referência ao crescimento da área cultivada com agricultura de base ecológica no cenário mundial. No Brasil, estima-se que em 2001 a área utilizada com o sistema orgânico era de 275,6 mil hectares (0,08% do total) (oito centésimos por cento), distribuídos em 15 mil

⁴⁶ Disponível em : <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/tec2-0704.pdf>. Acesso em: 12 out. 2008.

estabelecimentos rurais. Em 2003 foram cultivados 841,8 mil hectares com produtos orgânicos em 19,0 mil estabelecimentos.⁴⁷

Dentre o período de 1986 a 1996, a conversão do sistema convencional para o orgânico foi ampliada em 30,0% (trinta por cento) ao ano, com variação entre 2003 e 2005, de 5,0% (cinco por cento) a 20,0% (vinte por cento) (Camargo *et al.*, 2004)⁴⁸.

A área total cultivada com produtos orgânicos no mundo, em 2003, era de 24,07 milhões de hectares distribuídos em 462,48 mil estabelecimentos rurais. Vale salientar que este segmento representa pouco menos de 1% (um por cento) do total das terras com lavouras e pastagens do mundo. Essa área ocupada com o sistema orgânico encontrava-se, àquela época, assim distribuída: 41,8% (quarenta e um por cento e oito décimos) na Oceania; 23,1% (vinte e três por cento e um décimo) na Europa; 24,2% (vinte e quatro por cento e dois décimos) na América Latina; 5,9% (cinco por cento e nove décimos) na América do Norte; 3,7% (três por cento e sete décimos) na Ásia; e, 1,3% (um por cento e três décimos) na África (Camargo *et al.*, 2004).^{49, 50}

A agricultura de base ecológica, embora ofereça vantagens econômicas, tem sido adotada lentamente, tendo em vista as dificuldades com que o agricultor se depara, tais como: custos elevados no curto prazo e insuficiência de capital/crédito.

⁴⁷ Dados de pesquisa realizada pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM/ WILLER & YUSSEFI), publicada em 2004, referem-se tão somente à agricultura orgânica.

⁴⁸ Disponível em : <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/tec2-0704.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2008.

⁴⁹ Disponível em : <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/tec2-0704.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2008.

⁵⁰ Dados de pesquisa realizada pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM/ WILLER & YUSSEFI), publicada em 2004.

“[...] os agricultores que se aderem às propostas de agricultura com base ecológica se vêem na necessidade de articular seus interesses particulares mediante estratégias de ação coletiva” (COSTABEBER; MOYANO, 2000, p. 52). Contudo, tais autores enfatizam que o ingresso no processo de transição, de um modo geral, depende de ações individuais, dentro das porteiras de cada estabelecimento agrícola.

Segundo Hespanhol (*on line*)⁵¹, “a transição agroecológica pode ser definida como o processo gradual de mudança através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como objetivo a passagem de um sistema de produção a outro”.

Na sua concepção⁵² a adoção do sistema de produção de base ecológica por pequenos proprietários rurais apresenta como principais vantagens:

- a escala de produção, que por ser menor, favorece a conversão produtiva e permite a produção em pequenas áreas;
- a diversificação produtiva que em virtude da integração do cultivo de lavouras temporárias e/ou permanentes com a criação de animais, pode facilitar a adoção do sistema orgânico, ao mesmo tempo em que garante maior estabilidade econômica;
- maior envolvimento direto do produtor e dos membros da família, favorecendo tanto o maior controle sobre o processo produtivo como a maior capacidade de absorção desta mão-de-obra;
- a menor dependência de insumos externos, devido ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no estabelecimento rural;

⁵¹ HESPANHOL, 2008. Disponível em:
<<http://confins.revues.org/sommaire1103.html>>. Acesso em 17 de set. 2008.

⁵² *Ibidem*, 2008.

- a possibilidade de eliminação do uso de agrotóxicos, que contribui para a redução dos custos de produção;
- os menores custos envolvidos na produção, resultando em melhores relações custo-benefício e maiores rendas efetivas.

Para esse mesmo autor, o produtor enfrenta inúmeros desafios ao dedicar-se à produção orgânica em pequena escala, tais como⁵³:

- a) o pequeno volume produzido, a menor diversificação de produtos e a irregularidade na oferta podem dificultar o estabelecimento de contratos de fornecimento mais duradouros com compradores que necessitam de maiores quantidades como lojas especializadas, restaurantes, hospitais, escolas etc. e redes varejistas;
- b) a falta de assistência técnica oficial e de preparo ou formação específica dos extensionistas para prestar assistência técnica em agricultura orgânica pode comprometer o processo de conversão da agricultura convencional para a ecológica, bem como garantir a sua manutenção;
- c) os problemas de acesso às informações sobre a produção orgânica, as técnicas e as formas de manejo, as alternativas de comercialização, o acesso ao crédito, além das dificuldades dos produtores em se organizarem coletivamente em associações e/ou cooperativas podem atrasar ou restringir o processo de sua expansão;
- d) as dificuldades financeiras enfrentadas durante o processo de conversão da produção convencional para a de base ecológica podem desestimular os produtores que sobrevivem da agricultura;
- e) os altos custos envolvendo a certificação e o acompanhamento rigoroso dos critérios para mantê-la implicam na necessidade da estruturação de um sistema em que o processo de certificação seja participativo, descentralizado

⁵³ HESPANHOL, 2008. Disponível em:
<<http://confins.revues.org/sommaire1103.html>>. Acesso em 17 de set. 2008.

e gere credibilidade entre os vários agentes envolvidos.

Como forma de minimizar o possível entrave às vendas ao segmento atacadista, devido a pequena escala de produção, peculiaridade do sistema orgânico de produção, mencionada pela mesma autora, poderão ser realizadas ações coletivas de agricultores, como as associações e cooperativas, que podem contribuir para a consolidação de formas de produção mais sustentáveis. A intermediação por terceiros tende a esgotar a viabilidade de se atingir a sustentabilidade econômica e social.

Com relação às formas de comercialização no varejo, tais formas permitem maior autonomia ao agricultor, pois o mesmo encontra alternativas de venda direta que eliminam a figura do 'atravessador', seja via entrega em domicílio de cestas de produtos sob encomenda, ou em lojas de produtos naturais, restaurantes, etc., ou ainda em feiras livres (Campanhola e Valarini, 2001).

O abandono do modelo de agricultura convencional está muito relacionado à ideologia do agricultor. Além disto, requer a sapiência de trabalhar em grupo, do dinamismo e da persistência. Afinal, boa parte dos agricultores familiares, com ênfase aos que passaram por um forte processo de descapitalização, tendo este iniciado na produção convencional e agravado pelas dificuldades no período de transição como agricultor agroecológico, hoje mostra sinais de recuperação econômica.

A transição agroecológica, enquanto processo social implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, calcada nas especificidades de cada agroecossistema, como clima, solo e água, mas, por depender da intervenção humana requer uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

2.5 **A Resposta Sócio-ambiental**

2.5.1 Agroecologia

Na década de 80, a agroecologia surgiu como uma grande esperança para aqueles que acreditavam que ainda era tempo de mudar, apesar da agricultura convencional ainda ser predominante.

Caporal e Costabeber (2004, p. 11) conceituam a agroecologia como “um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agriculturas convencionais para estilos de desenvolvimento e de agriculturas sustentáveis”.

Para Costa Gomes e Borba (2004, p. 12):

A verdadeira Agroecologia, além da produção limpa, trata da ética e da solidariedade na produção e no consumo, busca o desenvolvimento endógeno e local, a independência dos agricultores e não a sua subordinação a “donos” do conhecimento e da tecnologia. Usa a livre circulação do conhecimento como estratégia para a equidade e a justiça social, defende a manutenção da biodiversidade ambiental, natural, social e cultural.

Globalmente, pode-se afirmar que a agricultura sustentável (incluindo todas as suas correntes: orgânica, biodinâmica, natural, ecológica, permacultura - cultura permanente, etc.) emerge como uma nova visão de mundo que eleva a agricultura a um novo patamar, pressupondo uma diferenciação social. Esta reza a agricultura sustentável, enfatizando aspectos ecológicos, sociais e econômicos. A implantação desta filosofia pode dar a resposta à crise do atual modelo de agricultura e fazer desencadear o surgimento de um novo modelo de produção sustentável e mais justo, que siga

os parâmetros da eficiência econômica, abandonando o paradigma vigente, que tem sido ecologicamente predatório, além de socialmente injusto.

Para autores como Altieri (2000), a agricultura que apenas substitui insumos químicos por alternativos, ecológicos ou orgânicos não necessariamente será uma agricultura ecológica derivada da abordagem científica da agroecologia, pois para isto deve estar calcada nos pilares da sustentabilidade, a saber: econômico, ambiental, social, cultural ético e político.

Gliessman (2001, p. 53) aponta que uma agricultura sustentável, fruto da aplicação da agroecologia, pelo menos

- teria efeitos negativos mínimos no ambiente e não liberaria substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, água superficial ou subterrânea;
- preservaria e recomporia a fertilidade, preveniria a erosão e manteria a saúde ecológica do solo;
- usaria a água de maneira que permitisse a recarga dos depósitos aquíferos e satisfizesse as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas;
- dependeria, principalmente, de recursos de dentro do agrossistema, incluindo comunidades próximas, ao substituir insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico;
- trabalharia para valorizar e conservar a diversidade biológica, tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domésticas; e
- garantiria igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequadas e possibilitaria o controle local dos recursos agrícolas.

Para Altieri (2000, p. 59) um sistema de produção para ter uma perspectiva agroecológica, deve:

- a) reduzir o uso de energia e recursos e regular a entrada total de energia de modo que a relação entre saídas e entradas seja alta;
- b) reduzir as perdas de nutrientes detendo a lixiviação, o escoamento superficial e a erosão, e melhorando a reciclagem de nutrientes com o uso de leguminosas, adubação orgânica, composto, e outros mecanismos eficientes de reciclagem;
- c) incentivar a produção local de cultivos adaptados ao meio natural e socioeconômico;
- d) sustentar um excedente líquido desejável, preservando os recursos naturais, isto é, minimizando a degradação do solo;
- e) reduzir custos e aumentar eficiência e a viabilidade econômica das pequenas e médias unidades de produção agrícola, promovendo, assim, um sistema agrícola potencialmente resiliente.

A agricultura de base ecológica tem sido uma forma de auxiliar na revitalização do espaço rural, sendo uma oportunidade de desenvolvimento para a agricultura familiar, por ocasião de suas características, tais como: baixa intensidade de uso da terra e mão-de-obra com menor custo, pois as atividades são em sua maioria desenvolvidas pela própria família, através do policultivo e da produção em pequena escala.

As formas sustentáveis, em termos de agricultura, encontram maior possibilidade de expansão em pequenos estabelecimentos rurais do que nos médios e grandes, haja vista o dinamismo da organização da unidade produtiva.

Com relação aos modos de produção, há que se frisar que a agricultura de base ecológica leva em consideração outras racionalidades além da econômica, como a ambiental. Em várias situações os aspectos econômicos não devem ser prioritários, ao passo que na agricultura convencional, esse é o único admissível, traduzindo a realidade capitalista.

Segundo Leff (2008, p. 144)

[...] a racionalidade ambiental se constrói desconstruindo a racionalidade capitalista dominante em todas as ordens da vida social. Nesse sentido, não só é necessário analisar as contradições e oposições entre ambas as racionalidades, mas também as estratégias para construir uma nova economia com bases de equidade e sustentabilidade; de uma nova ordem global capaz de integrar as economias autogestionárias das comunidades e permitir que construam suas próprias formas de desenvolvimento a partir de uma gestão participativa e democrática de seus recursos ambientais.”

No que se refere ao modo de produção, nenhum produto será ecológico se a sua produção implicar na exploração de mão de obra. Sendo assim, o segmento da agricultura familiar, na condição de integrante de cooperativas e/ou associações, imbuídas em uma gestão democrática e que prima por valores como a igualdade e a solidariedade entre os partícipes, tem plenas condições de produzir à luz da agroecologia.

2.6 O Processo Cooperativo enquanto Alternativa para a Agricultura Familiar

As cooperativas agropecuárias cumprem um importante papel econômico e social, uma vez que, ao servirem como intermediárias entre o mercado e as economias dos cooperados, diminuem os riscos, agregam valor à produção rural e promovem a inserção de pequenos e médios agricultores em mercados concentrados (Batalha, 2001).

A cooperação representa uma solução quando os custos da atividade produtiva se tornam muito altos ao agricultor e inviabilizam o seu trabalho. Desse modo, várias unidades econômicas, a maioria com a mesma

natureza de produção renunciam, total ou parcialmente, ao exercício independente de certas atividades, com vistas a formar uma organização comunitária especial, transferindo a esta importantes funções de sua economia individual (Franke, 1982).

Na subsistência do segmento da agricultura familiar o cooperativismo torna-se fundamental.

Segundo Singer (2002, p. 87)

[...] Não cabe dúvida de que se hoje ainda predomina na maioria dos países a agricultura familiar, praticada em pequenas e médias propriedades, sobretudo pelos próprios proprietários e seus familiares, isto se deve ao efeitos do cooperativismo, que dão à agricultura familiar competitividade e, portanto, possibilidade de resistir e se reproduzir.

2.6.1 A Economia Solidária

Este capítulo intenta analisar a evolução do cooperativismo vigente especialmente até a última década do século, “em que os setores populares buscavam melhores condições de vida em oposição à crescente disseminação das relações assalariadas e da desigualdade social daí decorrente” (CRUZ, 2006, p.121) para o cooperativismo autogestionário, que traz impresso os princípios de igualdade e democracia, representando segundo Singer (1999), uma resposta ao desemprego e à exclusão social.

Singer (1999) relata que no final do século XIX, os episódios da revolução tecnológica aliados às conseqüências da depressão econômica geraram o desemprego de milhares de trabalhadores nos EUA e Europa, atribuindo o cooperativismo, na época, como alternativa de subsistência para aqueles. Com o fim da II Guerra Mundial, o crescimento econômico

subseqüente e o desenvolvimento do estado de bem estar social, amparados pela Lei, a classe trabalhadora fez jus à proteção social e obteve conquistas no que se refere à remuneração, esvaziando a proposta do cooperativismo.

Por decorrência da expansão do modelo neoliberal nos anos 90, à sociedade é imposto o convívio sob a ordem da globalização da economia que, somada a revolução tecnológica, acabou por instaurar uma nova forma de disputa no mercado, marcada por fortes níveis de concorrência entre as empresas.

Rufino (2003, p. 255) esclarece em seu texto que:

[...] essa nova configuração exige destas novos valores para manter a demanda de seus produtos/serviços: produtividade, qualidade, flexibilidade, tempo, diferenciação, preço etc. Essas empresas buscam então aumentar a competitividade a um baixo custo, tornando imperativo reduzir salários e postos de trabalho. Além disso, ocorreu também a introdução de novos paradigmas nos processos produtivos, para dar conta dessa nova realidade.

Este cenário acabou por agravar o desemprego no mundo impulsionando o surgimento do novo cooperativismo: o cooperativismo autogestionário. No Brasil, o período de 1980 a 1990, foi marcado pelo fechamento de empresas e pela demissão em massa de trabalhadores, sendo este denominado por Singer (2005, p. 87) como “as duas décadas perdidas”. Muitos dos trabalhadores que não conseguiram reinserção no mercado de trabalho, inclusive àqueles que viviam na informalidade, encontraram como alternativa de subsistência, a formação de cooperativas de trabalho e produção e de associações de trabalhadores, calcadas na filosofia da auto-gestão. Segundo este autor essas experiências foram denominadas de economia solidária.

Para os pesquisadores e os adeptos da causa da economia solidária, o novo cooperativismo incorpora nuances do cooperativismo tradicional, pois configura em sua essência fundamentos éticos de organização e uma tradição histórica (Souza, 2003).

[...] Nesta perspectiva, a economia solidária vai além, portanto, do cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, mas com a mesma orientação igualitária e democrática. Ou seja, são experiências baseadas em valores coletivistas, não individualistas [...] (SOUZA, 2003, p. 38).

Uma vez que os empreendimentos solidários cultuam valores coletivos, não é vital para quem deseja unir-se para trabalhar e sobreviver em um negócio coletivo, ter a clara noção em torno dos conceitos de autogestão e economia solidária, mas requer que este já tenha experimentado tal realidade, quer seja mediante movimentos camponeses, sindicais ou outros, e por isto esteja imbuído de um conjunto de valores inerente a um negócio com vários sócios (Cruz, 2006).

Não resta dúvida que a idéia de ser co-proprietário e, ao mesmo tempo, trabalhador responsável pelo rumo do negócio, exige a revisão de práticas e valores arraigados ao longo de uma vida, sobretudo em uma época em que a maioria dos cidadãos foi educada para o mundo do trabalho expandindo seus efeitos para a relação de emprego. Entretanto, lançando-se o olhar sob os empreendimentos solidários, notoriamente percebe-se que têm conseguido dar respostas aos agravantes sociais do desemprego, da desumanização dos mercados e da exclusão social.⁵⁴

Assim, os empreendimentos de economia solidária têm cumprido importante papel ao enfrentar estes graves problemas sociais.

⁵⁴ ANTEAG – Associação Nacional dos trabalhadores e empresas de autogestão e participação acionária, 2005.

Para Singer (2005, p. 86):

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social.

A economia solidária poderá representar uma nova forma de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, baseada na associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação, aí incluídos os grupos informais de geração de trabalho e renda, associações e cooperativas (Singer, 2000). Seguindo esta linha de pensamento, pode ser capaz de integrar membros da sociedade carentes de trabalho e que desejam fazê-lo, proporcionando-os, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. Desta forma, tem competência para propiciar a inclusão social (Singer, 2002).

Desse modo, conclui Singer (1997, p. 13):

Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão um novo emprego a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente. Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência inter-capitalista e

outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligadas por laços de solidariedade.

Cruz (2006, p. 87) conceitua economia solidária como sendo:

O conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade, (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhadas por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes.

Uma vez que os pensadores da economia solidária a caracterizam pelos princípios de autogestão, cooperação, democracia, igualdade e de solidariedade, é notório que o ser humano ocupa lugar singular nestes empreendimentos, distinto daqueles tradicionais.

Sendo assim,

[...] a Economia Solidária parte do princípio de que o central na organização da sociedade é o ser humano. É essa noção que vai redefinir relações sociais, econômicas, afetivas e produtivas. Portanto, a formação em Economia Solidária precisa dialogar com o trabalhador, trazendo para o conteúdo do processo formativo o sentido que é dado pelas vivências e anseios do trabalhador (ANTEAG, 2005).

Essa linha de pensamento é afirmada por Barreto (2003, p. 287), para quem a economia solidária “[...] é uma abordagem que, recolocando o ser humano no centro da vida econômica, procura conciliar produção e circulação

de riqueza com emancipação humana em direção a uma sociedade mais justa e igualitária”. Simultaneamente, nas empresas solidárias “[...] os sujeitos não se limitam à produção de coisas, pois além da produção econômica, há a produção de relações sociais, de símbolos, de valores” (VIEITEZ; NAKANO, 2004, p. 139).

Assim, a mudança do modo de produção por si só não é capaz de promover a transformação de seres humanos subjugados em sujeitos sociais emancipados (Barreto, 2003).

Para Gaiger (2004)⁵⁵ as práticas de Economia Solidária representam experiências de emancipação do trabalho desumanizado, capazes de restituir o trabalhador à condição de sujeito de sua existência. Desse modo, a partir de tais peculiaridades, essas práticas constituem-se em uma organização de formato diferenciado das organizações capitalistas.

As organizações de economia solidária cultuam princípios e valores distintos das organizações tradicionais, cujo emprego lhes possibilita contribuir na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo que, na prática, a incidência de tais princípios e valores se dá de forma conectada e interdependente, sendo eles: autogestão, democracia, solidariedade, participação, cooperação, igualitarismo, caráter formativo e educabilidade e sustentabilidade.

⁵⁵ Disponível em:
<<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Pri-4.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

2.6.1.1 Princípios e Valores Pertinentes aos Empreendimentos de Economia Solidária

Autogestão

Para Singer (2005) é a autogestão que distingue o empreendimento solidário dos demais, pois a prática autogestionária é orientada pelos princípios e valores de solidariedade, participação, igualdade, cooperação, autonomia, democracia e viabilidade econômica dentre outros. Para o autor em referência, as práticas de trabalho autogerido são verdadeiras tão somente quando as pessoas envolvidas nestas, reproduzem em suas condutas os valores ideológicos destacados. A partir desse momento, a prática passa a cumprir um papel educativo e transformador.

Segundo Singer (2002, p. 21)

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar de discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.

Torna-se importante que o desenvolvimento humano, pelo menos seja visto e praticado conforme o Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabelece:

O desenvolvimento humano é um processo que visa a ampliar as possibilidades oferecidas às pessoas. Em princípio, essas possibilidades podem ser infinitas e evoluir com o tempo. Contudo, em qualquer nível de desenvolvimento, as três principais características, do

ponto de vista das pessoas, são: ter uma vida longa e com saúde, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida decente [...] (TENERELLI, SILVA; PAIVA, 2006, p. 106 – 107).

Ao se fazer a leitura da obra de Gaiger (2004, p. 390 – 1), encontra-se referência ao trabalho de Caillé (2003, p. 235), em citação traduzida, com o seguinte conteúdo:

[...] a criação de coletivos, sob forma de cooperativas ou de associações de economia solidária, é susceptível de engendrar uma forte eficácia econômica. [...] esta eficácia econômica na produção de riquezas para o mercado apenas se realiza enquanto sua obtenção estiver subordinada ao ideal de uma outra riqueza, propriamente humana e social – o amor da família, a amizade dos cooperados, o senso de justiça, a solidariedade diante do infortúnio, etc. – e enquanto ela levar a viver momentos de gratuidade e de dádiva que, apenas eles, dão sentido ao conjunto do processo.

Os empreendimentos solidários ao possibilitarem aos trabalhadores autonomia no trabalho e pelo trabalho, sendo esta uma condição emancipatória, revitalizam o seu desenvolvimento humano.

A prática da autogestão, segundo Gaiger (2004, p. 389)

[...] exerce três efeitos importantes: ela inibe as tentações de reintroduzir a divisão social do trabalho e de adotar práticas não igualitárias, a começar pelo simples fato de que todos participam das decisões, inclusive os eventuais prejudicados, que nelas passam a incorporar o seu ponto de vista; ela eleva o grau de comprometimento dos indivíduos, reforça os laços mútuos e favorece a criação de um ambiente de *confiança mútua*, no qual o comportamento e a

abnegação de cada um em favor do interesse comum apóiam-se na expectativa de que assim se conduzirão os demais, o que resulta em benefícios maiores no imediato e sela um modelo consensualmente definido para futuras colaborações; como terceiro efeito, a partilha de gestão predispõe ao zelo, à maior atenção e cuidados para evitar desperdícios e otimizar o processo produtivo, o que reduz sua porosidade e incrementa ganhos em eficiência (grifo do autor).

A autogestão requer que o controle da gestão do empreendimento seja exercido pelos associados, privada da existência de regimes de trabalho como a subcontratação ou assalariamento para a realização das atividades em seu interior (Oliveira, 2004).

Entendida a questão nestes termos, cumpre lembrar a opinião de Jesus *et. al.* (2004). Para estes autores, torna-se importante que os empreendimentos de economia solidária, embora adotando critérios de eficiência na administração dos recursos, por conta de cumprirem um papel de empresas gerenciadas pelos próprios trabalhadores, distanciem-se da busca de uma racionalidade formal e hierárquica, priorizando a descentralização da autoridade e seu caráter participativo, cooperativo e democrático da administração. De tal maneira, a autogestão é realizada com participação, de modo que se estabeleçam relacionamentos sociais igualitários, evitando a instauração de níveis de poder rígidos nas estruturas solidárias que não venham permitir essa participação bem como o acesso a conhecimentos relacionados ao empreendimento por parte de todos os seus partícipes.

Democracia

Para a consolidação da economia solidária faz-se necessário a atender tanto a dimensões econômicas como políticas, embora, não raro, conceda-se ênfase apenas a uma delas.

A dimensão econômica refere-se às atividades econômicas do empreendimento capazes de aportarem meios de vida aos seus integrantes. (Cunha, 2003).

Cunha (2003, p. 47 – 8) ao reportar-se à dimensão política, ressalta que

[...] participar de uma cooperativa ou forma econômica solidária é uma experiência que pode educar para a prática política e para o exercício consciente de direitos e deveres políticos – por intermédio das decisões tomadas coletivamente em assembleias ou por representantes eleitos democraticamente, da fiscalização coletiva das contas, da transparência das informações, da garantia de igualdade de voz e voto a todos os integrantes. Mais ainda é experiência que pode restaurar condições de sociabilidade (ameaçadas sobretudo em situações extremas de marginalização econômica), à medida em que resgata o senso de pertencimento a uma coletividade, fortalece laços de confiança e respeito mútuos, aumenta o reconhecimento da alteridade, e no plano pessoal, promove a capacidade de expressão, a auto-estima e a existência de projetos de vida.

Pelo acima exposto, é fundamental que a dimensão política da economia solidária seja exercida de forma plena, para fazer emergir as práticas democráticas entre os integrantes do empreendimento solidário.

Nos aportes de alguns autores, dá-se ênfase às peculiaridades da democracia, sendo ela indispensável aos empreendimentos autogestionários, sob forma de, uma vez não promovidos, desconfigurar o sentido solidário do empreendimento. Dentre eles, ressalta-se o conceito de Oliveira (2004), que entende a democracia como

[...] um processo que deverá ser permanentemente aperfeiçoado e que compreende a livre escolha de dirigentes, renovação e alternância dos quadros diretivos e a existência de instâncias para a tomada de decisões fundamentais pelo conjunto dos associados, com garantia de transparência no exercício da gestão (OLIVEIRA, 2004, p. 340 – 1).

De outra forma, Jesus *et al.* (2004), referem-se a esse princípio trazendo “implícita a idéia de que cabe ao povo o direito de tomar a si as decisões relativas ao bem comum. Implica, portanto, a adesão de uma maioria nas tomadas de decisão”.

Desse modo, a participação efetiva dos integrantes dos empreendimentos de economia solidária, quer seja nos pleitos dos seus cargos como nas decisões pertinentes a gestão torna-se fundamental, pois tende a fortalecer o senso democrático entre os seus integrantes.

Solidariedade

A solidariedade aqui deve ser entendida como resultado de direitos conquistados por meio de lutas sociais e não em uma perspectiva filantrópica, na lógica da dádiva e da caridade, muito empregada por agentes que assistem populações carentes, como políticos e ativistas de ONGs. A isto França Filho (2003) denomina solidariedade da iniciativa cidadã, sendo bem mais empregada como referência coletiva a um bem comum do que imposta pelo costume.

A solidariedade na economia só pode ser adquirida se entre aqueles que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar ela for organizada igualmente. Desse modo, a organização solidária desenvolve-

se com uma estrutura democrática, pautada na filosofia da autogestão (Singer, 2002).

Segundo Oliveira (2004), o grau de solidarismo está relacionado à viabilidade sócio econômica assim como à melhoria nas condições de vida dos associados.

As relações internas constitutivas dos princípios de autogestão e de solidariedade – aferidas pelo grau de solidarismo- agem como uma mola propulsora do empreendimento, introduzindo uma racionalidade interna capaz de sustentá-lo e viabilizá-lo.

Oliveira (2004) destaca os seguintes indicadores que permitem a conotação de solidários, ao serem contemplados nos empreendimentos: a autogestão, a democracia direta, a participação efetiva, as ações de cunho educativo, a cooperação no trabalho e a distribuição igualitária dos resultados e benefícios. Sendo assim, a autonomia dos partícipes dos empreendimentos de economia solidária só pode ser sentida a partir da sua dependência em relação ao grupo do qual faz parte, assim como da lógica que as relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos, que juntos produzem o empreendimento solidário, sejam regidas pelo valor da solidariedade (Vieitez; Nakano, 2004).

Participação

Para que os empreendimentos sejam solidários é vital que realizem suas atividades à luz da autogestão, pressupondo a participação de seus integrantes. Suas participações efetivas devem ser aferidas através da presença em reuniões, em assembléias e em outras instâncias de decisões importantes para o funcionamento do empreendimento.⁵⁶ Para garantir a

⁵⁶ OLIVEIRA, 2004.

efetividade dessa participação, requer processos contínuos de socialização, que através do exercício de liberdade permitem aos integrantes fazer adesões espontâneas e intencionais a estes empreendimentos (Vieitez; Nakano, 2004).

Seus associados, ao praticarem nessas entidades, o direito ao voto, à democracia, à cooperação e à equidade social, estarão cumprindo com o critério da participação, um critério indispensável nas organizações solidárias. (Jesus *et al.*, 2004).

Cooperação

A cooperação entre os integrantes é vital para o êxito do empreendimento de economia solidária, uma vez que se mobilizam em torno de interesses e objetivos comuns, unem esforços, habilidades e capacidades em prol de resultados eqüitativos. Entretanto, a sua existência depende do cumprimento de importantes quesitos, como bem descreve Barreto (2003, p. 292):

[...] só pode haver cooperação se há, entre os envolvidos uma relação horizontal e autônoma de poder capaz de colocar todos na condição de igualdade de opinião e ação, do mesmo modo que garanta a justa eqüidade na distribuição dos ganhos da ação cooperativa, sejam eles materiais ou não, sempre em proveito de uma concepção humana de ganho. [...].

Nos empreendimentos autogeridos é fundamental haver a promoção de debates entre os seus partícipes em torno das questões produtivas daqueles, pois além de possibilitar que as decisões sejam coletivas e estejam calcadas nas suas histórias de vida, faz emergir um estado de comprometimento com os resultados decorrentes da ação empregada.

Carvalho e Pires (2003, p. 203) enfatizam que “a co-responsabilidade no processo produtivo está intimamente ligada à organização do processo produtivo e ao grau de conhecimento que os trabalhadores possuem dele.” Sob esta ótica a existência de co-responsabilidade fica evidenciada na existência de espaço de troca de informações e de idéia de melhorias na forma de se produzir, visando tanto maior eficácia e maior ganho para o associado quanto maior qualidade de vida no trabalho.

A cooperação se funda na idéia de emancipação política, psicológica e econômica dos sujeitos sociais e, como tal, não busca apenas ganhos financeiros, mas conquistas que se processam em outros campos, como o resgate da auto-estima, a construção de uma visão crítica de mundo, a consolidação das identidades, a construção da cidadania, o (re)estabelecimento de vínculos afetivos e amorosos, dentre outras tantas (Barreto, 2003).

Nesse aspecto, a cooperação fica vinculada aos ideais de autonomia, de liberdade política, de igualdade econômica, de democracia, de autogestão, de responsabilidade social e da valorização humana (Barreto, 2003).

Igualitarismo

Para Jesus *et al.* (2004, p. 281)

o igualitarismo econômico solidário é construído à luz das diferenças de participação dos membros, mas sob a égide de critérios aceitos por todos, na perspectiva de alcançar, de um lado, um ambiente de satisfação social e econômica e, de outro lado, as condições que favoreçam a sustentabilidade do empreendimento.

Caráter formativo e educabilidade

As ações de cunho educativo envolvem a capacidade política de o empreendimento exigir do Estado o atendimento de necessidades coletivas e individuais, em especial àquelas imbuídas na universalização da escolaridade e da saúde pública, além de oferecer conteúdos preparatórios para a autogestão solidária e de capacitação técnica e artística para o desenvolvimento de atividades produtivas e culturais (Oliveira, 2004).

Seguindo a vertente de pensamento desse autor e fortalecendo a idéia do caráter formativo e educabilidade, Jesus *et al.* (2004, p. 282) ressaltam que

uma política de formação ou um programa educacional deverá contemplar possibilidades que favoreçam o crescimento de seus sócios, na dupla condição de donos e usuários e na direção do desenvolvimento de habilidades, capacidades e conhecimentos que resultem em autonomia, em domínio de tecnologia e em práticas gestonárias democráticas e participativas.

Sustentabilidade

O empreendimento de economia solidária, com vistas a prosperar e a perdurar, precisa mobilizar-se em direção à sustentabilidade, além de carecer ao longo do tempo obter viabilidade além da perspectiva econômica, como é comum em empreendimentos tradicionais.

Para Jara (1998), a sustentabilidade está relacionada a quatro dimensões: a econômica, a social, a política e a ecológica. Esta abrangência é internalizada por Jesus *et al.* (2004), que entendem que as organizações de economia solidária precisam dar conta destas quatro dimensões, bem como definir as condições para realizá-las: a dimensão econômica é atendida na

medida em que conseguem, através de suas características, satisfazer as necessidades que o motivaram através das relações com o mercado; a dimensão social é alcançada quando contemplam as necessidades do coletivo, permitindo a manutenção ou perenidade da organização; a dimensão política é alcançada quando se faz plena a articulação com os atores sociais e institucionais em prol das carências de seus associados, como no caso da implementação de políticas públicas que lhes favoreçam; e por fim a dimensão ecológica que se realiza ao denunciar, além das relações dos homens entre si, a relação destes com a natureza.

Assim, à medida que os empreendimentos de economia solidária apresentam resultados nas quatro dimensões previstas anteriormente, tendem eles a contribuir para o desenvolvimento sustentável, visando o equilíbrio entre a eficiência econômica, a sustentabilidade ecológica e a equidade social (Jesus *et al.*, 2004).

2.6.2 O Trabalho de Associações e Cooperativas da Região Sul em Prol da Agricultura Familiar

A região Sul conta com várias organizações que, na situação de intermediárias, contribuem para a subsistência das atividades agrícolas dos agricultores familiares. Através da união de centenas de agricultores, formando a associação ou a cooperativa, tendem, valendo-se da economia de escala, a tornar superavitária a atividade realizada pelo agricultor.

Tais organizações, cultivando a premissa do desenvolvimento sustentável, viabilizam a inclusão social deste segmento agrícola. Com vistas a obter entendimento e maior domínio quanto às formas de gestão que empregam em prol da agricultura familiar, com ênfase a agroecológica, na região de Pelotas, apresenta-se aqui um breve histórico das organizações de economia solidárias, objetos deste estudo: a Associação Regional de

Produtores Agroecologistas da Região Sul (Arpa-Sul) e a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. (CSE).

Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul

A Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul, fundada em 1995, com sede em Pelotas (RS), tem o objetivo de viabilizar a pequena propriedade rural através da agroecologia e também como forma de superar, em conjunto, os problemas comuns pertinentes a um agricultor agroecológico envolvendo principalmente a produção e a comercialização.

Seu quadro de associados, atualmente, é composto de possui 27 famílias de agricultores, que comercializam a produção em quatro feiras livres em Pelotas e uma em Canguçu.

Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.

A Cooperativa Sul Ecológica foi fundada em dezembro de 2001, com sede em Pelotas (RS).

Conta aproximadamente com 230 associados corresponde a 150 famílias, distribuídas em nove municípios do território sul do RS (Arroio do Padre, Canguçu, Cerrito, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul, Turuçu, Herval e Capão do Leão), que produzem seguindo sistemas de base ecológica.

O quadro de associados da cooperativa é composto, em sua maioria, por agricultores familiares empobrecidos e descapitalizados. Dentre eles estão assentados da Reforma Agrária e remanescentes de Quilombos, sendo estes, ao longo da história, excluídos de toda e qualquer política pública.

A Cooperativa intenta, através do trabalho de seus cooperados, primar pela sustentabilidade ambiental e econômica.

A atuação da cooperativa contempla o fomento da produção, a organização social, a busca de canais de comercialização e o abastecimento. Considera além desses fatores, a agregação de valor aos produtos, e, a formação e a capacitação dos cooperados.

A opção por sistemas de produção de base ecológica tem o intuito de gerar autonomia, sustentabilidade, bem como aumentar a qualidade de vida de quem os pratica.

A Cooperativa Sul Ecológica é referência na produção de base ecológica de alimentos na região e grande parte da sua produção é destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos que, por conseguinte, registra uma forte dependência a esta política de governo. Em razão disto, tem buscado alternativas para acessar novos mercados, para geração de renda e alcance da autonomia.

Busca promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social mediante a articulação de políticas públicas, a auto-gestão e a cooperação entre as organizações que compõem o tecido social desta rede. Através da cooperativa o agricultor acessa o mercado, tendo respaldo no que se refere à legalização fiscal e sanitária, assim como o transporte da produção.

Desenvolve ações com o intuito de reforçar a construção de uma cultura de solidariedade e transparência entre agricultores e consumidores. Trata-se de uma rede de cooperação e comercialização solidária.

Dispõe de convênio firmado com o CAPA⁵⁷, que presta as seguintes atividades: articula as ações da Cooperativa com a CONAB para operacionalizar o PAA; realiza a extensão rural no planejamento e produção de produtos agroecológicos; assessora na formação de agricultores agroecológicos; realiza trabalhos de apoio às agroindústrias, à saúde e à alimentação alternativa. A Cooperativa Sul Ecológica está conveniada à Embrapa Clima Temperado com vistas a obtenção de apoio técnico.

2.7 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

A explicação de Neto; Santos; Nagem (2006, p. 73) sobre o que seja política pública elucida perfeitamente o tema.

As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental destinado à intervenção no domínio social, por meio dos quais são delineadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Nesse caso, Costa (1998, p. 7) coaduna com o pensamento dos autores anteriormente citados.

⁵⁷ CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), iniciou suas atividades em 1979, localizado inicialmente na cidade de Santa Rosa (RS). Na época, atendia uma área que na época abrangia 112 municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina (74 municípios no RS e 38 em Santa Catarina). Em 1988, mudou-se para Erechim, dando prosseguimento a processos de construção conjunta com os agricultores familiares organizados visando a promoção da agroecologia e do desenvolvimento sustentável, através de reuniões, seminários de lideranças, seminários com jovens, palestras, cursos práticos, oferecendo novas alternativas de produção e buscando fixar o homem no meio rural. Por volta de 1990, iniciou um trabalho com grupos informais; depois, com associações e cooperativas. Disponível em: <http://www.capa.org.br/site/content/nucleos/index.php>. Acesso em: 06 jun. 2009.

Considera-se como política pública o espaço de tomada de decisão autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesses.

A adoção de políticas públicas requer que a máquina estatal coordene e fiscalize os agentes públicos e privados, para que se faça cumprir os direitos do cidadão.

Nesta perspectiva Stiglitz (2002, p. 269) ressalva que “[...] em qualquer etapa de desenvolvimento político e econômico que um país esteja, o governo faz diferença. Governos fracos e intrusivos demais prejudicam a estabilidade e o crescimento”.

Constata-se, portanto que, para as elites dos países desenvolvidos, quanto menos nacionalismo e intervenção do Estado no domínio econômico, melhores e mais confortáveis suas posições. Países com Estado forte protegem suas empresas, acumulam mais, crescem mais, promovem distribuição de renda e podem superar as barreiras do subdesenvolvimento.

Os olhos ausentes de um Estado apático têm contribuído para o crescimento das demandas da população de baixa renda. O acesso aos direitos é privilégio de poucos, existe uma crise de empregos e, por conseguinte, o esvaziamento do próprio trabalho, de onde o homem deveria prover o seu sustento, provocando o aumento de sua dependência a programas ou políticas governamentais. As políticas sociais são formas de minimizar os problemas da desigualdade social no Brasil.

Ivo (2004, p. 57) define Política Social como sendo

[...] uma dimensão necessária da democracia nas sociedades modernas e está estreitamente ligada aos valores da eqüidade que fundam a legitimidade política e a concepção que as sociedades e os governos têm do seu projeto político e de seu destino.

[...] Assim, elas são dispositivos institucionais criados com o objetivo de assegurar a cada um as condições materiais de vida que permitam ao cidadão exercer seus direitos sociais e cívicos.

No que tange às políticas sociais, os brasileiros se deparam com debates em torno de dois estilos de política: a universal e a focalizada. Para Yazbek (2004) as políticas universais podem garantir a inclusão social e reduzir verdadeiramente as principais desigualdades do país. Contudo, as políticas focalizadas, emergenciais e compensatórias podem ter um efeito positivo no curto prazo.

Segundo Medeiros (1999, p. 5 – 6)⁵⁸ à luz da política universalizada,

todos os indivíduos têm direito de acesso a determinados serviços públicos devido a *direitos de cidadania* [...]. Na focalização, os recursos disponíveis são concentrados em uma população de beneficiários. Os indivíduos-alvo das políticas focalizadas são, geralmente, aqueles em maior “desvantagem”, como os pobres, as minorias, etc.

Na concepção de Sen (2000), a política focalizada concede aos indivíduos importantes instrumentos, para que os mesmos possam cuidar de si,

⁵⁸ Disponível em: <http://www.cipedya.com/web/FileDetails.aspx?IDFile=101033>. Acesso em: 12 jun. 2009.

como sociedade civil e/ou por meio do próprio mercado, através de alternativas que não prescrevam obrigatoriamente a sua dependência do Estado.

No Brasil, embora as políticas sociais estejam longe de dar conta de níveis tão elevados de desigualdade social, tem respondido às necessidades e direitos dos seus usuários, apesar de os atuais programas sociais não concederem garantia da universalização no acesso aos direitos. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ou mesmo o Programa de Transferência de Renda - Programa Bolsa Família, por exemplo, têm, na maioria das vezes, subsidiado os menos aquinhoados da classe pobre, contemporizando o problema da pobreza.

Em verdade, como bem aponta Yazbek (2004:104)

[...] as propostas em relação ao papel do Estado na esfera da proteção social são reducionistas e voltadas para situações extremas, com alto grau de seletividade e focalização, direcionadas aos mais pobres entre os pobres, apelando à ação humanitária e/ou solidária da sociedade.

O Brasil ainda não adotou uma política global de enfrentamento à pobreza, apenas políticas sociais focalizadas em determinados grupos da população, considerados vulneráveis no conjunto da sociedade, seletivas e compensatórias, efetivando-se em movimento contrário à universalização dos direitos sociais (Yazbek, 2004).

Isto contribui para que os problemas sociais, as crises econômicas e os discursos políticos e sociais sejam o pano de fundo do mundo da vida e seus efeitos se fazem sentir por toda a parte: da visibilidade à pobreza, da restrição dos direitos trabalhistas à depredação do meio ambiente.

O Estado com o intuito de atender a objetivos sociais, que pressupõem a busca de modelos de desenvolvimento que não visam somente o crescimento econômico, deve prover públicos específicos com políticas específicas.

No que se refere ao segmento da agricultura, faz-se necessário ampliar e consolidar as políticas públicas, especialmente àquelas em que se alicerçam os agricultores familiares. A agricultura familiar é o segmento mais estrangulado pelo modelo agrícola e pelo padrão tecnológico vigente. Trata-se de um segmento cuja preocupação ainda engatinha no setor público, tornando suas políticas muito restritas e excluindo vários pequenos agricultores por não se enquadrarem às exigências do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os recursos para a agricultura familiar estão aquém dos reportados ao agronegócio.

Segundo Melo (2006)⁵⁹ o país é pobre de política agrícola, sendo que esta se refere

[...] ao conjunto de intervenções do setor público, principalmente ao nível federal, que, de alguma maneira, tenha repercussões positivas no setor agrícola e aos consumidores, e corrijam falhas de mercado (exemplo, produção de bens públicos). Nesse contexto mais amplo, os instrumentos de intervenção não se limitam àqueles sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, e não desconsideram a cadeia agroindustrial. Eles referem-se aos instrumentos à disposição do setor público como um todo, nos três níveis do governo, a curto e médio prazo (*on line*).

⁵⁹ Disponível em:
<http://sober.org.br/conteudo.php?item_menu_id=6&mostra_congresso_realizado=1&id_realizado=3>. Acesso em: 20 ago. 2008.

Por meio de uma comprometida intervenção do governo, dos movimentos sociais, dos ministérios, dos agentes financeiros, de Organizações Não-Governamentais (ONGs), dentre outros, o Estado poderá minimizar a concentração de miséria, de violência, e outras mazelas que atingem a todos, estando no campo ou na cidade. Daí a urgência de haver uma mobilização social, objetivando reverter o modelo concentrador e excludente, gerador de conflitos agrários e de tensão social, que se perpetua na agricultura e na sociedade brasileira.

A reação aos reflexos da Revolução Verde tanto para o homem como para o ambiente impulsionaram o surgimento de sistemas de produção agropecuária mais sustentável.

Para atender esta demanda surgiu a agricultura de base ecológica, calcada na agroecologia. Entretanto, é visível que o Governo tem desenvolvido programas muito acanhados para este segmento, de forma que não tem contribuído para a consolidação deste, fazendo com que os agricultores se sintam excluídos.

Consta no artigo 225 *caput* da Carta Magna da Constituição Federal⁶⁰ (2008, p. 69 – 70):

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...]

V- controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que

⁶⁰ *Vade Mecum*, 2008.

comportem risco para a vida, a qualidade de vida e do meio ambiente;
[...].

Neste sentido, Silva (1998, p. 137)⁶¹ aponta que

É fundamental que o Estado reassuma o seu papel no novo mundo rural que se descortina, disciplinado, estimulando ou coibindo ações, tendo em vista o meio ambiente, e principalmente, o bem estar das populações aí residentes. Para isso, argumentamos, é necessário criar um novo conjunto de políticas não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento rural. Trata-se, em última instância, de criar condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem necessidade de migrar para as cidades, estendendo ao morador da zona rural as mesmas possibilidades que encontrara nos centros urbanos.

A luta pela ampliação dos direitos humanos e das políticas sociais é vital, pois tende a dar respostas à necessidade de muitas pessoas causando impacto direto na sua condição de vida e trabalho, além de mobilizar um processo de discussão coletiva (Behring; Boschetti, 2007).

Há de se criar e executar questões de ação coletiva global, propiciando um crescimento sustentável, eqüitativo e democrático, transformando a sociedade, minimizando a desigualdade social, vez que a pobreza extrema não permite a nutrição, a saúde e o pleno desenvolvimento cultural.

Faz-se necessário ampliar os investimentos públicos e permitir a universalização das políticas sociais básicas proporcionando, sem

⁶¹ SILVA, José Graziano da, 1998. v. I.

discriminação, oportunidades de acesso à saúde, à habitação, à educação, à tecnologia, à segurança e ao lazer.

2.7.1 Políticas Sociais à Agricultura familiar

A agricultura familiar não pode ficar à margem dos debates quando a discussão gira em torno da agricultura contemporânea e das políticas destinadas a este segmento.

O governo lança mão de políticas focalizadas com vista a possibilitar o fortalecimento da agricultura familiar, de forma que, dentre os programas por ele instituídos destinados a este segmento, quatro deles são os mais acessados pelo segmento da agricultura de base ecológica, a saber: Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco; Programa Territórios da Cidadania; Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco

A cadeia produtiva do fumo no Brasil é controlada por grupos multinacionais, que atuam também em diversas outras regiões do mundo.

A partir da década de 70, foi implantado no Brasil o sistema integrado de produção, através do qual é controlado o acesso ao crédito bancário dos agricultores, passando pela definição dos insumos a serem usados nos estabelecimentos agrícolas, culminando na definição do preço final a ser pago aos agricultores produtores de fumo. Para a FETRAF-SUL - organização sindical dos agricultores familiares da Região Sul do Brasil, nesta lógica, os agricultores familiares foram transformados em empregados (disfarçados) sem direitos e com muitas obrigações, dentre elas, assumirem

totalmente os riscos da produção, visto que o seguro existente serve para evitar perdas das indústrias e dos bancos financiadores.⁶²

Durante muitos anos o tabagismo foi visto como uma opção por um estilo de vida. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada ano, morrem cerca de 5 milhões de pessoas, em todo o mundo, devido ao consumo dos produtos derivados do tabaco, sendo que a maior incidência se verifica nos países em desenvolvimento como o Brasil, em que são estimadas mais de 200 mil mortes/ano.

O reconhecimento de que a expansão do tabagismo é um problema mundial motivou, em 1999, os Estados Membros das Nações Unidas a proporem a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade na 52.^a Assembléia Mundial da Saúde. Trata-se da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, um compromisso internacional pela adoção de medidas de restrição ao consumo de cigarros e outros produtos derivados do tabaco.

A adesão a este tratado possibilita ao país usufruir de apoio internacional, técnico e financeiro para o fortalecimento de uma política agrícola de alternativas ao fumo e, assim, beneficiar as famílias brasileiras que dependem da plantação desse produto.

A possível redução do consumo do tabaco no mundo irá impactar a demanda por fumo e, conseqüentemente, a oferta, o que afetará diretamente os 200 mil agricultores familiares brasileiros que vivem da fumicultura.

O Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco está alocado dentre as políticas públicas e programas implementados pelo

⁶² Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/downloads/OutrosArtigos/Fumo-Plano_de_diversificacao_das_areas.pdf>. Acesso em: 25 out 08.

Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar através do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER)⁶³.

O Programa está embasado numa ação integrada que apóie os agricultores familiares que tomarem a decisão de incluir no seu sistema produtivo culturas que garantam, além da renda, um olhar sobre a condição ambiental, a sua juventude rural, a autonomia dos processos produtivos e a qualidade de vida.

Os princípios fundamentais para o desenvolvimento de ações estruturantes da diversificação em áreas de tabaco⁶⁴ são cinco:

- Desenvolvimento Sustentável: engloba alternativas produtivas e de geração de renda direcionadas aos estabelecimentos fumicultores, cuja preocupação esteja em torno da questão ambiental, da qualidade de vida das

⁶³ Pelo Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural, passaram a ser coordenadas pelo Departamento de Ater - DATER, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. No mesmo ano, foi construída a Política Nacional de Ater, de forma democrática e participativa, em articulação com diversos setores do governo federal, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais. Essa Política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Entre os pilares fundamentais que sustentam a Política Nacional de Ater, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater. O DATER/SAF/MDA disponibiliza na internet mais de 300 tecnologias de base ecológica. O objetivo é garantir um espaço de fácil acesso voltado especialmente para extensionistas rurais, onde poderão ser encontradas informações sobre técnicas de manejo e tecnologias de base ecológica a serem usadas tanto na agricultura como na produção animal. Disponível em: < <http://www.pronaf.gov.br/dater/>>. Acesso em: 06 jun. 2009.

⁶⁴ Informações na íntegra poderão ser encontradas no documento da Política Nacional de Ater, MDA/SAF/DATER, 2004.

famílias e da transição agroecológica dos sistemas produtivos.

- **Segurança Alimentar:** engloba ações e políticas públicas que incentivem a produção limpa e diversificada nos pequenos estabelecimentos familiares fumicultores, permitindo que as famílias tenham acesso ao alimento, com qualidade e em quantidade suficiente para o consumo e comercialização.
- **Diversificação do Sistema Produtivo:** preserva as características do pequeno estabelecimento rural e seu constructo histórico, valorizando os conhecimentos locais. Tende a aprimorar a pluriatividade e a multifuncionalidade dos estabelecimentos.
- **Participação:** o trabalho deverá contribuir para a autonomia progressiva dos agricultores, valorizando a construção de conhecimentos, o intercâmbio de informações e a geração de oportunidades para jovens e mulheres rurais.
- **Parcerias:** prima pelo estabelecimento da ação descentralizada e ao mesmo tempo integrada com organizações governamentais e não-governamentais, universidades, instituições de Ater, pesquisa, em nível estadual, municipal e local.

Programa Territórios da Cidadania

Priorizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para desenvolver ações de investimento e custeio na perspectiva de promoção do desenvolvimento

territorial sustentável, o Programa Territórios da Cidadania, lançado em fevereiro de 2008, pelo Governo Federal, tem o objetivo de superar a pobreza no meio rural por meio do desenvolvimento equilibrado dos territórios rurais, da melhoria de qualidade de vida e da garantia de direitos e cidadania, entre outras ações.

Conforme anunciado por Oliveira, secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, no primeiro ano será feito o investimento de R\$ 12,6 bilhões em 958 municípios de todas as 27 unidades da Federação. Serão 60 territórios, onde vivem 24 milhões de brasileiros, sendo 7,8 milhões no campo. A partir de janeiro de 2009 serão incluídos 60 novos territórios, sendo as ações ampliadas para 1808 municípios de todas as regiões do País, onde vivem 41,4 milhões de pessoas, das quais, 12,7 milhões em áreas rurais. Com o propósito de beneficiar as regiões mais pobres do País, o programa estabelece 135 ações distribuídas por 15 ministérios em todas as regiões brasileiras, com previsão de 19 ministérios para 2009, divididas em três eixos: apoio às atividades produtivas; acesso a direitos e a ações de infra-estrutura. Intenta-se com a implementação deste Programa, combater as desigualdades entre as regiões metropolitanas, as grandes e médias cidades e o interior do Brasil, que vive distante das oportunidades de desenvolvimento econômico e de acesso a políticas públicas de qualidade, possibilitando o fortalecimento da agricultura familiar, podendo esta contribuir em suas múltiplas funções econômica, social e ambiental de forma sustentável (SEBRAE, 2008, p. 12).⁶⁵

Os territórios são formados por conjuntos de municípios com características econômicas e ambientais comuns e com identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que os estados, revelam - de forma mais nítida que os dois primeiros - a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições, o que facilita o

⁶⁵ Revista **SEBRAE Agronegócios**, 2008. Disponível em: <http://www.rts.org.br/noticias/destaque-4/arquivos/agronegocios.pdf>. Acesso em: 25 out. 2008.

planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões.

Os territórios incluídos no programa foram selecionados por possuírem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); concentração de agricultores familiares e assentamentos de reforma agrária; maior número de beneficiários do Bolsa Família e de populações quilombolas e indígenas; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; e pelo menos um território por estado. A definição dos 60 novos territórios que serão incorporados ao programa a partir de 2009, também considerou o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).⁶⁶

Segundo o MDA, considerando-se os 120 territórios da cidadania (2009), serão beneficiados por este programa 32,49% (trinta e dois por cento e quarenta e nove centésimos) dos municípios brasileiros, 22,62% (vinte e dois por cento e sessenta e dois centésimos) dos habitantes destes municípios, 44,91% (quarenta e quatro por cento e noventa e um centésimos) da população rural dos municípios, abarcando 44,87% (quarenta e quatro por cento e oitenta e sete centésimos) de agricultores familiares.

Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003 com o objetivo de promover a inclusão social no campo, mediante o incentivo à agricultura familiar e garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar, que são atendidas mediante programas sociais locais. Dentre elas

⁶⁶ Disponível em:
<<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/19019>>.
Acesso em: 25 out. 2008.

está incluído o atendimento a indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária em situação de insegurança alimentar e atingidos por barragens.

Os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) fazem parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além de governos estaduais e municipais para promover a segurança alimentar e nutricional e gerar mais renda aos agricultores familiares.

Desde o início do Programa, foram adquiridos 929,496 mil toneladas de alimentos, comprados pelo Governo Federal de 350 mil agricultores familiares, sendo possível o atendimento de cerca de 15 mil entidades que atendem diretamente pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O PAA está presente em aproximadamente 3,5 mil municípios brasileiros.

O programa adquire do segmento da agricultura familiar os produtos arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. O produto *in natura* deve estar limpo, seco, enquadrado nos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O produto beneficiado deve ser acondicionado nos padrões estabelecidos pelos Órgãos competentes e entregue nos Pólos de Compra (Unidades Armazenadoras próprias ou credenciadas, indicadas pela CONAB) ou nos Pólos Volantes de Compra.

Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Aquisição de Alimentos é operacionalizado em quatro modalidades⁶⁷:

1. Compra Direta da Agricultura Familiar: promove a inserção de agricultores no mercado de forma mais justa, já que o Governo Federal adquire diretamente a produção do pequeno agricultor. Os produtos são adquiridos a preço de referência, com isenção de licitação. Os preços não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais. O limite é de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar. É necessário que o agricultor se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), exceto na modalidade Incentivo à Produção de Leite, cujo limite é semestral. É operacionalizado pela CONAB.
2. Formação de Estoques pela Agricultura Familiar: visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para o consumo humano. Tais alimentos são oriundos de agricultores familiares organizados em grupos articulados para a formação de estoques em suas próprias organizações. É operacionalizada pela CONAB.
3. Compra para Doação Simultânea: esta modalidade articula a produção dos agricultores com as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos e dos programas sociais das localidades, tais como restaurantes populares e bancos de alimentos. A modalidade promove o desenvolvimento da economia local, fortalecimento

⁶⁷ Disponível em:
<<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1816/codInterno/20485>>.
Acesso em: 22 out. 2008.

da agricultura familiar e a geração de trabalho e renda no campo. É operacionalizada pela CONAB, governos estaduais e municipais.

4. Incentivo à Produção e Consumo do Leite (Leite Fome Zero): esta modalidade através da aquisição e distribuição do leite com garantia de preço, objetiva contribuir para a diminuição da vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição e contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo familiar.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O PRONAF possibilita o fortalecimento da agricultura familiar, com apoio técnico e financeiro, colocado à disposição da pequena produção, fato que vem contribuindo para promoção do desenvolvimento rural sustentável.

O programa intenta ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar; viabilizar a infra-estrutura rural à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; elevar o nível de profissionalização de agricultores de base familiar, proporcionando-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais e favorecer o acesso de agricultores de base familiar e suas organizações ao mercado.

O PRONAF destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural. Entende-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam

compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

O PRONAF oferece 16 (dezesesseis) diferentes modalidades⁶⁸ de financiamento para o Plano de Safra da Agricultura Familiar 2008/2009. São elas: 1. Grupo A; 2. Grupo B; 3. Agricultores Familiares; 4. Grupo A/C; 5. PRONAF Agroindústria; 6. PRONAF Floresta; 7. PRONAF Semi-Árido; 8. PRONAF Mulher; 9. PRONAF Jovem; 10. PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; 11. PRONAF Cotas-Partes; 12. Microcrédito Produtivo Rural; 13. PRONAF Agroecologia; 14. PRONAF Eco; 15. PRONAF Mais Alimentos e 16. Créditos para os Beneficiários do PNCF e do PNRA.

As diversificadas modalidades de crédito oferecidas pelo PRONAF têm contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, ao se analisar detalhadamente cada uma delas, percebe-se que a burocracia para acessá-las, bem como as contrapartidas que exige, pode dificultar a vida dos beneficiários. Em função disto, verifica-se uma tendência a serem acessadas àquelas modalidades mais simples e que envolvem menores créditos.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados coletados se deu de forma descritiva, de modo a permitir o relato das experiências e percepções dos entrevistados através da transcrição das gravações realizadas.

Em um segundo momento, na etapa de agregação, para cada quesito do roteiro de entrevista foram agregadas todas as respostas dadas

⁶⁸ Para o maior detalhamento de cada uma das modalidades é recomendável consultar o Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.emater.rn.gov.br/pronaf2008.asp>>. Acesso em: 25 out. 2008.

pelos entrevistados, dando-se especial atenção às circunstâncias em que algumas palavras foram várias vezes anunciadas pelo entrevistado.

Por fim, deu-se a filtragem das percepções mais significativas do enfoque estudado, buscando aproveitar somente “o que é relevante e significativo para a compreensão da sociedade e não a acumulação anárquica de supostas peças de evidência que não acrescentam em nada aos dados já existentes” (HAGUETTE, 1995, p. 93). Desse modo, a interpretação e análise dos dados deram elementos que subsidiaram as conclusões do estudo.

3.1 O Caso ARPA-SUL – Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul

Com o objetivo de apresentar dados que compreendem o funcionamento da Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL) e da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda., enquanto organizações de economia solidária que corroboram para a sustentabilidade dos agricultores familiares agroecológicos, elaborou-se o memorial a seguir.

A ARPA-SUL iniciou suas atividades em novembro de 1995, na cidade de Pelotas à Av. Fernando Osório, n.º 2889, junto à Pastoral Rural da Diocese de Pelotas e posteriormente transferiu-se para a Rua Santa Tecla n.º 510, no mesmo prédio em que atua o CAPA. A sede é utilizada especialmente para a realização de assembléias e reuniões, sendo as feiras ecológicas o ponto de referência dessa associação.

Surgiu com o intuito de contribuir para a viabilização da pequena propriedade rural através da produção de base ecológica e de articular a venda destes produtos, oriundos do trabalho de agricultores familiares da região sul do Rio Grande do Sul, que aderiram ao sistema de produção livre do uso de

insumos químicos, em compasso com a nova lógica de se fazer agricultura de base ecológica a partir da década de 80. Essas famílias, em sua maioria, estavam envolvidas com o plantio do fumo e eram sabedoras das conseqüências deste tipo de atividade para a saúde, para o meio ambiente e para as gerações futuras.

Em seu início, a Arpa-Sul contava com 28 (vinte e oito) famílias associadas que percebiam o mercado da agroecologia como promissor especialmente sob a ótica econômica. Uma das conseqüências dessa ótica foi o aumento de credenciados, alcançando 40 (quarenta) famílias no decorrer de um ano. Entretanto, algumas famílias se desvincularam da associação por buscarem um resultado imediato, o que não ocorreu, quer seja pela baixa produtividade decorrente do período de transição do sistema de produção agrícola e/ou pelo pequeno mercado que se espraiava na época. Atualmente a associação conta com um quadro de 29 (vinte e nove) famílias associadas, sendo a maioria composta pelos agricultores fundadores da organização.

Na percepção do agricultor A, e também integrante da diretoria executiva da associação da Arpa-Sul, a ruptura do vínculo associativo de algumas famílias deve-se à desmotivação dos agricultores decorrente da questão do imediatismo, o que pode ser denotado na sua fala:

[...] o que desmotivou foi principalmente a questão do imediatismo porque a maioria das pessoas que queria comercializar, “não porque o produto ecológico tu vai lá e vende e tem o dinheiro”, mais pra vender e ter o dinheiro, tu tem que ter solo, tu tem que ter uma qualidade de produto e tu tem que ter o teu consumidor, isto é uma coisa que leva tempo pra se conseguir.

Pelo exposto, os fatores obtenção de um solo rico e equilibrado, o produto de qualidade e a formação do mercado consumidor, vão de encontro à

filosofia imediatista.

As adesões, em tempo, ao quadro social da Arpa-Sul, não se processam puramente pelo enfoque econômico, mas porque o associado é motivado a instaurar na sua vida uma filosofia que lhe propicia benefícios de cunhos social e ambiental, o que pode ser constatado na fala do agricultor B:

[...] hoje é mais a questão de ideais, eu diria que é ideais, né, porque é um modo de se viver diferenciado, é trabalhar com o natural, é trabalhar direto com as pessoas, né. É um modo diferente de se viver, porque no momento que tu entra para o grupo tu não é mais uma pessoa comum, tu tá trabalhando com uma família, porque hoje em dia o grupo Arpa-Sul ele não é um grupo isolado, ele é uma, é uma família, é tanto os produtores quanto consumidores, é tudo uma família só.

Como forma de disponibilizar ao mercado produtos livres de defensivos agrícolas, a entidade utiliza-se do sistema de feiras livres, e conforme seu estatuto registra é dever do associado dar conta tanto da atividade de produção como da atividade de venda deste tipo de produtos nas feiras.

A partir de 1997, a Arpa-Sul firmou uma parceria com o Restaurante Teia Ecológica, especializado em refeições vegetarianas em Pelotas, objetivando comercializar os produtos da Associação, por entender que os clientes do restaurante citado eram potenciais consumidores de produtos ecológicos. A parceria foi indispensável para a associação, uma vez que esta era detentora do produto, interagindo, tão somente com o mercado de feira ecológica, desconhecendo outras formas mais aprimoradas de interação. Esta parceria ainda perdura.

Hoje a entidade se faz representar em cinco pontos de feiras, sendo quatro na cidade de Pelotas, mais precisamente no Largo do Mercado público (às quintas-feiras), na Av. Dom Joaquim (aos sábados), na Av. Bento Gonçalves (às terças-feiras) e na Av. Duque de Caxias (aos sábados) e uma feira em Canguçu (às quintas-feiras), que empreendeu a partir de julho de 2009.

Para sua organização cada família cumpre uma escala de duas feiras semanais e, quando não pode se fazer presente resta o compromisso de enviar seus produtos por meio de outro associado do seu grupo, para que a oferta de produtos não sofra solução de continuidade, e a família não deixe de fazer receita.

Embora na seara administrativa seja o agricultor individual que se associa, no contexto das atividades é a unidade familiar que prevalece, uma vez que as atividades de produção e de venda são frutos da soma dos esforços dos integrantes da família, e seus resultados são méritos de todos. Nesta ótica, ao se associar, a pessoa passa a agir e a pensar de forma coletiva.

Anualmente é realizada a assembléia geral ordinária, sendo nesta, quando se aplica, a eleição da diretoria executiva da entidade e da comissão de organização, e quando necessário é convocada a assembléia geral extraordinária, sendo que ambas são realizadas na sede da Arpa-Sul.

Com relação à estrutura organizacional (Fig. 1) da associação, de acordo com o seu estatuto, está dividida entre a parte gestora e a comissão de organização. A primeira é formada pela diretoria executiva, que contempla um presidente, um tesoureiro e um secretário, contando, nas três instâncias, com a figura de um suplente e o conselho fiscal. Este conselho é composto por 6 (seis) integrantes da associação e está imbuído do acompanhamento e da conferência das questões contábeis e fiscais da entidade.

Organograma da Arpa-Sul

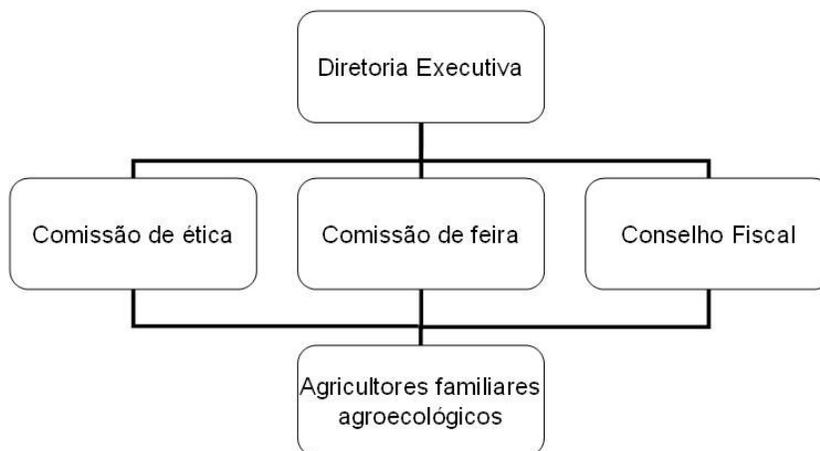


FIGURA 1. Estrutura organizacional da Arpa-Sul

É de consenso que a indicação dos suplentes dos cargos da diretoria executiva deve contemplar nomes que pertençam ao mesmo grupo de associados e titulares dos cargos, vindo a facilitar consideravelmente a gestão e o diálogo entre os mesmos. Tal medida não invalida a questão dos problemas existentes por conta da divergência de idéias entre os integrantes da diretoria executiva, mas entende-se que cada um tem habilidades e capacidades para determinada atividade, desse modo, é alocado aos cargos, levando-as em consideração. O agricultor 'A' reporta-se a esta questão de forma lúcida:

[...] usamos a coisa da proximidade geográfica para facilitar o diálogo. Por exemplo, a gente procura que aquele que ocupa o cargo de vice seja do mesmo grupo, não da mesma família, mas do mesmo grupo do que ocupa o cargo titular. [...] Quanto à filosofia é meio complicado, né. Tem idéias diferentes, né, mas é aquela coisa, não dá para se perder de um todo, porque tem pessoas que tem capacidade para uma atividade e não para outra, então a gente procura adequar estas pessoas para certas atividades dentro da associação, porque a associação está lidando com

muitos empreendimentos e muitas formas de trabalho comuns como faculdade, Embrapa, várias atividades, né. Então para cada pessoa ela tem uma capacidade para isso aí, então se direciona esta pessoa para esta capacidade, né?

A comissão de organização é subdividida em comissão de ética e comissão de feira. A comissão de ética é formada por um associado de cada grupo de famílias, nomeado pelo grupo, atualmente em um total de 10 (dez), responsável pelas questões ligadas a atividade de produção da entidade, tais como avaliar a suspeita de produção não ecológica por algum associado, o que, em caso afirmativo, define a punição que lhe será aplicada na figura de repressão oral, de suspensão das atividades da feira por um período ou mesmo a suspensão definitiva da entidade.

A comissão de feira é constituída por 04 (quatro) associados, e se responsabiliza pela solução e discussão das questões ligadas a feira, ou seja, a padronização do vestuário dos atendentes da feira, a padronização das bancas, o cumprimento do horário de início e fim da feira, a participação dos associados na atividade de venda, etc.

Cada um dos 29 (vinte e nove) associados é o representante legal da família perante a entidade. Atualmente, estas famílias estão organizadas em 10 grupos, e tem suas residências geograficamente próximas, sendo este um facilitador do estabelecimento de relações. As famílias de cada grupo se reúnem mensalmente, no local que melhor lhes convém, com o intuito de dialogar sobre a realização de visitas às novas famílias visando o aumento do quadro de associados; socialização de conhecimentos e apontarem demandas. Cada grupo de associados nomeia um coordenador, imbuído de repassar à diretoria executiva as demandas bem como, informar seus integrantes das decisões e acontecimentos da entidade.

O processo eleitoral da diretoria executiva é realizado a cada 2

(dois) anos, podendo o ocupante de um cargo principal ser reeleito no máximo por 2 (dois) mandatos. Depois de cumprido esse período, o associado detentor do cargo principal pode voltar a fazer parte da diretoria executiva ocupando o cargo de suplente. Esta possibilidade contribui para que a história de lutas da associação e as experiências obtidas ao longo de sua caminhada se mantenham vivas e sirvam como aporte às decisões quotidianas, o que pode ser denotado na fala do agricultor 'A':

[...] cada presidência tem uma maneira de pensar, tem uma maneira de gerir o negócio, né, o empreendimento no caso. Mais, geralmente o que tá acontecendo é a pessoa que tá na tesouraria, ou na secretaria ou na vice-presidência que assume a presidência; é uma continuidade do que está acontecendo.

Desde o ano 2000 os processos eleitorais não têm ocorrido conforme os moldes tradicionais que prevêm o voto secreto e a apresentação de chapas eleitorais pelos associados, mas se desenvolvem com base em um acordo firmado entre os associados, que mediante uma conversa informal, fazem a indicação de pessoas capazes de lidar com as demandas de cada cargo, chegando a um consenso sobre àquelas que vão assumir a gestão do empreendimento em todas as suas instâncias. A fala do agricultor 'A', seguido da fala da agricultora 'E' e 'F' retratam o processo eletivo da associação:

[...] o voto é aberto, é um acerto, não tem uma chapa formada, se escolhe aleatório aquele dia ali, então assume aquele grupo. Assim: O fulano pega de presidente? Pego. E quem sabe aquele para vice? O voto fechado é muito difícil dá certo, ainda mais sem chapa, porque, por exemplo, tu pega uma pessoa que não tem a mesma cabeça que tu tens para pensar sobre certos assuntos, como é que vocês vão dialogar certas idéias, não tem como. Divergências acontecem sempre, né, porque nem sempre duas cabeças vão pensar da mesma maneira, mas tendo os mesmos

ideais é mais fácil.

[...] é na forma de eleições, é bem por indicação, é uma coisa bem familiar, as pessoas confiam uns nos outros.

[...] funciona bem. A eleição não tem problemas, corre tudo bem. Nós decidimos em conjunto pelas pessoas que vão tocar a Arpa, não tem voto secreto.

Este método, que tem permeado as eleições da associação, é considerado salutar pelos associados, pois, ao mesmo tempo em que consegue apropriar aos cargos pessoas com habilidade e capacidade para tal, permite que a escolha do suplente do cargo pertença ao mesmo grupo do titular, por questões de proximidade geográfica, com vistas a facilitar o diálogo entre estes, fator indispensável ao bom andamento da associação. Além disto, permite monitorar para que pessoas indicadas à gestão da entidade tenham afinidades em idéias e filosofia de trabalho.

Os integrantes tanto da comissão de feira como da comissão de ética têm permanecido em seus cargos pelo menos por dois mandatos e, assim como os integrantes da diretoria executiva são, de modo informal, indicados pela assembléia. Os integrantes da comissão de ética normalmente são os nomeados como coordenadores dos grupos.

A comissão de ética se reúne com a diretoria executiva com intervalos de dois meses enquanto que a comissão de feira tem encontros mensais. Tais encontros são realizados em data pré-estabelecida no ponto de feira ecológica da Av. Dom Joaquim, em Pelotas, sendo esta a maior dentre as demais feiras, envolvendo a atividade de todos os grupos de associados.

Se, porventura, o associado deixa de comparecer a três reuniões precisa justificar, à diretoria executiva, sua ausência, estando sujeito a punições, pois a associação requer o compromisso do associado para com ela.

Estas ações estão respaldadas pelo regimento interno da associação. A fala do agricultor 'C' clarifica o exposto:

Quase sempre vai a maioria nas assembléias, é difícil de falharem, porque na base de três falhas já é então chamada atenção da família de porque não tá indo, e tem que mandar uma cartinha dizendo por que não foi. O regimento diz isto. Ele tem que ter um compromisso né, porque senão o pessoal não se compromete com a associação.

Outra forma de encontro é a reunião pós-feira onde são discutidos assuntos e problemas pertinentes àquela, como por exemplo, o estabelecimento dos preços dos produtos para a próxima feira.

Como forma de avaliar o trabalho que vem sendo realizado, comissões são formadas para realizar visitas ao estabelecimento do associado. Tais comissões são compostas por um consumidor escolhido pela diretoria executiva na feira, 3 (três) agricultores e 1 (um) técnico. Quando ainda na feira, o associado é comunicado que será visitado pela comissão. Quem faz a comunicação é seu presidente, com poucos dias de antecedência. Assim, fica formalizado o objetivo de avaliar a cumplicidade do associado com a filosofia e a produção de base ecológica. As visitas servem para compartilhar experiências, com o intuito de orientar e contribuir ao invés de prescrever formas corretas de exercer a atividade, com bem relata o agricultor 'A':

[...] a gente vai mais na propriedade com aquela visão de ajudar ele, não de criticar, se tiver que criticar este caso é levado para a comissão de ética da feira. Por exemplo, o cara lá tá usando indevidamente a água, não tá fazendo curva de nível, tá deixando a água fazer vossoroca, esses assuntos vem para dentro da reunião de ética.

Alguns associados não têm necessidade de serem visitados com regularidade, em função da longa caminhada com a produção de base ecológica, estando equilibrado o solo que lhes serve, dirimindo, dessa forma, a ocorrência de novos problemas.

A associação utiliza-se dos serviços de assistência técnica do CAPA, que disponibiliza profissionais habilitados ao acompanhamento da produção de base ecológica sem qualquer ônus tanto para a entidade como para o associado. Ressalta-se que não há a contratação formal da prestação deste serviço entre a associação e o CAPA.

O CAPA⁶⁹ é uma organização não-governamental que presta apoio aos agricultores familiares organizados em quatro instâncias das suas atividades: na comercialização, na industrialização rural, na produção ecológica e nas questões de saúde e alimentação.

A Arpa-Sul se mantém ativa somente com a contribuição de 5% (cinco por cento) sobre as vendas dos seus associados, sendo este valor investido em despesas de representação da Arpa-Sul em eventos científicos por algum associado; em taxas de licença de funcionamento de pontos de feiras; em confecção de rótulos de produtos, etc. Atualmente a situação financeira da entidade é superavitária e estável, não havendo débitos com fornecedores e/ou prestadores de serviços.

A Arpa-Sul, com 14 (quatorze) anos de existência, tem sido caso de estudo entre aqueles que primam pelo exercício das atividades produtivas sustentáveis, sendo considerado um caso de sucesso. Contudo, esta caminhada, repleta de percalços, exigiu dos associados alta dosagem de persistência, sabedoria e conhecimentos técnicos, especialmente na primeira

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.capa.org.br/site/content/atividades/index.php>>. Acesso em: 01 out. 2009.

década de atividades. Dentre eles destacam-se: a determinação do grupo quando, no ano de 1995, adquiriu com recursos financeiros próprios, o primeiro pavilhão (lona de cobertura) da feira, negociada em base dólar; a luta travada com a Prefeitura Municipal de Pelotas para a obtenção de alvarás de funcionamento para as feiras ecológicas, que implicava na concessão de espaço físico para assentá-las. Com base nos depoimentos percebeu-se que a obtenção das licenças de funcionamento destas somente foi facilitada com o ingresso do Partido dos Trabalhadores na gestão da Prefeitura de Pelotas, no ano de 2000, podendo ser denotado pela fala do agricultor 'A':

Sempre foi uma luta com a Prefeitura conseguir um ponto, um local para a feira, e quando se conseguia nos colocavam num canto. A feira da Duque iniciou sem a licença da Prefeitura, quiseram nos tirar porque nós invadimos o lugar, mas não conseguiram. Era uma luta! Quando o governo do PT assumiu, o cara das licenças saiu e tudo estabilizou.

Vale salientar outros aspectos que interferem no alcance de melhor desempenho da associação, tais como: os limites inerentes à sua constituição jurídica; as dificuldades inerentes à atividade de produção agroecológica; a impossibilidade de aumentar o seu potencial de vendas no curto prazo e a falta de divulgação dos pontos de feira, item este detalhado a seguir.

Segundo depoimentos da diretoria executiva da Arpa-Sul, a organização apresenta algumas limitações no que se refere às formas de ofertar o produto ao mercado, uma vez que, não pode fazê-lo mediante transações comerciais que requeiram a emissão de nota fiscal de venda da associação, sendo este o caso do fornecimento para o Programa de Aquisição de Alimentos e para o Programa da Merenda Escolar, além das redes supermercadistas.

Entretanto, os agricultores familiares associados a Arpa-Sul, que optem por se beneficiar destes programas de governo podem fazê-lo, desde que, estejam organizados em grupos informais, de modo que cada agricultor seja detentor da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)⁷⁰ e legalmente apto a emitir nota fiscal de produtor, apresentando-se em condições de contratar com o governo a entrega dos produtos nos padrões, datas e locais estabelecidos por aquele.

Assim, no tocante ao fornecimento à programas de governo, a Arpa-Sul fica à espreita da expansão dos programas já existentes à modalidade de associação ou à criação de outros. Entretanto, em tempo, se a associação estivesse legalmente habilitada a fornecer os seus produtos agroecológicos para os programas de governo mencionados, não estaria estruturalmente capacitada a fazê-lo, quer seja pelos problemas decorrentes da produção agroecológica, como a sazonalidade da produção, quer seja pela impossibilidade das famílias associadas aumentarem, em curto prazo, o volume de produção.

No que se refere às dificuldades de se fazer produção de base ecológica, evidencia-se que esse tipo de agricultura requer um solo equilibrado dificilmente conseguido em poucos anos de atividade, além de requerer grande envolvimento dos integrantes da família nas atividades da lavoura, balizado por um trabalho braçal. Os agricultores 'D' e 'G' reportam-se a esta questão, respectivamente:

[...] para trabalhar na agroecologia precisa de bastante mão de obra. As pessoas que são só duas ou três pessoas não conseguem a plantar muita quantia por causa que a gente não bota veneno nada para matar a

⁷⁰ DAP é o instrumento que identifica a família como beneficiária do Pronaf, especificando dentre os grupos A, A/C, B, C, D e E, a qual a família pertence e constitui-se em documento que habilita o produtor ao acesso às linhas de crédito de enquadramento do PRONAF. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 09.

erva, aqueles herbicidas, tem que ser tudo na base da enxada, a mão, para limpar as plantas.

[...] vale a pena, mais tem muito serviço, tudo é feito com a enxada, leva muito tempo, a gente usa as mãos e a enxada. Tem muito trabalho... como é que se diz? Braçal! Mais domingos de tarde a gente vai passear, descansar.

No ano de 2002, a dificuldade de algumas famílias com a produção de base ecológica, especialmente por conta da correção do desequilíbrio do solo, iniciou a superação mostrando sinais positivos, permitindo à família realocar grande parte do tempo destinado a esta para ampliação do volume e da variedade de produção contribuindo, dessa forma, para que se registrasse no ano de 2005 um salto em produtividade, tanto em vendas quanto na qualidade do produto. Tais ganhos estão relacionados a abertura de novos pontos de feiras e ao trabalho positivo da diretoria da associação, à medida que idealizou galgar novos mercados e se articulou para isto. No cenário brasileiro de produção de orgânicos também há o registro de crescimento nos últimos cinco anos⁷¹.

O mercado está aberto à produção de base ecológica⁷², contudo a Arpa-Sul, contando com o seu atual quadro de associados, não tem condições de aumentar o seu potencial de vendas e dar conta de novas oportunidades que podem surgir em curto prazo, uma vez que os associados e suas famílias não conseguem expandir a capacidade de produção e simultaneamente atender as demandas pertinentes à atividade de venda dos produtos, que requer considerável tempo tanto para o preparo de acondicionamento para o transporte quanto para efetuar a venda nos pontos de feira. Atualmente, todos os integrantes da família que poderiam envolver-se nas atividades da lavoura já o fazem e a contratação de mão-de-obra externa

⁷¹ Disponível em: <<http://www.sober.org.br>> e <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2009.

⁷² Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2009.

não tem se mostrado favorável. Isto pode ser percebido nas falas dos agricultores 'E' e 'G', respectivamente:

[...] muitas pessoas não dão certo porque precisa fazer as duas coisas, produzir e vender. Falta pique para produzir e arrumar para vender, exige muito da família.

[...] pelo estatuto da associação Arpa-Sul, a família precisa participar das duas etapas do processo para participar da associação. Ela precisa produzir o produto agroecológico e depois participar da venda deste, porque assim cria um vínculo de compromisso com a associação. Por isso precisa de bastante gente para trabalhar.

Dentre os associados da Arpa-Sul, 6 (seis) deles estão cooperados à Cooperativa Sul Ecológica. Dessa forma, além de participarem das feiras, geram receita de seus produtos através de outros meios oferecidos pela cooperativa, tal como o abastecimento para o Programa de Aquisição de Alimentos, realizando assim um volume maior de produção.

Pelo exposto, o ingresso de novos associados trará como consequência a possibilidade de novos mercados. As palavras do agricultor 'A', integrante da diretoria executiva da Arpa-Sul, clarificam o cenário que esta vive: "o mercado está aberto, mas não temos pernas para correr". De posse desta realidade, a associação tem realizado esforços no sentido de que novas famílias se associem e se adaptem ao tipo de trabalho associativo autogestionário, com eminente caráter coletivo e produção de base ecológica.

Nos últimos anos verificou-se que o ingresso de novas famílias à associação não está calcado em primeira instância às questões de ordem econômica, mas por tratar-se de um modo de viver diferenciado, cuja prática da atividade produtiva se dá em meio à natureza e à luz da agroecologia. É um modo de trabalho em que o agricultor estabelece fortes relações à medida que

lida e interage de forma personalizada tanto com os clientes como com os demais associados.

A família que pretende se associar, independente de já estar ou não produzindo o agroecológico, deve, em um primeiro momento, ser apresentada à diretoria executiva da entidade por um dos grupos associados, após ter seu estabelecimento visitado por este e pelo técnico cedido pelo CAPA.

Na seqüência, a comissão de ética visita a lavoura do provável associado que, munido do seu aval favorável, ingressa na atividade de venda da feira por um período de 03 (três) meses, a título de experimentação, ou seja, sem associar-se, tendo que prestar contas, como qualquer outro associado, tanto dos custos de frete assim como do percentual de 5% (cinco por cento) sobre a venda bruta⁷³. Atualmente, na maioria dos casos, quando a família procura a associação, já está em fase de produção agroecológica, geralmente em volume tão somente necessário às necessidades básicas da família.

O período de experiência tem sido importante para o novato, pois além de representar uma oportunidade para fazer um balanço financeiro da sua atividade, também permite avaliar a sua capacidade de dar conta simultaneamente das atividades de produção e de venda do produto. Após esse período resta a decisão de firmar ou não o compromisso com a associação. Já houve casos de não se estabelecer o vínculo associativo com a Arpa-Sul porque a família está disposta a produzir, mas nenhum dos seus integrantes se habilita a estabelecer a relação de venda com o cliente, como também da família não apresentar dinamismo suficiente para cumprir com as atividades de produção e de venda.

Enquanto a família cumpre esse período de experimentação à feira, é ela informada sobre a filosofia que rege a associação e de todos os

⁷³ Esse valor é recolhido para a Arpa-Sul a título de contribuição.

assuntos pertinentes, tal como os facilitadores inerentes à atividade produtiva. Ressalta-se a inexistência de cursos ou eventos de capacitação à produção de base ecológica promovidos pela associação ou por entidades externas como a Embrapa e o CAPA. Esse tipo de treinamento foi bastante comum na década de 90 por ocasião da instauração da filosofia da agroecologia no meio rural. Desse modo cabe às famílias do grupo a que pertencerá o novo associado se articular para socializar os conhecimentos e práticas oriundos das suas diferentes trajetórias de vida, quer seja através de visitas às lavouras de outros associados, quer seja na manutenção de conversas com o técnico do CAPA ou mesmo mediante troca de informações entre os associados.

Outro aspecto crítico que faz parte do cotidiano da associação está relacionado à dificuldade de dar seqüência à produção de frutas e hortaliças agroecológicas, especialmente em razão das variações climáticas. É o caso, exemplificando, de algumas variedades que podem ser perdidas nas lavouras ou apresentarem baixos níveis de produtividade por ocasião das chuvas, das secas e da ocorrência de fenômenos adversos, como o granizo. Uma realidade que também pode ser constatada nas variedades resultantes do plantio convencional, mas sem a tendência de baixos níveis de produtividade.

Como forma de melhor administrar a produção, em razão dos rigores das variações das condições atmosféricas, o associado define o que plantar de acordo com as especificidades do seu solo, sendo assim, aqueles estabelecimentos que sofrem por ocasião da seca realizam os plantios de culturas menos exigentes em água, tais como frutas, brócolis, cenoura, etc. Também faz parte da alçada de decisões do agricultor definir o tipo e a quantidade de produto que vai levar para a venda na feira.

Também há um consenso entre os associados com relação à falta de divulgação das feiras ecológicas pelos meios de comunicação locais. Como são poucos os recursos financeiros da associação para custear um programa próprio que promova o seu trabalho, a mesma utiliza-se das oportunidades que

surgem em programas sem ônus á associação, o que em sua maioria tem pequena abrangência, como o Programa Terrasul e programas televisivos em rede local (TV da Universidade Católica de Pelotas). Como atrações, os feirantes realizam sorteios de cestas com produtos ecológicos, camisetas e bonés dentre os clientes da feira.

A divulgação das feiras repercute diretamente na venda dos seus produtos, o que se demonstra na sobra de produtos nas bancas no final da feira, em torno de 10% (dez por cento) dos produtos ofertados. Conclui-se que se fosse esse um procedimento eficiente a quebra, mesmo mínima, não deveria ocorrer. Segundo os associados da Arpa-Sul a quantidade de produtos não vendidos vem diminuindo ao longo do tempo, não em função de os clientes estarem adquirindo maiores volumes de produtos, e sim em razão dos novos clientes que surgem a cada semana.

O agricultor 'A' em sua fala, refere-se à influência positiva da propaganda para o movimento da feira e para a otimização da venda dos produtos:

Em Canguçu, como agora nessa última feira, dei uma entrevista na rádio, né, convidando o pessoal para a feira, que nós iamos ter uma cesta, que a gente ia fazer o sorteio de uma cesta, e passou 247 pessoas na feira, e o pessoal dizia: báh! eu não me lembrava da feira, eu vim porque escutei na rádio. Naquela feira não levamos nada de produto para casa. Em Pelotas já é mais difícil, ninguém escuta rádio.

Os produtos que retornam da feira, quando não perecíveis, são armazenados para serem ofertados na próxima feira; no caso de perecíveis, duas possibilidades de tratamento são utilizadas: passam a ser industrializados ou aproveitados como alimento aos animais da propriedade do associado. Muito embora haja um destino aos produtos não vendidos na feira, o fato é que

quando postos à venda pela primeira vez, além de geraram o ônus de frete e de energia física despendida no trabalho de organização e acondicionamento destes, acabam representando perda de receita e de dividendos para os associados.

Economicamente, o comércio de produtos agroecológicos através dos pontos de feira, apresenta um resultado satisfatório aos associados, sobressaindo-se àqueles que estão envolvidos com este há mais tempo. Além de desfrutarem de um conforto, mesmo mínimo, nos seus lares, estão convictos de que se beneficiam com outros ganhos indiretos. Isto pode ser clarificado pelas palavras do agricultor 'D':

[...] quem disser que fica rico fazendo a feira ecológica tá mentindo né, que não fica... não é o interesse só pelo dinheiro que é importante, é que fazendo a feira da agroecologia a gente tá protegendo a tua saúde, do consumidor, de toda a família, e ajudando a proteger a terra e a água [...] são quatro pontos, então também tem outros ganhos.

Como forma de as famílias associadas se encontrarem para a socialização de experiências, o conhecimento da propriedade de outro associado e o fortalecimento dos laços de confiança, a cada 6 (seis) meses é realizado um encontro no estabelecimento de um dos associados, definido por sorteio do grupo e da família pertencente àquele grupo. Habitualmente, a maioria das famílias participa deste evento, que acontece em um domingo previamente estabelecido, onde as despesas que são irrisórias, quando comparadas ao ganho social oportunizado, restam a cargo de cada associado partícipe. A fala do agricultor 'A' explicita como é articulado este importante evento:

[...] a cada seis meses é feito um encontrão das famílias, uma festa para 150 a 200 pessoas na casa de um produtor. É sorteada a família e todo mundo colabora, nós vamos revezando. A gente monta as lonas, os pavilhões da feira e este é o dia que tu vai lá para comer carne, tomar cerveja e dar risada. Se faz um rateio de todos os custos com a comida, em torno de R\$ 5,00 por pessoa e cada família paga separado a bebida que consumir.

Com o objetivo de promover a integração dos feirantes com os seus clientes, a cada dois anos, no mês de novembro, mês de aniversário da Arpa-Sul, na feira da Av. Dom Joaquim⁷⁴, são oferecidos brindes e fatias de torta aos clientes, sendo esta uma forma de agraciá-los por estarem viabilizando a atividade das famílias associadas mediante um tipo de consumo consciente.

Os produtos comercializados por via direta, como sucede nas feiras livres, estão isentos de submissão ao processo de certificação, amparados pela Lei n.º 10.831⁷⁵, datada de 23 de dezembro de 2003. Desta forma, amparado, o consumidor consegue identificar o produto, o fornecedor e o tipo de organização de controle social a que ele está vinculado. Note-se aí a importância de um cartaz ou faixa informativa destes quesitos nos pontos de feiras. Transfere-se ao olho do consumidor a tarefa de certificá-lo no momento da compra com base nas características físicas do produto. A credibilidade ao produto orgânico é conseguida em função da estreita relação estabelecida entre o agricultor e o consumidor, gerando confiança com relação ao processo produtivo realizado.

⁷⁴ Este local de feira foi escolhido por reunir todos os grupos de associados.

⁷⁵ A Lei n.º 10.831, dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

ARPA-SUL: um empreendimento de economia solidária

Com base nas entrevistas realizadas com dirigentes, ex-dirigentes da Associação e agricultores associados, pode-se dizer que a Arpa-Sul é um empreendimento de economia solidária, pois sua atividade é exercida com base no princípio da autogestão e orientada pelos valores de democracia, solidariedade, igualdade, cooperação, participação e viabilidade econômica, dentre outros fatores.

Cabe analisar de que forma tais fatores, pertinentes a uma administração autogestionária, são evidenciados na Arpa-Sul.

Autogestão

A Arpa-Sul é um empreendimento autogestionário, preocupado não somente com o resultado econômico da sua atividade, como também, e principalmente, com o desenvolvimento humano dos associados que, através de um trabalho autônomo, à luz da missão da entidade, conseguem emancipar-se socialmente.

Neste empreendimento autogestionário é notável a percepção valorativa que os associados têm com relação à unidade familiar, pois é através da soma dos esforços de seus integrantes, e não necessariamente de todos, que a atividade econômica, por eles realizada, é viabilizada.

Cada integrante da família contribui de acordo com a sua capacidade e tempo que consegue dispor em prol da atividade, pois algumas vezes o integrante da família ou freqüenta a escola ou ocupa cargo na entidade, não dispondo de um tempo integral à função. A tarefa de representar a associação em eventos sociais e científicos acaba tomando do associado considerável tempo, como alguns dias ou horas da semana, levando, muitas

vezes, para a feira menor quantidade e/ou variedade de produtos, deixando de gerar receita e, conseqüentemente, deixando de contribuir na realização das atividades de casa. Isto posto, a associação decidiu, desde o ano de 2008, creditar ao associado representante ao evento, o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia.

De acordo com o pensamento de Gaiger (2004), o associado que faz parte da gestão da Arpa-Sul, a exemplo o seu presidente, deve realizar o mesmo tipo de trabalho que os demais associados, ou seja, além de envolver-se com as questões gestonárias da entidade deve estar incumbido da tarefa de produção e venda do seu produto. Ressalta-se que somente há um ano a atividade do presidente da entidade é remunerada, tendo sido tal função realizada, até então, por compromisso e amor à causa.

O controle da gestão da associação é exercido pelos associados participantes ativos das discussões e decisões ligadas aos assuntos da entidade, contribuindo para o seu enobrecimento enquanto cidadão, o que denota o pensamento de Singer (2002), pois para este autor a participação em discussões e decisões do coletivo permite o desenvolvimento humano deste.

Atualmente percebe-se que a diretoria executiva da associação tem realizado um trabalho a contento dos associados, permanecendo atenta às demandas dos clientes, dos associados e da própria entidade. Este aspecto foi explicitado no depoimento de vários agricultores, como o do 'C', abaixo descrito. Como forma de exemplificação, segue o debate que têm realizado em torno da modalidade de venda aos clientes por cartão de crédito, um facilitador ao cliente.

Eu não tenho nada para reclamar, as coisas só melhoraram nos últimos anos. A diretoria resolve os problemas que aparecem e cada um ajuda como dá, né. Eles tem trabalhado bem e todos ganhamos, mas

em 2010 o presidente não pode se reeleger mais, então não tem ainda como saber como vai ser, né.

A entidade não tem funcionário contratado para a realização das atividades em seu interior, restando aos associados essa tarefa. A não contratação de mão-de-obra externa pela associação harmoniza-se com o pensamento de Oliveira (2004), uma vez que se trata de empreendimento de economia solidária.

O associado realiza a sua atividade de produção de forma autônoma, decidindo sobre a variedade e a quantidade do que vai produzir. É uma visão do agricultor que inibe a consolidação da divisão social do trabalho, natural nas organizações não solidárias.

Para Caillé (2003) é vital que a amizade e o senso de justiça pairem dentre os associados, desse modo, na associação, aqueles organizados em grupos de famílias, estabelecem fortes laços de confiança. A associação é vista pelos agricultores como uma entidade pela qual ele se sente responsável e diretamente interessado.

Democracia

A democracia é um dos princípios empregados pela Arpa-Sul, desde a sua constituição, contribuindo para a sua caracterização como entidade solidária.

A instauração de práticas democráticas entre os associados é possível porque a entidade tem conseguido oportunizar aos seus integrantes, mediante as atividades de produção e venda de produtos agroecológicos, um alto desempenho tanto na esfera econômica como política.

Para Cunha (2003), o atendimento das esferas econômica e política torna-se fundamental para o exercício da cidadania dos associados.

No que se refere à esfera econômica, por decorrência do trabalho coletivo, os associados mostram sinais positivos na própria qualidade de vida, tendo pelo menos o conforto mínimo em seus lares, o que pode ser constatado nos depoimentos dos agricultores 'E' e 'D', descritos a seguir. Aqueles com longa caminhada na produção de base ecológica usufruem situação econômica mais favorável, pois estão aptos a produzir em maiores volumes, em razão de utilizarem um solo equilibrado que favorece o não aparecimento de pragas nas lavouras. Além disso, tem um domínio considerável das questões técnicas deste tipo de plantio.

As famílias agroecológicas nos últimos 4 anos ficaram melhores. A minha família teve mais qualidade de vida, mais conforto em casa, também ficou melhor de dinheiro plantando sem o agrotóxico, os vizinhos que plantam limpo, né, também tão melhores (agricultora 'E').

Fazer a feira tem sido muito bom, tem muitos ganhos, a gente melhorou de vida, no início foi difícil né. Dá trabalho e nós não vamos ficar ricos. Mais o resultado é bom e também o dinheiro entra toda a semana, até no final da feira. Não precisa ficar esperando como é no fumo e em outras coisas (agricultora 'D').

No que se refere à esfera política, através dos depoimentos dos agricultores agroecológicos, nota-se que estando organizados na associação, conseguem exercer a prática política, usufruindo do direito de igualdade de voz e de escolha de dirigentes, de renovação e alternância dos quadros diretivos da entidade e participação das decisões que são tomadas coletivamente, seja em assembléias extraordinárias, em reuniões de comissão de feira ou de ética, em encontros de coordenadores e de grupos, ou ainda integrando o conselho fiscal responsável pelo controle das contas da entidade.

As decisões tomadas pelo conjunto dos associados, ao mesmo tempo em que são importantes podem tornar-se conflituosas, pois se referem ao contexto do empreendimento em todas as suas instâncias de gestão, tais como: o destino do dinheiro, qualquer mudança no estatuto e/ou no regimento interno, assim como a decisão de excluir ou punir associados. De tal forma protege-se a figura do presidente, porque está ele incumbido de reproduzir em meio aos associados, as suas próprias decisões. A fala do agricultor “F” retrata esta realidade:

Aqui todo mundo participa, tem que ser assim, senão a feira não sai, né. A gente decide tudo, todos ajudam a decidir as coisas, assim fica mais fácil das coisas acontecerem. Até na eleição é assim, a gente resolve quem vai ficar na frente da Arpa por alguns meses. Não dá para o presidente fazer tudo, né?

Ao associar-se à Arpa-Sul, o integrante pode resgatar a sua auto-estima e transformar o sonho da vida digna em projeto real de vida, corroborando com o pensamento de Cunha (2003) quando retrata a questão dos motivos que levam o associado a participar de uma associação ou cooperativa.

Solidariedade

O princípio da solidariedade foi instituído entre os integrantes da Arpa-Sul desde o início das suas atividades por ocasião do seu caráter coletivo e autogestionário. As relações de solidariedade, que se estabeleceram entre os partícipes, foram necessárias para a consolidação da associação ao longo da sua história e hoje elas se concretizam não porque os seus integrantes estão acostumados a tomar atitudes que as prezem, mas por serem indispensáveis ao estabelecimento de laços mútuos de confiança entre eles e, também, por perpetuarem as atividades da entidade, fazendo com que fluam naturalmente

as relações entre os cooperados. Esta realidade é compactuada com o pensamento de França Filho (2003) em torno do princípio da solidariedade na iniciativa cidadã, que se estabelece para bem de permitir a continuação das atividades dos empreendimentos de economia solidária, ou seja, não imposta pelo costume.

Segundo Singer (2002), o princípio da solidariedade é um pré-requisito para o bom funcionamento das organizações solidárias. Isto também está evidenciado na Arpa-Sul, desde que instaurada foi a cultura do coletivo entre seus associados. Como exemplo, convém reportar a questão do transporte e da venda solidária, ambos praticados desde a primeira feira realizada pela Arpa-Sul.

A venda solidária é feita à medida que o grupo de agricultores 'A' repassa determinado produto para ser comercializado na banca do grupo de agricultores 'B' que não o tenha para oferecer, estando ambos trabalhando na mesma feira. Assim sendo, o valor referente à venda do produto realizada pelo grupo 'B' é repassado ao 'A' sem qualquer ônus. A venda solidária é importante porque os associados constatam que quando o cliente estabelece relação com um grupo de agricultores, procura efetuar suas compras com esse fornecedor, além de o consumidor centralizar suas compras em uma mesma banca.

Para participar de uma feira, o associado necessita do serviço de transporte das mercadorias bem como dos aparatos da feira, ou seja, o pavilhão (lona de cobertura da feira e sua estrutura) que pesa em torno de 120 Kg, as bancas expositoras de produtos e suas lonas protetoras. Em se tratando do pavilhão, sua colocação e retirada da carroceria do caminhão, exige um esforço conjunto de pelo menos quatro pessoas. Em razão deste esforço, o pavilhão resta no veículo do responsável pelo transporte, durante a semana inteira, inclusive quando o veículo é utilizado para fins próprios. Há somente um ano a Arpa-Sul passou a remunerar com a importância de R\$ 25,00 (vinte e

cinco reais)/semana o associado encarregado deste tipo de tarefa, que até então era feito sem ônus à entidade, devido sua precária situação financeira.

Os feirantes se dirigem aos locais de feira organizados em veículos de menor porte, portando suas mercadorias e bancas expositoras. Ao motorista do veículo, que também é feirante e associado, os caroneiros remuneram a taxa do transporte, hoje em torno de R\$ 20,00 (vinte reais)/dia feira, sendo que o motorista também contribui com a taxa, oportunizando-se a prática da gestão igualitária.

É uma das exigências da Arpa-Sul, que aquele que prestar o serviço de transporte, tanto do pavilhão de feira, como dos feirantes, de suas mercadorias e das bancas expositoras, seja um associado ativo, que cumpra com as múltiplas funções de produzir e vender, conforme prevê o estatuto da organização. Em alguma oportunidade foi evidenciado o caso da entidade suspender um jovem associado, por haver deixado de realizar a atividade de produção, ficando somente envolvido com o serviço do transporte, perdendo a essência do trabalho da entidade, porque esta entende o transporte solidário como meio de viabilizar a feira e não como forma de obter ganhos financeiros. O resultado econômico deve ser uma decorrência do trabalho à luz da agroecologia e não da prestação do serviço de frete.

Ao se fazer a leitura da história da Arpa-Sul, percebe-se que na medida em que a proposta da produção de base ecológica foi se tornando estável, ao mesmo tempo em que os associados foram obtendo melhorias na sua condição de vida e resultados econômicos satisfatórios, maior foi o grau de solidarismo⁷⁶ que permeou aquelas relações produzindo motivação para superar os percalços da caminhada e seguir empreendendo. Segundo Oliveira (2004), o grau de solidarismo é reflexo da condição econômica do associado.

⁷⁶ Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1999), em sua obra **Século XXI**, solidarismo é a doutrina que dá prioridade à solidariedade como princípio moral, situando-a acima da justiça, ou da caridade.

Em suma, o trabalho da Arpa-Sul faz um resgate de valores solidários anteriormente presentes na cultura do nosso povo, de forma mais acentuada.

Igualitarismo

Na Arpa-Sul se estabelecem relações sociais igualitárias, de forma horizontal e autônoma, onde cada agricultor exercita a sua parte de responsabilidade para o bom andamento da organização solidária, reafirmando a participação coletiva. Isto denota a visão de Jesus *et al.* (2004) que atribui à questão igualitária dos partícipes um dos quesitos que permite a gestão coletiva do empreendimento solidário.

O princípio da igualdade pode ser observado na medida em que os associados têm voz igual nas deliberações – “um associado, um voto”.

Isto também se repete na questão da contribuição financeira de cada associado à entidade, prevalecendo o equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre a venda bruta que cada associado realiza durante a feira.

A forma como é gerida a divisão de quotas dentre os agricultores que se utilizam do transporte solidário, com a participação, inclusive, do dono da condução, no rateio dos custos correspondentes é outra demonstração do princípio da igualdade.

Cooperação

A cooperação entre os integrantes é vital não somente para manter a entidade ativa como também para que seja exercido o princípio da solidariedade.

Os associados da Arpa-Sul cooperam entre si na medida em que se mobilizam em torno de objetivos comuns, unindo esforços, habilidades e capacidades em prol de resultados igualitários. Sem a manutenção do princípio da igualdade não há possibilidade de conquistar a cooperação entre os associados. A cooperação é fundamental inclusive para que a própria feira se concretize tanto na montagem do pavilhão e das bancas como na condução dos feirantes e mercadorias a esta, o que é bem ilustrado pelas palavras do agricultor 'A':

[...] se não fosse essa lona aí não teria o porquê da Arpa-Sul tá trabalhando... porque é isso aí que nos mantém unidos, é um dos significados da Arpa se manter unida. Por exemplo, um agricultor jamais levantaria aquela lona, necessita da força do conjunto para fazer aquilo aí, então é obrigado a ter o conjunto e todos eles ter os mesmos ideais para continuar trabalhando.

A associação, para dar conta das cinco feiras semanais, utiliza-se de 03 pavilhões de feira, sendo que dois deles ficam sob a responsabilidade dos agricultores em seus veículos e o terceiro pavilhão resta acondicionado em uma sala locada no bairro Fragata, em Pelotas.

Pode-se definir a feira como sendo o palco em que os atores, sob um ambiente de confiança e ajuda mútua, socializam os conhecimentos de modo informal. Quando o empreendimento é menor, é totalmente normal e reconhecido que as decisões estejam sob um enfoque com maiores discussões informais que as subsidiam. A troca de saberes sobre o trabalho que realizam e sobre a gestão da entidade gera um saber coletivo da entidade, que é compartilhado a todos os associados através do grupo a que pertence.

Foi observada certa precariedade, no que concerne ao intercâmbio de conhecimentos através de palestras e cursos. Apesar disso, o

êxito das atividades da entidade não resta comprometido, em virtude do grau de maturidade alcançado no âmbito da produção de base ecológica. Ressalte-se, neste íterim, que tal precariedade de eventos para formação técnica pode impactar de forma negativa aos agricultores que estão iniciando sua caminhada na produção agroecológica, levando-os à uma expectativa de resultado a curto prazo.

Ao concordar com a visão de Barreto (2003), no que se refere à Arpa-Sul, na medida em que os associados cooperam, torna-se possível sua emancipação econômica, advindo o resgate da auto-estima e o desenvolvimento humano, assim como o (re)estabelecimento ou fortalecimento de vínculos afetivos entre os familiares, os grupos de associados e a comunidade em geral, estendendo-se estas relações aos clientes.

Um exemplo bastante efetivo de cooperação, sucedeu na história da Arpa-Sul, no ano de 2009, quando a entidade realizou um empréstimo de capital à um associado que se encontrava em situação de precariedade, precisando da aquisição de uma junta de bois. Embora os associados tenham conhecimento de que a entidade não é co-responsável por dificuldades de ordem pessoal de cada um dos contribuintes, a diretoria executiva decidiu pelo deferimento do benefício e não teve o aval dos demais associados em função da prerrogativa que se instaurou, o que denotaria infração às regras da cooperação.

Participação

A Arpa-Sul, em se tratando de uma entidade autogestionária, para cumprir com o seu objetivo, conta com a participação de seus associados em todas as suas instâncias decisórias, tais como reuniões e assembléias.

Para Oliveira (2004) a participação em todas as instâncias decisórias, é fundamental para que possa ser avaliado o caráter autogestivo, democrático e igualitário de um grupo. A Arpa-Sul tem conseguido levar a contento o princípio da participação, pois que consegue mobilizar os associados em torno da organização, sendo aqueles amplamente dependentes desta.

As palavras do agricultor 'E' reproduzem esta questão: "Dá trabalho e exige dedicação! Em toda feira sempre tem um representante do grupo, é bem participativo. O pessoal tem voz e vez. O clima é familiar."

Com respaldo nos depoimentos e, particularmente, no que está descrito a seguir e, tendo como base a percepção sentida no decorrer das visitas realizadas aos estabelecimentos dos associados para a obtenção das entrevistas, observou-se que o tipo de trabalho a que a associação se propõe é árduo e exige o comprometimento e a participação de todos os grupos de famílias. Como exemplo pode-se citar o empenho dos agricultores para a viabilização da feira da Av. Dom Joaquim, que se realiza aos sábados pela manhã, em Pelotas. O grupo de feirantes inicia seus trabalhos com saída dos seus estabelecimentos às 4 horas, e chega no local de montagem do pavilhão às 6 horas. A atividade de venda na feira é encerrada por volta das 13h30m requerendo, dos agricultores, no mínimo, uma hora para organização dos seus pertences, chegando aos seus lares por volta das 18 horas.

Para dar conta da intensa demanda de tempo e energia é vital que haja um revezamento entre os integrantes das famílias, pois observa-se no parágrafo anterior, que a atividade de exposição e venda no ponto de feira requer em média 12 horas de cada agricultor envolvido. É um caráter danoso do trabalho e se constata que os agricultores associados à Arpa-Sul não medirão esforços para continuá-lo.

Caráter formativo e educabilidade

Atualmente, a Arpa-Sul não possui programas de capacitação técnica e profissional direcionados aos seus associados. O caráter formativo tem se concretizado mediante a troca de saberes entre os próprios associados, com um técnico do CAPA e, eventualmente, através de palestras realizadas por terceiros a representantes das organizações da agricultura familiar, tal como o Fórum da Agricultura Familiar.

Em algumas oportunidades algum representante da entidade, normalmente escolhido dentre àqueles que integram a diretoria executiva, participa de eventos científicos em outras cidades do Brasil, restando seu comprometimento em repassar aos associados os conhecimentos obtidos nos encontros.

No início das atividades da entidade, os associados participaram de vários debates, mini-cursos e palestras sobre a lógica de funcionamento dos empreendimentos autogestionários, bem como tentando compreender as questões técnicas da atividade de produção de base ecológica. Essas oportunidades foram extremamente importantes na fase inicial de desenvolvimento das atividades da associação. Tendo conquistado um grau de maturidade condizente com o trabalho que tem efetuado, os encontros tornam-se mais raros. Jesus *et al.* (2004) enfatizam que o crescimento de partícipes da organização solidária, em sentido amplo, depende de um programa de aprendizagem eficaz e orientado para as suas demandas.

Com relação ao trabalho de caráter formativo, a Arpa-Sul investe em seus associados, de forma ainda acanhada, em razão dos custos que isto representa, mas, tem proporcionado, com freqüência, contribuição social à comunidade, realizando visitas a escolas da região viabilizando o debate em torno da produção de base ecológica e do consumo consciente. Nas escolas rurais, através das crianças e dos menores, tem tentado mobilizar os pais para

a conversão do sistema de produção convencional, em geral da cultura do fumo, para o de base ecológica, e nas escolas urbanas tem dado ênfase ao valor dos bons hábitos alimentares.

Ainda nessa perspectiva, integrantes da associação participam de debates com o público universitário, assim como recebem estudantes em seus estabelecimentos com o intuito de compartilhar o referencial teórico com a prática.

Sustentabilidade e viabilidade

A Arpa-Sul desenvolve suas atividades sem apoio financeiro externo. Efetivamente, a entidade está preocupada com a auto-sustentação econômico-financeiro da sua atividade, mas não a destaca como prioridade, uma vez que a responsabilidade social e o desenvolvimento humano na perspectiva da produção de base ecológica são os fatores mais importantes.

O desenvolvimento humano dos associados e, por conseguinte, de seus familiares, é objetivo da Arpa-Sul, indo ao encontro dos ideais de Singer (2002) quando se reporta à questão dos méritos da autogestão, ou seja, a gerência da organização feita pelos próprios associados.

Tem-se claro que o sustento econômico-financeiro é uma das formas de se alcançar o desenvolvimento humano, uma vez que possibilita resgatar a cidadania, melhorar a qualidade de vida, buscar a identidade através do reconhecimento social e o cultivo de valores solidários. Sendo assim, produzir o alimento agroecológico traz muitas compensações além das econômico-financeiras, na medida em que provoca, de forma intrínseca, a preocupação com a biodiversidade, com a água, com o solo e, de forma extrínseca, intensifica as relações sociais no ambiente de trabalho.

Realizando o seu trabalho à luz do desenvolvimento sustentável, tem conseguido levar a cabo as quatro dimensões preconizadas por Jesus *et. al.* (2004), indispensáveis a este tipo de atividade. São elas: a dimensão econômica, a social, a política e a ecológica.

A dimensão econômica é atendida na medida em que a entidade consegue, interagindo com o mercado, dar seguimento à atividade de produção de base ecológica, com resultados compensatórios aos seus associados; a dimensão social é alcançada mediante o desenvolvimento humano e ético que propicia aos seus associados, assegurando a satisfação das necessidades do coletivo, permitindo a perenidade das atividades da organização; a dimensão política, por sua vez, é atendida no instante em que a associação, articulada com órgãos municipais, consegue sanar algumas das necessidades dos associados, como no caso da obtenção de alvarás de feiras e, por fim, a dimensão ecológica é contemplada através da lógica ambiental do seu trabalho, que respeita os ditames da natureza.

O atendimento destas quatro dimensões foi possível através do trabalho realizado ao longo de vários anos, especialmente após 2005, 10 (dez) anos após o início das atividades da entidade, não ocorrendo de forma simultânea e na mesma intensidade. Exemplificando, a lógica da produção de base ecológica não pode primar, em primeira instância, pelos ganhos econômicos decorrentes da atividade, porque estes são evidenciados, normalmente, após o período de transição da agricultura convencional para a de base ecológica, perfazendo, pelo menos, em torno de três anos de atividade.

Pelo exposto, encontrar o equilíbrio entre a eficiência econômica, a sustentabilidade ecológica, a equidade social e política perfaz um trabalho contínuo e de longa data.

3.1.1 **Considerações finais do Caso ARPA-SUL**

Os dados levantados no estudo oferecem subsídios que permitem enquadrar a Arpa-Sul como uma organização de economia solidária, que realiza a sua atividade mediante a forte articulação dos princípios de autogestão, estando orientada principalmente pelos valores de democracia, solidariedade, igualdade, cooperação, participação, caráter formativo e viabilidade econômica.

Em verdade, o emprego efetivo destes princípios e seus valores dentre as famílias associadas, é que tem permitido a continuação do trabalho da associação. A feira ecológica é resultado do trabalho coletivo das famílias, que em meio a um clima familiar e através de uma participação efetiva, usufruem o direito de igualdade de voz tanto nos pleitos de cargos para a gestão como nas decisões administrativas vinculadas a gestão da associação; estabelecem fortes laços de cooperação entre si tanto na montagem do pavilhão de feira e das bancas como nas táticas de transporte e venda solidários; comprometem-se por muitas horas com as atividades nos pontos de feira; socializam entre si o conhecimento técnico adquirido ao longo da caminhada de produção de base ecológica e auferem, por conta do trabalho realizado, ganhos econômicos e sociais.

A Arpa-Sul através de uma administração autogestionária, que prescreve a participação dos agricultores rurais nos seus processos decisórios, detentora de uma natureza de operação calcada na produção de base ecológica, tem conseguido, ao longo de seus 14 (quatorze) anos de existência, fornecer subsídios para que os seus associados, agricultores familiares, tenham em decorrência do trabalho que realizam, condições econômicas e sociais que lhes permitam usufruir um conforto mínimo e, a partir disto, se transformem em sujeitos ativos nos rumos do desenvolvimento rural.

Aqui é feita referência a um grupo de associados, que em meio a um ambiente familiar, reproduz-se estabelecendo fortes laços de confiança e cumplicidade. O fato de os integrantes dos grupos de associados poderem compartilhar das mesmas feiras ecológicas, semanalmente, contribui para a solidificação e estreitamento das relações, e motiva cada um deles a empenhar-se para o seu crescimento e, por conseguinte, da associação. Com destaque, a atividade da Arpa-Sul, através das feiras ecológicas, exige dos seus associados um forte senso de cooperação e solidariedade e, para que isto aconteça todos precisam estar comprometidos principalmente em duas premissas: 1) produzir para que a associação possa oferecer produtos agroecológicos aos clientes nas feiras; 2) participar da tarefa de erguer o pavilhão da feira, sendo esta possível mediante o esforço físico do conjunto das famílias associadas.

As dificuldades quotidianas são superadas por conta da união dos esforços das famílias associadas e da motivação que tem de prosseguir crescendo, em todos os sentidos.

A Arpa-Sul, por contar com um pequeno número de associados, em um total de 29 (vinte e nove), ao mesmo tempo em que obtém ganhos relacionados ao alto comprometimento que estes e suas famílias têm para com a associação, tem o seu crescimento inviabilizado por não poder abarcar novas frentes de mercados.

A perspectiva mundial do setor de produtos agroecológicos é de crescimento⁷⁷ porém, com vistas a acompanhá-lo, a associação depende do ingresso de novos associados, os quais iniciam suas atividades produzindo em pequena escala, mas com tendência de contribuírem de forma significativa, em médio ou longo prazo. Destaque-se aqui a possibilidade de associados de outras organizações, como a da Cooperativa Sul Ecológica, a seguir tema

⁷⁷ Disponível em:
<www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STP_073_523_11047.pdf>.
Acesso em: 10 set. 2009.

deste trabalho, se vincularem à Arpa-Sul e optarem por destinar grande parcela de sua produção à venda em feiras ecológicas, vindo a contribuir, sem dúvida nenhuma, de forma mais imediata com a ampliação dos negócios da associação.

Em princípio, não parece que a possibilidade ora citada seja facilmente conseguida, pois dependeria do associado de se adaptar à lógica de ser co-partícipe das funções de produzir e vender, o que demandaria muito do seu tempo. Teria ela maior probabilidade de se efetivar se, por exemplo, por uma má sorte dos agricultores agroecológicos, fosse encerrado o abastecimento para o Programa de Aquisição de Alimentos e, sem outra alternativa, em curto prazo, de igual amplitude, redirecionaria a venda da produção de base ecológica de bom contingente destes para as feiras ecológicas. Apesar da possibilidade desta estratégia, a Arpa-Sul não conseguiria receber esses agricultores agroecológicos sem uma nova estruturação e criação de novos pontos de feira, nas cidades da região de Pelotas. Outra conclusão refere-se à diretoria executiva da entidade que, precisaria estar bastante envolvida com os novos grupos de associados para que não houvesse uma mudança de conotação na sua filosofia e comprometesse a integridade do trabalho que vem sendo realizado pela associação.

Outra possibilidade de crescimento da associação diz respeito à criação de um programa para incentivar o incremento da produção dos associados permitindo um maior número de feiras ecológicas semanais. Considera-se que isto seria viável no momento em que a contratação de mão-de-obra externa fosse economicamente viável ao agricultor ou ainda, quando da liberação dos associados de participarem da atividade de venda dos produtos nas referidas feiras.

Esta última possibilidade sugerida, em curto prazo, parece ser uma alternativa promissora, mas sujeita a comprometer o caráter solidário da

atividade, permitindo que outras pessoas, estranhas à atividade, estivessem em contato com o cliente, mesmo conhecendo o processo produtivo de base ecológica, mas não envolvidos diretamente com ele. Desse modo, perder-se-ia a figura do agricultor agroecológico no contexto das feiras e dar-se-ia ênfase ao produto agroecológico, situação semelhante ao que ocorre no mercado de produtos convencionais. Mais ainda, as retribuições sociais do trabalho, adquiridas pelos associados principalmente nas feiras, restariam suprimidas pelas econômicas, também em situação semelhante ao que ocorre no mercado tradicional.

Atualmente, a maioria dos associados da Arpa-Sul conseguiu obter um solo equilibrado para sua produção de base ecológica, minimizando o trabalho exaustivo empregado na atividade de eliminar as pragas da lavoura, além do que, aliado a um elevado grau de conhecimento técnico para lidar com as situações novas que permeiam este tipo de agricultura. Em suma, a associação desfruta de um elevado grau de maturidade capaz de promover melhores condições de vida aos seus associados, o que poderia ser acentuado através do acesso à políticas públicas e sociais, restritas ao grupo, em função da concepção jurídica de associação, bem caracterizada na Arpa-Sul. Salienta-se que os agricultores, para subsidiarem suas demandas, somente têm utilizado o incentivo do PRONAF.

Pelo exposto, ao mesmo tempo em que o mercado apresenta-se favorável à produção de base ecológica, os agricultores têm dificuldades de estabelecer um ritmo de comercialização estável que permita assegurar sua reprodução social e econômica, carecendo de incentivo e apoio institucionais, especialmente no sentido de proverem os associados de políticas sociais e de crédito capazes de desenvolver sua produção e assegurarem sua permanência no campo. Sendo assim, é notório que o fortalecimento da produção de base ecológica através da agricultura familiar dependa do apoio do governo na proposição de políticas públicas destinadas a este segmento e facilitação de acesso.

As estratégias em prol do aumento de agricultores de base ecológica ou adeptos ao plantio sustentável têm feito parte da pauta da associação. Quer sejam realizadas através de trabalhos com a participação de crianças de escolas do meio rural com o intuito de mobilizar os pais para a adesão deste tipo de produção, quer seja mediante debates realizados em escolas da zona urbana visando motivar o consumo consciente.

Em que pese os associados da Arpa-Sul, engendrados em uma causa aliada aos princípios da natureza e desenvolvendo um trabalho saudável, quotidianamente enriquecem os seus estabelecimentos rurais criando subsídios para que os seus descendentes desfrutem de um solo rico e valoroso, capaz de promover o encontro de gerações.

3.2 O Caso Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.

A Cooperativa Sul Ecológica, estabelecida em dezembro de 2001, iniciou suas atividades em junho de 2002, sediada desde o ano de 2004 à Rua Barão de Santa Tecla n.º 510, no mesmo prédio em que atua o CAPA⁷⁸. Foi criada com o objetivo de atender a novos mercados de produtos agroecológicos que se espalhavam, em uma época em que o volume da produção de base ecológica era crescente, não absorvido em sua totalidade pelas feiras ecológicas promovidas pela Arpa-Sul. À época, não existiam outras formas de acessar mercados em função dos limites intrínsecos à sua natureza jurídica de operação, o que pode ser constatado na fala do agricultor 'G', fundador da Cooperativa Sul Ecológica:

⁷⁸ Informações pertinentes ao estatuto da associação Arpa-Sul, datado de 1995.

[...] o trabalho da agroecologia começou nos anos 80, um trabalho junto com o CAPA e com a pastoral da Igreja católica. Então tinham grupos que tinham a produção, tudo muito novo assim mais, foi um resgate ao modelo de agricultura dos nossos antepassados. Nos anos 90 então já tinha a produção, mas tinha que se achar uma forma de como comercializar, porque a idéia também não era tu fazer uma produção limpa, sem veneno e sem chegar no consumidor. E aí como a produção ainda não era muito assim, aí o pessoal resolveu se organizar em uma associação. E daí que surgiu a Associação Arpa-Sul e naquele momento em 95 começou as primeiras feiras ecológicas e quem organizou o processo foi a Associação Arpa. Então até 2000 ali pra 2001 era suficiente esse espaço, esses pontos de feira, se conseguia comercializar tudo, porque aí depois a gente viu que já tinha mais produção e precisava se fazer uma outra organização na forma de cooperativa e então se pensou que legalmente a forma se fazer comercialização é uma cooperativa, porque a associação não consegue inscrição estadual, tem que ter talão de nota, participar de licitação. Então, naquele momento, se viu que era hora então de formar cooperativa invés de ser associação. Porque a associação é uma forma boa de se organizar, não vejo nenhuma dificuldade, mas ela tem os seus limites, né. Em 2002 então começamos a participar da merenda municipal e depois da merenda estadual e para isto então precisava de uma entidade legalmente constituída como a cooperativa. Por isso surgiu a Cooperativa Sul Ecológica. Outros grupos e famílias se associaram, mais a maioria das pessoas que estavam na associação Arpa estão na Cooperativa hoje, então dá para se dizer assim que o surgimento da cooperativa é da base da associação.

A cooperativa surgiu a partir da idéia de criação de associações como a Arpa-Sul e outras cooperativas de agricultores familiares da região sul. Conseqüentemente, passou a fomentar a produção de base ecológica assim como promover a geração de renda e de emprego em meio ao segmento da agricultura familiar.

Nos dias atuais são 150 famílias envolvidas, perfazendo um total de 230 agricultores associados, distribuídos em 23 grupos ou núcleos. Desse modo, a Cooperativa Sul Ecológica não interage com os associados de forma

individual, mas sim com núcleos ou grupos formados por no mínimo 5 (cinco) famílias, distribuídos em 9 (nove) municípios da região, que produzem seguindo os sistemas de base ecológica, a saber: Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Morro redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu.

A leitura do seu estatuto permite o claro entendimento de seu propósito:

[...] Congregar agricultores familiares, praticantes da Agricultura Ecológica, de sua área de ação, organizados em Núcleos de, no mínimo, 05 (cinco) famílias para promover a ampla defesa dos interesses econômicos, a integração, a solidariedade e o crescimento social e cultural dos seus associados. § 1º - Para alcançar os seus objetivos, a Cooperativa, de acordo com os seus recursos disponíveis, promoverá: a) a comercialização de produção agropecuária ecológica dos seus associados, conforme critérios do seu regimento interno e demais normas que vier a adotar em Assembléia; b) o apoio à produção agropecuária agroecológica e sustentável [...].⁷⁹

Em verdade, a cooperativa tem desempenhado importante papel para os agricultores familiares agroecológicos, uma vez que, através do trabalho coletivo, tem podido atender as demanda do mercado e manter a sua subsistência. Isto pode ser denotado nas palavras do agricultor 'H' e atual conselheiro da Cooperativa Sul Ecológica:

[...] eu acredito muito no modelo da cooperativa; nós precisamos ter ela. [...] Eu só acredito no pequeno articulado, organizado, né. É impossível da gente trabalhar de forma isolada, pois não tem como formar volumes que é o que o mercado quer, pacotes, e a gente tem que ter isto para oferecer.

⁷⁹ Estatuto Interno da Cooperativa Sul Ecológica, 2001.

A estrutura organizacional da Cooperativa Sul Ecológica

A estrutura organizacional (Fig. 2) da entidade é contemplada pela diretoria executiva, composta dos cargos de presidente, secretário e tesoureiro e seus suplentes, seguido do conselho fiscal com 3 (três) titulares e seus suplentes e do conselho administrativo. O conselho administrativo é formado por um representante de cada grupo cooperado, denominado coordenador de grupo, sendo eleito pelo grupo. Compartilham, atualmente, 23 (vinte e três) grupos na estrutura da cooperativa, assim denominados: Arroio do Padre, Campos Quevedos, Cerrito, 12 de Julho, Faxinal, Francesa, Gama, La Quintinie, Melões, Monjolo, Monte Bonito, Morro Redondo, Municipal, Passo do Lourenço, Pedreiras, Prado Novo, Py Crespo, Quevedos, Remanso, Rincão do Andrade, Santa Inês, São Roque e Semeando a Vida.

Organograma da Cooperativa Sul Ecológica

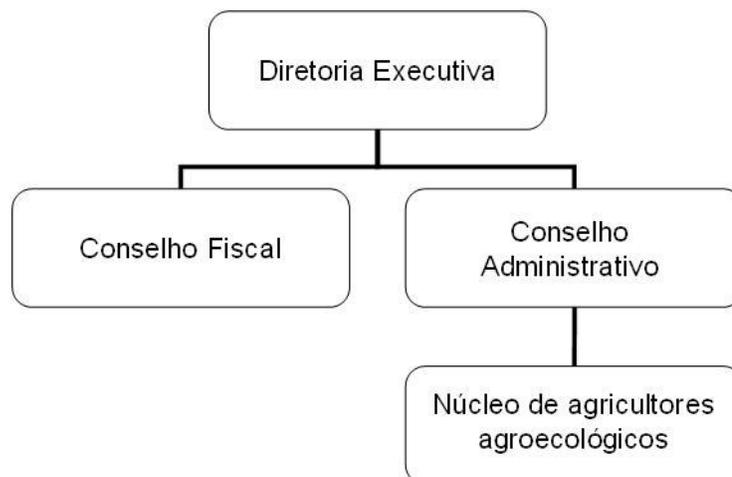


FIGURA 2. Estrutura organizacional da Cooperativa Sul Ecológica

O processo eleitoral da diretoria executiva da cooperativa é decidido em reuniões prévias nas suas regiões, e dá-se mediante o voto de cada coordenador de núcleo, que perfaz o pensamento da maioria dos associados de cada núcleo. Nas últimas eleições da Cooperativa Sul Ecológica, a designação de pessoas aos cargos da entidade tem sido feita mediante a indicação informal, chegando-se a um consenso sobre a melhor alternativa a ser adotada. Normalmente, os associados mais antigos à entidade, são os indicados à diretoria executiva, pois que são conhecedores da dinâmica produtiva da cooperativa e orientam, ao invés de determinar, as formas de melhor gerir a atividade.

Pelo exposto acima, as reuniões de grupos, que ocorrem a cada dois meses em companhia do técnico da cooperativa no estabelecimento de um dos integrantes deste, são importantes, devido aos debates que possibilitam aos associados socializar suas dificuldades, chegando ao consenso de suas demandas e cabendo ao coordenador torná-las plenas ao conhecimento da cooperativa. Se o integrante do grupo não comparece às reuniões dificulta, por exemplo, ao coordenador conhecer o que o associado está produzindo. Se não fora através das reuniões bimestrais, os integrantes dos grupos acabam estabelecendo relações principalmente aos finais de semana em eventos sociais da comunidade local, como em casamentos, confirmações, festas na igreja, futebol e outros.

O agricultor 'I', coordenador de um dos grupos, faz referência à importância da presença dos agricultores nas reuniões, oportunizando à eles a condição de responder às necessidades da Cooperativa :

Eu sou o coordenador lá da Gama, eles me ligam e querem tal produto, se eu não sei se ele têm como é que eu vou dizer que alguém tem? Precisa participar para andar tudo direitinho.

As figuras de depoimentos de integrantes de quatro grupos conduzem à percepção de que a troca do coordenador do grupo não tem ocorrido, pela falta de interesse dos demais partícipes do grupo em assumir tal função, além da inexistência de regimento interno que favoreceria o cumprimento dos objetivos pertinentes ao próprio grupo e, por conseguinte, a cooperativa. Esta realidade pode ser observada na fala do agricultor 'J':

Hoje o grupo não tem regimento, não tem regras internas formais estabelecidas. Eu sou coordenador do grupo desde o início, há 14 anos, desde que o grupo pertencia a Arpa. A gente se reúne de dois em dois meses na casa de uma família do grupo, sempre com o técnico junto, né, pra discutir as coisas da cooperativa e as dúvidas que a gente tem. Mais ninguém que pega de se o representante, porque dizem que dá muito trabalho, tem reunião. Agora disseram na reunião da Sul que cada grupo vai ter um regimento, aí vai ficá melhor, porque o coordenador vai ter que mudar. Eu sempre vô nas reunião da Sul, mais não dá tanto trabalho assim. [...] No grupo tudo é tranqüilo, a gente se fala em outros lugares, não só na reunião, nos casamentos, hoje eu tenho dois casamentos lá na volta e vô encontra meus vizinhos do grupo lá, aí a gente conversa de tudo, né?

O conselho administrativo realiza quatro reuniões ordinárias, enquanto que a diretoria executiva, uma reunião a cada 60 (sessenta) dias, objetivando executar as decisões do conselho administrativo e refletir acerca de estratégias para a cooperativa, sempre submetidas à apreciação do conselho administrativo. O mandato da diretoria executiva é de 3 (três) anos podendo, no máximo, cada ocupante de cargo ser reeleito por 2 (dois) mandatos. O não comparecimento do coordenador a 2 (duas) reuniões consecutivas do conselho administrativo remete-o a proceder a justificativa de ausência junto à Cooperativa, melhor elucidado na fala do agricultor e coordenador 'I': "[...] os 23 grupos se reúnem e o coordenador de cada um tem

que repassar para os grupos tudo o que foi discutido e decidido. Se tu não for a duas reuniões já te cobram. Precisa justificar.”

Anualmente, no mês de março, é realizada a assembléia geral ordinária, para apreciação do balanço econômico-financeiro da cooperativa. A freqüência tem sido em torno de 50% (cinquenta por cento) de participação dos cooperados, assim como nas reuniões do conselho administrativo. A pauta de assuntos é o que fomenta a participação.

As assembléias assim como as reuniões são realizadas na sede da entidade em dias úteis da semana no turno do dia, em razão da longa distância em que residem os cooperados.

A cooperativa emprega o princípio da igualdade, natural dos empreendimentos de economia solidária, permitindo a todo associado a possibilidade de voz igual nas deliberações, independente do seu grau de participação nas atividades da cooperativa. Reitera-se que o voto do coordenador é fruto do que foi decidido entre os partícipes do grupo, em prévia reunião realizada, porém, o assunto da eleição começa a ser tratado com antecipação nas reuniões do conselho administrativo, possibilitando aos grupos inteirarem-se das tendências eleitorais de maneira que possam decidir com maturidade.

A Cooperativa Sul Ecológica se articula de modo que duas pessoas da família, desde que maiores de 18 anos, sejam associadas, com o objetivo de ampliar a participação da família nas decisões do núcleo e, por conseguinte, da cooperativa. Além disto, permite que a família realize maiores receitas junto ao Programa de Aquisição de Alimentos acessado pela Cooperativa, tendo em vista que cada agricultor associado pode fazê-lo até o teto de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) anuais.

Os associados têm condições de tratamento balizadas por critérios previamente aceitos por todos, no que se refere à divisão eqüitativa dos excedentes, socialização do capital social, dos direitos e deveres respeitados.

Uma das exigências da cooperativa ao ingresso do agricultor é o pagamento de quota correspondente a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao ingressar e 30% (trinta por cento)⁸⁰ sobre o valor dos produtos comercializados pela cooperativa visando cobrir o pagamento dos custos operacionais da entidade. O agricultor 'G' assim se refere ao problema: "Tem um percentual de 30%, aprovado em assembléia, que a gente desconta pra pagar frete, transporte, INSS quando têm, FUNRURAL, e tem mais coisa para pagar".

O agricultor que deseja se associar deve ser apresentado à cooperativa através de um dos grupos, após ter o aval de aceitação como produtor de base ecológica, o que pode ser constatado na fala do agricultor 'G' seguido do 'J':

[...] a gente convida agricultores que querem participar do grupo, os próprios associados fazem isto também, eles convidam os vizinhos. Ele só entra na cooperativa quando ele já passou pelo grupo, porque a gente não aceita associado individual. Ele entra através do grupo, não adianta o João das Rosas lá querer chega aqui e a propriedade dele tem tudo bonitinho, certinho e tal, mas se ele não fizer parte de um grupo ele não pode ser associado. Então antes ele recebe explicações do próprio grupo de como funciona.

[...] se uma família quer se associar precisa primeiro falar com o grupo da região onde ele mora, né. O grupo vai olhar a propriedade dele e se ver que tá de acordo, o coordenador do grupo leva o nome dele para a cooperativa na reunião. Aí decide se pode se associar.

⁸⁰ Este percentual é aprovado pela assembléia e não pode ser menor em função dos custos com a logística da entidade.

O grupo de associados em que o novo integrante inicia sua participação tem autonomia para definir as medidas a serem adotadas quando for identificada uma infração cometida pelo integrante e, conseqüentemente, trabalhar com o assunto dentro das normas previstas no Estatuto da cooperativa; em não havendo sucesso nas tratativas, o caso é repassado à diretoria executiva para as devidas providências. Normalmente, nestas situações, é aplicada a suspensão do associado das atividades e, no caso de reincidência, o integrante fica sujeito à exclusão do corpo social da cooperativa. A maioria dos problemas que surgem, embora não freqüentes, são resolvidos no contexto do grupo, o que se constata no depoimento do agricultor 'G':

[...] se o agricultor resolveu usar lá uma uréia? Não pode. Começa pelo grupo no caso, né. Porque a gente trabalha a questão do grupo, né? Porque lá as pessoas se conhecem, os vizinhos lá, ele olha, ele enxerga, as pessoas participam da mesma igreja ou do mesmo time de futebol, do mesmo boteco e assim por diante. Por isto é que isso nos dá uma garantia maior de que o agricultor esteja fazendo a coisa certinho. Se o grupo não resolver, aí vem para cá. Aí primeiro tem suspensão e se não resolver daí a exclusão dele da cooperativa.

Os valores referentes às transações comerciais, pertinentes ao associado, lhe são depositados em conta corrente, pela cooperativa, a cada trinta dias. A entidade depende do repasse da CONAB, para transferi-los ao associado e, em havendo atraso nessa operação, o depósito pode deixar de ser realizado na data prevista.

Com relação aos seus resultados econômicos, parte da arrecadação é destinada ao pagamento das obrigações da cooperativa e outra parte é decidida em assembléia, podendo vir a ser distribuída entre os associados ou dar margem à demandas da entidade, tendo sido a alternativa preferida pela assembléia. Se os resultados acusarem déficit, os valores podem ser repassados aos associados ou provisionados para o pagamento,

no exercício subsequente. Uma única incidência deste aspecto aconteceu em 2008, tendo em vista que o déficit não era expressivo e não viria a comprometer o trabalho da entidade no exercício subsequente, ou seja, 2009, conforme o relato do agricultor 'G':

[...] a cooperativa pode ter lucro como ter perdas. Existe alguns artigos dentro do estatuto que diz isto: uma parte tem já o seu destino e uma outra parte a assembleia decide aonde ele quer aplicar: pode aplicar em um investimento para a cooperativa, pode dividir as sobras entre os associados, então é a assembleia que decide onde é feito as aplicações. Se dividir as sobras é de acordo conforme cada um participa nesse montante. Vamos imaginar: sobrou 1 mil, se for 10 ou 100 associados, não quer dizer que todos vão receber a mesma quantia, é proporcional ao movimento que o associado teve durante o ano. Se teve resultado negativo tem duas opções: pode jogar para o ano seguinte ou pode dividir entre os associados. Se faltou 1 mil divide entre os associados e pronto.

Sendo assim, a cooperativa realiza a distribuição da renda gerada, incluindo-se o destino, a partilha do excedente e a busca de benefícios sociais para todos os agricultores associados. A divisão dos excedentes se dá em função da produção de cada associado, sendo assim mesmo com remuneração diferenciada, não existem privilégios na tomada de decisão de assuntos pertinentes ao grupo e à entidade, como um todo. Por exemplo, se um associado ganhou 2% (dois por cento) da soma de remuneração de todos os associados, durante o mesmo período, e outro fez jus a 3% (três por cento), a divisão das sobras será de 2% (dois por cento) para o primeiro, e 3% (três por cento) para o segundo.

No momento atual, a situação financeira da cooperativa é superavitária. Contudo, não está em condições de investir, para preservar os compromissos financeiros quotidianos, conforme informação do presidente da cooperativa.

Por que ser um agricultor agroecológico?

A decisão de ser um agricultor agroecológico requer deste, e de sua família, adequações e importantes mudanças, quer sejam ligadas ao pensamento destes em torno da terra e da vida, à transição do sistema de produção e/ou às novas sistemáticas da comercialização do produto agroecológico. Contudo, estas têm sido validadas pelos agricultores em função dos ganhos sociais e/ou econômicos que possibilitam, pois que, dependendo do grau de maturidade do agricultor com a produção de base ecológica, um ou outro faz surtir maior efeito sobre as suas demandas. Todavia, àqueles que estão envolvidos há mais tempo com esta atividade, desfrutam de uma condição de vida melhor, o que se manifesta no depoimento de um dos integrantes da diretoria executiva da Cooperativa Sul Ecológica, quando questionado sobre a situação econômica dos associados:

São bem diversos assim esses casos. A gente começou com agricultores que plantavam o fumo e tinham várias outras atividades; aqueles agricultores que se dedicaram, que conseguiram ter um estrutura melhor, eu posso dizer assim que esses melhoraram de vida, financeiramente hoje tão melhor. Sobre a questão financeira tem outros que estão contentes, enxergaram o outro lado, que com a produção agroecológica melhorou a saúde deles, então teria várias explicações, e tem outros também que não se deram tão bem, que tão patinando ainda, tem casos e casos (agricultor 'G').

A Cooperativa Sul Ecológica tem como um dos seus objetivos, descrito em seu estatuto, a preocupação com os interesses econômicos do associado e, objetivando mensurar o desenvolvimento holístico e o crescimento econômico, anualmente realiza visitas a estabelecimentos dos grupos, através de uma equipe acompanhada do técnico do CAPA, se permitindo traçar um comparativo daquele estabelecimento de um ano para o outro. Isto também é realizado através do depoimento dos associados.

Produzir sem o agrotóxico perfaz do agricultor e sua família uma lógica de vida diferente daquele que faz a agricultura convencional, o que pode ser compreendido no depoimento do agricultor 'H':

[...] ser um agricultor agroecológico a gente olha a vida de outro ângulo, eu saio deste ponto que eu tô e vou para um outro ponto olhar, né, a minha propriedade. Eu enxergo coisas que eu não enxergo quando não sou ecológico, né. Então, o que não tem valor numa propriedade convencional para mim é uma fortuna, né, é tudo diferente, é tudo diferente, por exemplo, os agricultores convencionais não querem terra que tenha muito mato, para mim isto é ouro, mato para mim é a melhor coisa que tem. Então a gente olha a vida de um outro jeito, né. Ah! Eu não quero essa terra porque é muito pobre! Eu já me sinto no compromisso de enriquecer ela. A única coisa que eu quero deixar de herança é uma terra melhor, quero deixar terra boa. É possível fazer isto. [...] É um trabalho de interação, assim que tu tem que escutar o que a terra precisa, sentir o que ela precisa, dar para ela para poder tirar depois o que tu precisa. Requer tempo, investimento, paciência, compreensão, humildade, tu não pode ser ganancioso por dinheiro, né, tu tem que se planejar, nosso agricultores tem muito pouco assim... nós somos muito imediatistas, nós queremos as coisas amanhã, eu mal consigo plantar e esperar seis meses para colher [...].

Com base no exposto, chegar ao estágio de maturidade em que se encontra a produção de base ecológica exigiu a habilidade de tomar, de forma aleatória, no meio rural, agricultores comprometidos com uma lógica de vida cerceada no respeito à vida e ao meio ambiente e que tivessem substrato para fazê-la tomar proporções significantes sem a dominação do imediatismo característico do ser humano. Neste contexto se enquadram os associados da Cooperativa Sul Ecológica.

A comercialização dos produtos dos associados

A Cooperativa Sul Ecológica utiliza as seguintes frentes de mercado para comercializar a produção de seus associados:

- **Programa do governo federal de aquisição de alimentos (PAA)**

A cooperativa assume a responsabilidade e o compromisso do abastecimento firmado com o PAA informando quais os produtos que vai entregar. Para subsidiar este contrato, o agricultor se compromete formalmente com a cooperativa através da apresentação do seu planejamento anual de produção. É um planejamento flexível, pois à medida que o agricultor não consegue dar conta da produção de alguma variedade pré-destinada ao PAA, normalmente por variações climáticas, concede a primazia a outro associado. Daí a importância do associado ter autonomia para, com base nas suas experiências de produção, decidir a variedade e o volume do plantio agroecológico. Sendo assim, por exemplo, àqueles que são passivos dos efeitos da estiagem, dedicam-se à plantios mais tolerantes à falta de água, tais como a cultura do feijão e da abóbora.

Partindo desse contexto, a entidade desenvolve uma planilha de fornecimento anual, com entregas previstas a cada 15 dias na comunidade, ao mesmo tempo em que se encarrega da distribuição do produto aos beneficiários, assim se processando o trabalho: o agricultor emite uma nota fiscal de venda de produtos de base ecológica para a cooperativa, e a entidade realiza a venda daqueles à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Cada agricultor tem um limite de venda que pode atingir R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)/ano para o PAA, podendo este valor ser ampliado à critério do governo. Esta premissa deve ser levada em consideração quando é feita a planilha anual de abastecimento para o PAA por agricultor, para que não exceda o valor de venda permitido.

A comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos representa em torno de 70 a 80% (setenta a oitenta por cento) das operações realizadas pela entidade, e tem representado uma boa opção para os agricultores; além do mais, para o PAA, o produto agroecológico tem um valor agregado de 30% (trinta por cento).

- **Programa da merenda escolar ecológica**

Atualmente, o programa da merenda escolar ecológica está sendo atendido pela Cooperativa nos municípios de São Lourenço do Sul, Canguçu e Pelotas.

- **Supermercado Guanabara**

A cooperativa encarrega-se de abastecer de produtos agroecológicos a unidade do Supermercado Guanabara, na cidade de Pelotas, com uma frequência de 3 (três) vezes por semana.

- **Feira de produtos ecológicos**

A cooperativa conta com um ponto de feira ecológica que se realiza em sua própria sede, permitindo à comunidade abastecer-se com os seus produtos. O horário de funcionamento do ponto de feira é o mesmo da cooperativa: das 8h às 12h e das 13h30m às 18h.

- **Restaurantes**

Alguns restaurantes da cidade de Pelotas adquirem os produtos diretamente na feira de produtos ecológicos da sede da cooperativa. Para que tal demanda seja atingida, a cooperativa tem como parte de sua rotina a coleta dos produtos nos estabelecimentos dos associados.

Para atender às frentes de mercado especificadas, a cooperativa conta com dois veículos próprios, uma pickup Ford Courier, ano 1998 e uma caminhonete Ford F1000, ano 1995 e, quando é maior o volume a ser transportado, contrata o serviço de frete de terceiros.

O funcionamento da Cooperativa Sul Ecológica

A cooperativa para realizar a atividade a que se propõe tem a contribuição do seu presidente e uma equipe de 5 (cinco) colaboradores, dentre eles o técnico encarregado de assistir aos associados nas suas demandas, especialmente ligadas à produção. Com exceção do presidente, que percebe pró-labore, fixado com base no salário mínimo, conforme decisão em assembléia, os demais colaboradores são remunerados pela cooperativa sob a forma de salários. Um dos integrantes da equipe é associado à Cooperativa Sul Ecológica.

A cooperativa, como qualquer outra organização, autogestionária ou não, tem a possibilidade de enfrentar, por vezes, a ações de cunho trabalhista. Na sua história há o registro de uma ação trabalhista contra esta, apresentada por um funcionário associado. À medida que um associado apresenta uma ação de direitos contra uma organização da qual tem quotas-parte, está apresentando-a contra si mesmo, sendo assim, este não é um comportamento esperado para um funcionário que também é dono do negócio. Em verdade, alguns membros não imbuídos do espírito cooperativista, ao

serem empregados pela entidade, se comportam segundo os padrões tradicionais de relações de trabalho, prejudicando a entidade com processos trabalhistas. Daí a importância do estabelecimento de critérios técnicos para a contratação de funcionários como forma de melhor avaliar a integridade física e mental do candidato, que não o da simples indicação, hoje vigente na cooperativa.

Como forma de assistir tecnicamente a atividade de produção de seus associados, a cooperativa também conta, sem ônus, com os serviços de assistência técnica do CAPA.

Quando a cooperativa precisa se fazer representar em eventos científicos e reuniões, indica um funcionário, associado ou dirigente para fazê-lo sem que isto represente ônus para o indicado.

No caso de participação em curso de capacitação ou formação técnica, cabe ao associado, ou ao grupo a que está inserido, encontrar uma forma de carrear o recurso, quando o grupo não possui reservas financeiras próprias, o que por vezes, sucede.

No aspecto pessoal, sabe-se que um associado é passível de dificuldades, mas, não sendo a cooperativa co-responsável pela situação, aliás, este aspecto vai ao encontro das regras de cooperação, não havendo nenhum tipo de financiamento ao associado patrocinado pela cooperativa, tendo este, se necessário, valer-se junto a instituições financeiras particulares. Para dirimir possíveis percalços, alguns associados aderem ao seguro agrícola ou mesmo, com o intuito de suprir demandas financeiras, acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou buscam recursos junto a cooperativas de crédito como a CRESOL e a CRENOR, que exigem menos burocracia.

O agricultor 'H' e também conselheiro da Cooperativa Sul Ecológica faz alusão aos principais motivos que dificultam a gestão da entidade, em se tratando de uma organização de agricultores familiares, a saber: a busca de resultados do negócio tanto para o associado como para a cooperativa e os diferentes níveis de participação dos associados.

No que se refere ao primeiro motivo, o agricultor relata que:

Um problema nas nossas organizações da agricultura familiar é que é muito complicado trabalhar a gestão. Por que que é complicado trabalhar a gestão? Porque a gestão das organizações da agricultura familiar tem que sempre ter um enfoque muito forte no social em função de que trabalhar com uma população descapitalizada, que precisa dos programas públicos e sociais também, né, e que a gente alguma coisa neste campo sempre tem que tá fazendo e tu não pode fazer uma gestão pura e simples de uma cooperativa, né, pelo econômico apenas, né. Tem que ter esse trabalho com uma mão forte no social. É sempre muito difícil fazer a gestão disso, é sempre muito complicado, assim, né, porque uma coisa é que o comercial tem que apresentar bons resultados e o social tem que apresentar resultados no campo social e parece que isso chega a ficar antagônico em algum momento para trabalhar isso junto. Chega a ficar antagônico pra trabalhar isso junto e qualquer pessoa que chega despreparada pra fazer isso, cai num ou no outro campo, não consegue trabalhar as duas coisas, né, é muito difícil. Quer dizer que se ela é despreparada a gente sempre precisa alertar: o pessoal! Nós não podem se esquecer que a gente trabalha com o agricultor descapitalizado, né, se a gente se voltar só para o econômico quem nos dá resposta econômica é o agricultor que tá estruturado, né, agora tem aquele que não nos dá uma resposta econômica e que precisa mais de nós que nós dele, que precisa de uma resposta social para os seus problemas.

Observe-se que o exposto acima, enfatiza a importância da escolha dos dirigentes da entidade, pois se não forem capazes o suficiente

para lidar com estas duas faces, podem priorizar uma delas e deixar parte dos associados com suas necessidades não atendidas.

Existe um segundo motivo que dificulta a gestão da organização, se considerarmos o fato de que não é possível que todos os associados se envolvam com a cooperativa no mesmo nível, resultando, simultaneamente, o trabalho daqueles que se comprometem, são compreensivos, participam das decisões mas tem como qualquer pessoa, problemas e a presença na associação daqueles mais oportunistas, participantes de reuniões e assembléias quando há o interesse particular por determinado assunto da pauta de discussão. Em suma, o que se verifica quanto a participação dos associados na gestão da cooperativa é uma relação de “matemática de interesses”, havendo momentos em que se consegue mobilizar o todo. Por ocasião deste enfoque, a cooperativa concede a todos seus associados, sem distinção o direito e a oportunidade de participar das decisões, cabendo à diretoria executar o que foi decidido pelo coletivo e não tomar decisões pelo coletivo, de forma arbitrária. Assim sendo, o associado que não participar efetivamente na cooperativa deixa de beneficiar-se do seu direito de voz e vez, mas ciente de que teve a oportunidade de fazê-lo.

Embora o governo ofereça diferentes programas de apoio para o segmento da agricultura familiar, aí incluso o de base ecológica, os programas mais acessados pelos associados da Cooperativa Sul Ecológica são o PRONAF, o seguro da agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos. A cooperativa e, por conseguinte, seus associados estabeleceram um forte grau de dependência a este último.

Para o agricultor ‘G’ a cooperativa se mantém receptiva a novos associados ao mesmo tempo que estimula o aumento da produção dos cooperados, mas acredita que esse aumento será possível no momento em que os agricultores que ainda produzem com base ecológica e convencional aderirem somente ao primeiro método, e isto depende em parte de saldarem

seus débitos decorrentes do plantio do fumo com fornecedores e instituições financeiras.

A entidade entende ser intenção dos associados, a desativação do plantio convencional, aqui representado pelo agricultor 'D', fundador e atual conselheiro da Cooperativa Sul Ecológica. Realizando seu trabalho em 20,00 hectares, 6 (seis) deles destinados à produção de base ecológica, 5 (cinco) ao plantio convencional de fumo e 9 (nove) hectares destinados a criação de animais, tem sua produção comercializada em feira ecológica semanal com o grupo da Arpa-Sul, cumprindo abastecimento do Supermercado Guanabara em 3 (três) vezes por semana, pelo ponto de feira da sede da cooperativa e pelo programa PAA. O agricultor 'I' tem um projeto de vida em curto prazo que é a renúncia ao plantio convencional, como pode ser constatado pelas suas palavras: "A gente deve um pouco, não pode parar, né. Enquanto eu não pagar o que devo, não posso parar o convencional. Vou terminar o contrato e vou parar o convencional."

De fato, a cooperativa demonstra interesse de que novas famílias se associem, mas mais primordial do que esse interesse é a qualificação do trabalho das famílias já associadas, visando atender as exigências do mercado. A desqualificação tem sido um problema enfrentado pela cooperativa, mas é um entrave comum às organizações de economia solidária, conforme o pensamento de GAIGER (2004, p. 391 – 2): "[...] seguidamente, a desvantagem da empresa de economia solidária deve-se a sua defasagem tecnológica e ao seu despreparo técnico-profissional, em termos das competências já adquiridas e em capacidade de inovação."

Em verdade, o agricultor familiar é das poucas profissões passada de pai para filho, pois que na escola não lhe é ensinado a fazer agricultura, por isso a dificuldade de aceitar a necessidade de estar em sintonia com o mercado e, para isto, produzir com qualidade. De seu lado, o agricultor familiar não se sente habilitado e/ou encorajado de articular-se no mundo globalizado

em que vive e que anuncia, no curto prazo, diferentes demandas. Deve-se a isso a dificuldade em adequar-se às demandas prescritas pela cooperativa e aceitar, por exemplo, a exigência legal da certificação orgânica. É neste quesito que a cooperativa deve intermediar e cumprir a sua função, munindo o agricultor das ferramentas necessárias para lidar com as situações novas, mostrando-lhe o horizonte que paira à sua frente.

Ressalta-se que, os efeitos da globalização também recaem sobre àqueles que fazem a agricultura convencional, entretanto, tem sido de forma mais acirrada sobre o mercado dos orgânicos. Justifica-se, em virtude de se tratar de um mercado novo, em plena fase de ascensão, se constituindo em um atrativo ao ingresso de agricultores neste segmento.

Endossando estas assertivas, o agricultor 'G' faz a sua análise em torno dos motivos das adesões dos agricultores familiares à cooperativa, ressaltando a necessidade de representação na comunidade através do coletivo assim como a possibilidade de competir no mercado, a saber:

Eu acho que o principal motivo que leva a pessoa a se associar é a necessidade de se fazer representar, de estar presente, de poder influenciar nos processos, né. A gente não tem outra forma como pequeno a não ser associados, né, por exemplo, nós articulados, associados, a gente consegue estar presente nos conselhos municipais de saúde, educação, agropecuário, enfim, alimentação escolar. Estou lembrando dos que a UNAIC participa, meio ambiente, segurança alimentar, então a gente consegue estar presente interagindo e influenciando. Não tem outro jeito da gente participar a não ser articulados e organizados. E uma outra necessidade muito forte é a coisa da comercialização. A comercialização é muito complicada, também por isso, né, que eu falava antes que pequenos volumes fica difícil de ofertar, fica difícil de alguém comprar o pequeno volume, então se a gente está articulado a gente oferta através da UNAIC, oferta através da Sul Ecológica o produto, né, então tem uma diferença grande nisso né, tem uma diferença grande, e a gente consegue se organizar e dizer olha eu posso produzir 50 pés de repolho por

semana porque eu tenho mercado. Se eu to sozinho esperando que alguém venha me comprar, ora ele comprou hoje mas amanhã ele encontrou outro mais barato ele vai atrás do outro que ele encontrou mais barato, né. O mercado é assim, tem este dinamismo, esta disputa toda. Então tem estas coisas assim, então se a gente está organizado eu acho que fica um pouco mais fácil. E é isso que leva os agricultores a se organizar.

Nos desabafos dos agricultores agroecológicos percebe-se um consenso de que, nos últimos quatro anos, aumentou consideravelmente o volume de produtos de base ecológica demandados, vindo a repercutir positivamente nas famílias produtoras, quer seja através da obtenção de qualidade de vida, do dinamismo econômico ou do conforto mínimo. Na visão do agricultor 'H', excluindo-se a possibilidade do plantio do fumo, a produção de base ecológica é o melhor negócio para se fazer no momento, além do que, ressalta que o mercado está em ascensão.

De uma maneira geral, mercados novos quando em ascendência tendem, com o passar do tempo, a serem submetidos à processos de padronização com vistas a continuar se expandindo inclusive para o mercado externo. A certificação orgânica surgiu no Brasil com este sentido, no momento em que a produção de base ecológica tomou proporções significativas. A certificação orgânica visa garantir que os produtos de base ecológica sejam produzidos de acordo com as normas e práticas da agricultura orgânica, propiciando credibilidade ao produto, à medida que tem sua procedência garantida e, de forma simultânea, segurança ao cliente com a qualidade de seu produto. A certificação é um instrumento, normalmente apresentado sob a forma de um selo afixado ou impresso no rótulo ou na embalagem do produto.⁸¹ É um tema que tem feito parte da agenda de discussão dos que realizam a sua atividade à luz da agroecologia. A cooperativa, com base nestes

⁸¹ Disponível em : <<http://www.planetaorganico.com.br/trabfern2.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2009.

debates, optou pela via Rede Ecovida que, através da certificação participativa apresenta custos menores se comparada a outras organizações certificadoras, o que pode ser denotado na fala do agricultor 'G':

[...] sabe que o agricultor demora um pouquinho mais para entender esse processo, mas acho que a gente já tá com uma discussão assim bem avançado porque isso é um assunto que já vem de longa data, né, inclusive porque a Lei assim foi adiada, sai ano que vem, sai ano passado, até que enfim agora até o mês de dezembro, após essa data para colocar um produto orgânico no mercado ele precisa estar certificado. A Lei exige isso, né. A gente então tá trabalhando a questão da certificação participativa, a Rede Ecovida faz parte do núcleo aqui e a idéia então é passar por esta organização aí, vai tá credenciado, porque uma certificadora particular é mais cara, é um custo bem alto. Algum custo vai ter, né, claro né, porque a certificação participativa é bem mais barato porque o próprio técnico e mais uma comissão que a gente vai escolher aqui, vai ser aqui, né, mais vamos ter que achar uma forma de pagar isto, acho que a gente vai te um pouquinho de desconto disso aí, porque tem custos com deslocamento do técnico e mais um e outro agricultor que faz parte dessa comissão. Tem que pagar isto para eles.

Contudo, embora a certificação orgânica seja uma exigência legal, ela representa um maior grau de maturidade dos agricultores em relação às exigências do mercado, podendo representar uma forma de minimizar os obstáculos decorrentes da comercialização à competição no mercado.

O manifesto do integrante da diretoria executiva da cooperativa explicita as razões do êxito das atividades desta ao longo de sua existência, a saber:

[...] uma das coisas que eu vejo que ajudou bastante é que a gente tem um quadro de associados com agricultores que já tem uma longa caminhada em

outros trabalhos, né. São grupos agroecológicos lá dos anos 80, vamos imaginar. São agricultores que já participaram de várias capacitações, seminários, eventos, né. E são pessoas que participam de lideranças de igreja, de time de futebol, e assim por diante, né. Então acho que isto é um privilégio que a gente tem, que a gente tem famílias assim que tem uma boa caminhada e que não fazem parte só de uma ou outra organização (agricultor 'G').

Muitos associados da Cooperativa são associados/cooperados em mais de uma organização, tais como a UNAIC⁸², a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR) e a Arpa-Sul, operando com estes de acordo com a sua capacidade de produzir e trabalhar. Desta forma, o agricultor encontra através da feira ecológica, do atendimento ao PAA dentre outras e, em distintas organizações, formas diversificadas de comercializar os seus produtos, com a possibilidade de não tornar-se dependente a uma delas, minimizando o grau de comprometimento da sua atividade se, porventura, vir a entrar em estágio falimentar.

No espectro da ampliação da atividade de base ecológica na região de Pelotas, a promoção do trabalho dos agricultores familiares agroecológicos é considerada relevante, pois além de promover a expansão deste segmento permitiria a formação educacional dos sujeitos em torno do consumo consciente.

Neste sentido, é do parecer dos partícipes da diretoria executiva da Cooperativa Sul Ecológica e dos associados entrevistados que a divulgação da produção de base ecológica é deveras ineficiente, pois os programas que utiliza para esta finalidade são de menor abrangência, ou seja: o Terrasul, alguns jornais de menor expressão, além de visitas à escolas com o intento de divulgar o trabalho especialmente na semana do alimento orgânico. Como se

⁸² Disponível em: <<http://www.unaic.com.br>>. Acesso em: 20, 21 e 28 mar 2009.

não bastasse a pouca expressividade das ações da cooperativa neste sentido, também há a necessidade de lidar com o número insuficiente de pessoas para envolver-se com estas atividades, com destaque às palavras do agricultor 'G':

[...] o que eu vejo é que não é interesse da grande mídia divulgar a produção orgânica, que não existe patrocínio, não é uma mão santa que bota dinheiro, essa é a grande diferença. [...] E também faltam pessoas humanas para fazer isto. Eu sou o único dirigente da cooperativa que sou liberado, aí eu faço representação, carrego saco, carrego caixa, então falta tempo, né. Tem que ver o todo da cooperativa no dia-a-dia, né, então tu também não tem muito mais que fazer do que já é feito. Eu acho que a gente trabalha com um quadro de funcionários bem reduzido, precisaria mais pessoas, mas a entidade não tem condições de pagar mais ninguém.

Dentre os intentos da Cooperativa Sul Ecológica para o ano de 2010, sobressai-se o projeto de aquisição da sua sede, que atualmente depende de locação; a ampliação das formas de acessar novos mercados que não seja somente através do PAA e o incremento do número de associados.

A partir do ano de 2004 tem pautado as pretensões da cooperativa, a intenção de articular o andamento do projeto para a obtenção do veículo caminhão, com motor diesel de no mínimo 110 HP, com capacidade de carga de 7.700 kg e carroceria de madeira, tendo em vista que muito contribuiria no andamento das atividades da cooperativa e, inclusive, na redução de seus custos com transporte e manutenção dos veículos que possui. Este projeto tem referências no programa oferecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, denominado Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, com o escopo de apoiar projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais visando o fortalecimento da agricultura familiar, através de

contratos de repasse com governos municipais, governos estaduais e ONGs nos casos que envolvem custeio⁸³.

Na conjuntura do projeto da Cooperativa Sul Ecológica, cabe à Prefeitura Municipal de Pelotas disponibilizar a contrapartida de 20% (vinte por cento) do valor do bem. Em se tratando de um projeto que depende do comprometimento financeiro e administrativo do setor público, é fundamental a mobilização da diretoria executiva e, pelo menos, de um grupo representativo de associados da cooperativa que, imbuídos de persistência, intercedam junto à Prefeitura com vistas a obter o pretendido, pois é sabido que o setor público lida com muitas demandas de todos os segmentos da comunidade e acaba priorizando àquele de quem recebe cobranças efetivas e que deixam clarividente a importância da aquisição do bem em questão para a sua atividade.

Este programa de governo tem respondido às demandas de organizações de agricultores familiares, como é o caso da UNAIC em Canguçu, que tendo se habilitado à aquisição de um veículo nos mesmos moldes do pretendido pela Cooperativa Sul Ecológica, passou a usufruir dos seus benefícios há cerca de 2 (dois) anos. O projeto se efetivou tendo por base a persistência junto ao poder público e o comprometimento com a pretensão.

3.2.1 **Considerações Finais do Caso Cooperativa Sul Ecológica**

A Cooperativa Sul Ecológica é um empreendimento de economia solidária, uma vez que sua atividade é exercida com base no princípio de autogestão e orientada pelos valores de democracia, solidariedade, igualdade, cooperação e participação, com vistas a promover o crescimento social, econômico e cultural dos associados.

⁸³ Disponível em : <www.mda.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2009.

A cooperativa cumpre um importante papel econômico e social, uma vez que, ao servir como intermediária entre o mercado e os associados, diminui os riscos, agrega valor à produção de base ecológica e promove a inserção de pequenos e médios agricultores familiares em mercados concentrados, em grande parte descapitalizados e, em alguns casos, desprovidos de condições para integrar-se à agroindústrias e, em especial, à organizações fumageiras.

A entidade opera através de 23 (vinte e três) núcleos que, de forma autônoma, mas à luz do estatuto e do regimento da Cooperativa Sul Ecológica, permite aos agricultores familiares agroecológicos, independente do seu nível de capitalização econômica, viabilizar a sua atividade.

Frente aos depoimentos obtidos, ensaia-se a dizer que, antes das famílias associarem-se à Cooperativa Sul Ecológica viviam um forte estado de desprovento econômico e após vincularem-se a esta, através da atividade de base ecológica, passaram a fazer jus a incrementos monetários que lhes permitiram a ascensão social, a melhoria da qualidade de vida e a solidificação da própria identidade.

Não resta dúvida que os partícipes destes núcleos, enquanto integrantes da Cooperativa Sul Ecológica, são dependentes do apoio do Programa de Aquisição de Alimentos promovido pelo Governo Federal, entretanto, não foi objeto deste estudo mensurar até que ponto estão vinculados à cooperativa para comercializar o que produzem, não havendo condições de afirmar a situação de debilidade econômica no caso de suspensão do PAA.

Entretanto, se partirmos da hipótese de que os associados se utilizam quase que especificamente da cooperativa para acessar mercados agroecológicos, estando, portanto, em uma condição de dependência, poder-se-ia afirmar que é uma situação de extrema debilidade, porque com base no

cenário atual, a sua própria mantenedora, se não puder contar com as benesses do PAA coloca sua existência em risco. Afinal, a manutenção da cooperativa depende da contribuição financeira dos seus associados e hoje, com um quadro de 230 associados, reproduzido em 150 famílias, enfrenta dificuldades para manter-se ativa.

Ao que se tem conhecimento, não há mercados contratados pela cooperativa capazes de suprir a produção que os associados destinam ao PAA, na hipótese de finalização deste. Tal situação, imporá à Cooperativa Sul Ecológica a continuidade de suas operações através do comércio da produção dos seus associados com as outras frentes contratadas e, em curto prazo, o repasse à maioria dos seus associados, se não à todos, da responsabilidade de encontrar um novo destino para o excedente produzido, onde alguma quantidade quiçá significativa de alimentos, seriam desperdiçados por questões de perecibilidade. Adviria, sem dúvida, igual situação de marginalização como a vivida anteriormente por essas famílias quando convidadas pela Cooperativa Sul Ecológica ao exercício da cidadania e à obtenção de dinamismo econômico à luz da agroecologia.

Em suma, a cooperativa possivelmente seguiria ativa, mas em dimensões expressivamente menores se comparada à realidade atual, quer seja em volumes de produção operante ou em número de associados.

Para a Cooperativa Sul Ecológica o PAA, enquanto instrumento de política pública, tem cumprido o papel a que se propõe, à medida que viabiliza através da produção de alimentos, a atividade e o fortalecimento dos agricultores familiares agroecológico, gerando trabalho e renda no meio rural. Haja vista que desde 2004, o volume de alimentos comercializados pela cooperativa para dar conta do PAA é crescente vindo ao encontro com os relatos dos associados de que houve uma melhoria de sua performance econômica, fruto de sua atividade, neste mesmo período. Estes relatos apresentam indícios de que os associados da Cooperativa Sul Ecológica, pelo

menos desde 2004, ainda encontram-se em situação de fragilidade, pois a viabilidade da sua atividade está à mercê dos ditames do governo com relação à permanência do PAA.^{84, 85}

A cooperativa ao longo dos seus oito anos de existência não conseguiu investir em bens imóveis. No tocante a bens móveis conseguiu adquirir dois veículos, fabricados há em torno de 14 (quatorze) anos. O desejo de conquistar a sede própria é relevante, mas a *priori* não influenciaria diretamente nas atividades da cooperativa, por isso o pensamento em torno da renovação da sua frota, intensamente utilizada à serviço da cooperativa parece importante, pois os seus veículos já apresentam demandas de reparos e oneram custo em razão disto, não somente àqueles ligados a aquisição de peças e serviços de mecânica, mas o custo implicado em função do tempo que deixam de estar a serviço da entidade, que precisa contratar fretes de terceiros.

Aqui se ressalta a importância de haver a articulação da diretoria executiva e associados em prol da obtenção do veículo aportado pelo projeto de infraestrutura e serviços em territórios rurais promovido pelo MDA desde o ano de 2004, pois se acredita que se os dirigentes e associados, organizados em comissões, estão aptos a intervir junto ao governo municipal, pelo menos duas vezes por semana, no sentido de requerer o atendimento das suas necessidades. O estabelecimento destas comissões seria em caráter emergencial, somente com o intuito de empreender para fazer jus a um bem que otimizaria o trabalho logístico da cooperativa, uma vez que, não tem condições de fazê-lo contando com o seu atual quadro de funcionários.

⁸⁴ Informações pertinentes ao Programa de Aquisição de Alimentos, enquanto política pública, podem ser obtidas no site: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 20 ago. 2009.

⁸⁵ O artigo Agroecologia, agricultura familiar e cooperação: a experiência da Cooperativa Sul Ecológica permite a visualização do volume crescente comercializado pela Cooperativa para o PAA entre os anos de 2004 a 2006. Becker; Caldas; Sacco dos Anjos, 2007. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_00248.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009.

Atualmente o presidente da entidade envolve-se com todo o tipo de atividade da cooperativa, desde as mais triviais às mais complexas, e deste modo, é provável que não venha a conseguir incluir na sua agenda o acompanhamento rigoroso de projetos de aquisição de bens junto a órgãos do governo, que dependam do trabalho de insistência pelo beneficiário para que prosperem. Persistir numa atitude junto aos órgãos do governo pode ser compreendido como a notificação da real necessidade do bem, sendo assim, deixar que um projeto fique a mercê do governo pode dar a impressão de que não é tão urgente quanto se propõe.

Com intuito de clarificar o exposto, segue o pensamento de Cruz (2006, p. 132)

[...] a atenção que o Estado dispensa à economia solidária (em sua amplitude de recursos e em sua qualidade) depende, como sempre, da capacidade dos atores políticos vinculados ao tema serem capazes de se mobilizar em torno de suas necessidades e reivindicações.⁸⁶

Em suma, é notável a carência de mão-de-obra na cooperativa, inclusive para poder melhor cumprir o seu papel social, como aquele relacionado à visitação a escolas, quer seja para ativar o consumo consciente ou para desencadear, através das crianças, a adesão da filosofia da produção de base ecológica pelas famílias rurais. O ingresso de pelo menos um novo integrante à equipe, selecionado com base em critérios técnicos solidificados, poderia resultar em um melhor acompanhamento da atividade dos associados, que inseridos em seus núcleos, consigam qualificar e expandir a sua produção agroecológica.

⁸⁶ Revista **Sociedade em Debate**, v. 12. n. 1. Jun., 2006. p. 117 – 138.

Os associados estabelecem relações profícuas entre si, porém estas se efetivam normalmente em ocasiões sociais da comunidade, como nas atividades promovidas pelas igrejas e nos jogos de futebol dos finais de semana, note-se, porém que estas ocasiões promovem o encontro de famílias de agricultores rurais e não, em especial, daqueles cuja produção seja de base ecológica. O aspecto positivo disto é que àqueles agricultores mais capitalizados passam a ser a prova viva de que a produção agroecológica é uma boa opção para se trabalhar, pondo em xeque o pensamento predominante que destaca o plantio do fumo, entretanto para àqueles que não estão tão bem estruturados, esta pode ser a oportunidade para se questionar sobre a validade do plantio de base ecológica, estabelecendo a relação entre o intenso trabalho que demanda e os resultados que propicia.

Daí a importância do agricultor agroecológico, que para manter-se nesta atividade, necessariamente perceber que ao fazer este tipo de agricultura percebe outros ganhos que não só os econômicos, sendo muitas vezes esses os que mobilizam a sua adesão e a sua permanência.

Com relação à taxa de 30% (trinta por cento) retida à cooperativa sobre as movimentações comerciais dos seus associados, considera-se elevada, pois na verdade, em termos lógicos, ela não pode ser entendida somente como uma simples taxa aprovada pela assembléia, mas que quase 1/3 (um terço) do que é produzido e do tempo e da energia despendidos pela família será repassado à entidade para bem de ter o seu produto por ela comercializado. Sob este enfoque, parece claro que esta taxa é muito expressiva para quem produz, porém necessária para a entidade que recebe, haja vista os altos custos que tem principalmente com a logística feita pela entidade para saldar aos seus compromissos com as entregas dos produtos. Ressalta-se que os 230 (duzentos e trinta) associados distribuídos em seus núcleos, estão estabelecidos geograficamente dispersos na região de Pelotas, em locais inclusive de difícil acesso, onerando os custos com transporte da entidade.

A Cooperativa Sul Ecológica, administrando da melhor forma possível os percalços que se apresentam no seu dia-a-dia, tem cumprido o papel a que se propõe, promovendo a agricultura familiar de cunho sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental.

CONCLUSÕES

Com o intuito de concluir este estudo, foi direcionada a integração da revisão da literatura com as informações resultantes dos depoimentos dos agricultores familiares agroecológicos, com vistas a identificar e compreender a forma pelo qual as organizações Arpa-Sul e Cooperativa Sul Ecológica viabilizam a atividades deste segmento na região de Pelotas.

O estudo demonstrou que há uma importante interdependência entre a existência das entidades, objetos deste estudo, e a viabilidade das atividades dos seus associados, pois ao mesmo tempo em que as entidades dependem sobremaneira da participação dos seus associados para subsistir e por isso buscam responder às suas necessidades, estes encontraram naquelas, o caminho para inserirem-se no mercado, acessarem políticas sociais e viabilizarem sua atividade, e, por conseguinte, ter como remunerar o seu trabalho.

Tendo em vista que os produtos agroecológicos apresentam demanda crescente, a opção de trabalhar neste segmento é atrativa, porém, no tocante da agricultura familiar, que também abarca agricultores descapitalizados, só é possível, na região de Pelotas, se articulada através de cooperativas e/ou associações, de modo a permitir revigorarem-se para através do empenho coletivo enfrentar aos ditames do mercado, disputando a preferência por seus produtos.

No âmbito das políticas sociais, ressalta-se que o Estado é responsável em promover programas capazes de assegurar aos agricultores agroecológicos a satisfação das suas necessidades básicas de modo a permitir-lhes exercer seus direitos sociais e cívicos. Entretanto, nos casos estudados constatou-se ter havido a terceirização do papel do Estado de executor de políticas para as organizações Arpa-Sul e Cooperativa Sul

Ecológica, à medida que ao viabilizar a atividade dos seus associados têm conseguido revitalizar as suas condições sociais e econômicas de vida, contribuindo para evitar que a sua maioria atinja o estado de marginalização.

Assim, a Arpa-Sul, através do trabalho realizado em feiras ecológicas, à luz da dinâmica autogestionária, que prescreve a ampla participação e comprometimento dos seus associados, e a Cooperativa Sul Ecológica, principalmente como articuladora do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos pelos agricultores familiares agroecológicos, conseguem prover a sustentabilidade destes, permitindo-os desenvolverem-se e exercerem a cidadania, funções estas também pertinentes ao Estado.

Em suma, a condição de vida das famílias que fazem produção de base ecológica da região de Pelotas depende sobremaneira de estarem articulados de forma associada. Como exemplo, cita-se o caso dos agricultores familiares agroecológicos que usufruem dos benefícios do programa de governo PAA, e conseguem acessá-lo por estarem organizados de forma associada através da Cooperativa Sul Ecológica, que viabiliza a concretização deste negócio. Além do que, isto permite que o PAA registre importante marca de sucesso em meio aos agricultores familiares agroecológicos da região de Pelotas, uma vez que ao inserir seus produtos no mercado, permite obterem ganhos econômicos, abstendo-os do estado de vulnerabilidade social.

Em que pese, urge que nos rumos da Cooperativa Sul Ecológica, sejam propostas ações com intuito de minimizar o seu grau de dependência (em torno de 70%) e, a médio e longo prazos, permitir-lhe emancipar-se do PAA, com vistas a não comprometer as dimensões social e econômica da vida dos seus associados no caso deste findar. Assim, o trabalho em torno da ampliação das frentes de comercialização dos produtos de base ecológica da cooperativa, quer seja mediante o programa da merenda escolar para cidades da região ainda não abarcadas, a venda direta para outros comércios varejistas e atacadistas, à venda com entrega programada para consumidores em geral,

parecem ser modalidades atraentes e com importante potencial de expansão, que a despeito de caracteristicamente de fim econômico, cumprem papel social ao viabilizar os agricultores associados.

Entretanto, salienta-se que com os dois veículos que a cooperativa atualmente se utiliza para atender às frentes de mercado contratadas, a participação em novos mercados ou ampliação daqueles já acessados torna-se um tanto complexa, pois implicaria na necessidade de contratação de fretes de terceiros, quer seja pelo aumento do volume a ser transportado ou para suprir o trabalho no caso de os veículos carecerem de manutenção, sem considerar os custos com a logística. Por isso, a revitalização da sua frota de veículos é considerada importante, assim como, a união de esforços dos associados para, mobilizados junto à Prefeitura Municipal de Pelotas, interceder em prol da aquisição do caminhão pelo Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais proposto pelo MDA, outra política de cunho econômico, mas de fim social.

É sabido que para a realização das ações sugeridas, dentre elas a questão de difundir a participação da cooperativa em novos nichos de mercado, é fundamental o envolvimento do seu presidente no intuito de promover o debate, definir e delegar as ações com os associados, requerendo do cargo, tempo, boa dose de persistência e dedicação. Tais ações fazem parte do rol de atribuições da função do presidente, mas com a estrutura escassa de recursos humanos que a Cooperativa Sul Ecológica hoje opera, a dissolução dos problemas que se apresentam no dia a dia da Cooperativa tornam-se prioritários à definição de novas ações, porém não mais importantes.

No que tange a gestão da organização, pontua-se o comprometimento do tempo do presidente com as questões rotineiras da cooperativa, pois a forma como está estruturada o leva a envolver-se em tarefas simplistas, inclusive inadequadas ao cargo que ocupa, por isso considera-se oportuno redefinir as funções de cada um dos funcionários, para

daí estabelecer uma nova contratação. Desse modo, a cooperativa ao mesmo tempo em que estaria aumentando o seu investimento com recursos humanos, ampliaria o seu leque de negócios, fazendo surtir efeitos positivos nas famílias associadas, a despeito da necessidade de manter as finanças equilibradas.

A Arpa-Sul para manter o progresso que vem experimentando especialmente nos últimos 5 (cinco) anos é importante mobilizar-se em torno do ingresso de novas famílias à entidade e do aumento da capacidade de produção de base ecológica dos seus associados. Não convém aqui trabalhar com estimativas de que possam surgir programas de governo que abarquem organizações de agricultores familiares, cuja constituição jurídica seja associação, porque, em curto prazo, não fariam surtir mudanças na forma de gerir da Arpa-Sul em função da sua incapacidade de dar conta de novos mercados.

A Arpa-Sul é uma organização estruturalmente frágil, sobremaneira dependente da produção e do comprometimento dos seus associados. Esta fragilidade pode ser denotada pelos quesitos a seguir discriminados: a atividade da associação, de forma indireta, fica a mercê das intempéries que abalam as lavouras agroecológicas dos seus associados; como conta com um quadro de associados não muito expressivo, a não participação de algumas famílias simultânea ou reincidentemente nas feiras ecológicas, por motivo justificado como a falta de produtos para vender, repercute na organização, pois para custear suas despesas depende do aporte financeiro relativo à venda dos produtos dos seus associados. Outro aspecto que pode ser citado é o estado de vulnerabilidade em que se encontram os feirantes quando os produtos que põem a venda nas feiras são retornados aos seus lares, em função da ausência dos clientes à feira pela incidência de temporal e/ou chuva forte, precisando lidar com o fato da receita, que poderia já estar comprometida, não ter sido gerada, além do destino dos produtos que sobram nas bancas.

Seguindo nesta linha de demonstrações da fragilidade desta organização, vale avaliar a hipótese de o associado encarregado do transporte do pavilhão de feira ter o seu veículo comprometido por abalos mecânicos, carecendo de serviços de reparos por quinze dias ou mais. Não resta dúvida de que, se não houver outro associado em condições de transportá-lo, exigirá a contratação do serviço de terceiros, onerando os custos de logística da associação. Em alguns grupos, se o encarregado do transporte dos feirantes, de seus produtos e bancas, por algum forte motivo não se fizer presente na feira, pode inviabilizar que as famílias daquele grupo façam a feira e, por conseguinte, deixem de gerar receitas. Convém mencionar que erguer o pavilhão de feira depende da força física de alguns integrantes das famílias e, em não havendo essa participação, o compromisso da feira fica comprometido.

Entretanto, ressalta-se que toda esta problemática que lhe empresta a particularidade de ser frágil, há 14 (quatorze) anos tem sido contornada mediante o emprego do princípio de autogestão e dos valores que conferem a conotação de organização de economia solidária. Além disto, submete a diretoria executiva a uma gestão focada na solução imediata dos problemas do dia-a-dia para bem de garantir a atividade das feiras. Ressalta-se que a Arpa-Sul tem cumprido a importante tarefa de incentivar a atividade dos seus associados, permitindo-lhes, através da cooperação e do comprometimento de todos, a revitalização econômica e social, assim como a oportunidade de exercerem os seus direitos de cidadãos.

Pelo seu porte, neste momento, não estaria indicada a transição da sua constituição jurídica de associação para cooperativa, pois não tem recursos financeiros capazes de aportar às demandas pertinentes a esta; além do que, estaria convidando parte dos seus associados a reviver a história do ano de 2001, quando parte dos associados da Arpa-Sul migraram, com o escopo de constituir a Cooperativa Sul Ecológica.

Em depoimentos de associados e dirigentes de ambas as entidades, pode-se perceber que o episódio deixou importantes seqüelas nos agricultores familiares envolvidos, submetendo-os a um clima de tensão e de insegurança, mas fortalecidos frente aos valores como cooperação, participação, solidariedade e democracia, postos involuntariamente em xeque.

O crescimento e o desenvolvimento das entidades, objetos deste estudo, depende em grande proporção da visão que a diretoria executiva tem sobre o mercado e a agricultura familiar; do pensamento que tem em torno do cooperativismo e/ou associativismo enquanto meios de viabilizar a atividade dos agricultores familiares agroecológicos; dos objetivos que definem para a entidade e do grau de solvência que pretendem dar aos problemas da entidade e às demandas dos associados. Daí a importância da efetiva participação dos associados nos pleitos dos cargos de gestão das entidades, com vistas a, através do exercício dos seus direitos, elegerem pessoas com capacidade para solidificá-las.

O modo informal verificado nos pleitos dos cargos das entidades, baseado na indicação de pessoas, cria espaço para que àqueles associados que apresentem maior destreza no trato das relações comerciais e administrativas, e que sejam capazes de pensar a gestão de longo prazo, assumam as primeiras posições. Este é um aspecto favorável, entretanto sublinhe-se a necessidade de manter no quadro gestor novos associados, capazes de revitalizar as estratégias e contribuir com o rejuvenescimento das organizações.

No tocante da gestão das entidades, nem todos os agricultores familiares estão ou sentem-se aptos a exercer a gestão da entidade, então é comum se dar maior legitimidade aos atos e falas de alguns do que à dos outros, muitas vezes reflexo do habilidoso poder de persuasão que estes possuem frente aos demais ou pela longa caminhada que tem com a produção de base ecológica; desse modo estas pessoas acabam tendo mais propensão

a assumir posições na diretoria da entidade. Este aspecto pode ser considerado positivo à medida que a entidade acaba contando com a participação na diretoria executiva de integrantes conhecedores da história de lutas desta, o que aumenta a possibilidade de que as suas idéias sobre a gestão estejam calcadas nas experiências de sucesso e fracasso da entidade, permitindo minimizar a propensão ao erro.

Embora a forma de eleger os associados a cargos das entidades seja com base na indicação e mesmo que assumam esses cargos aqueles que se mostram melhor preparados nos aspectos administrativos, burocráticos, técnicos e filosóficos, não compromete os princípios e valores que norteiam essas entidades solidárias, senão vêm a contribuir para o fortalecimento destes dentre os associados. A exemplo, a realização dos pleitos das entidades de modo informal tende a acentuar os espíritos democrático, de participação e de igualdade dentre os associados, que podem fazer a escolhas com base na discussão das possibilidades, tendo todos iguais voz e vez.

Ainda no que se refere a gestão das entidades, é importante ressaltar que os associados escolhidos para fazê-la precisam manter-se atentos aos objetivos a que se propõe estas entidades, sem deixar de considerar que em meio ao seu quadro social há famílias descapitalizadas, que dependem sobremaneira da entidade requerendo principalmente respostas sociais às suas demandas, carecendo beneficiarem-se com programas públicos e sociais e a entidade está incumbida de contribuir para estes acessos; assim como há famílias melhor estruturadas que requerem principalmente resultados econômicos. Nesta lógica a gestão precisa ser feita por associados com condições de propor respostas econômicas e sociais às demandas que aparecem e/ou, sobretudo que dentre os integrantes da diretoria executiva haja pessoas com a tendência natural a uma ou a outra esfera, sendo que no todo da diretoria, facilmente possa ser visualizado o compromisso com os associados em ambas as esferas. Reiterando, as entidades se solidificam enquanto organizações de economia solidária à

medida que os seus associados têm as necessidades atendidas, o que produz nestes a sensação de que vale a pena investir e fazer parte destas organizações, a partir disto amplia-se os elos de cooperação e participação, fortalecendo o senso de pertencimento ao grupo.

Quanto à forma como se estabelecem as relações dos associados entre os níveis hierárquicos inerentes às entidades, considerando-se os limites estruturais decorrentes da constituição jurídica e do número de associados de cada uma, percebe-se que a Cooperativa Sul Ecológica utiliza-se dos aspectos da subordinação de forma mais efetiva e indireta que a Arpa-Sul.

A Cooperativa Sul Ecológica em função do seu expressivo quadro social, do tipo de atividade e do volume de negócios que realiza e da sua operacionalização estar calcada em núcleos organizados, atém-se à estrutura verticalizada, mediada por instâncias hierárquicas um tanto rígidas. Isto repercute para que as relações entre a diretoria e os associados não sejam diretas e efetivas, sendo estas mediadas pelos coordenadores de núcleo e, por conseguinte pelos ocupantes dos cargos de secretário e tesoureiro. Contudo, embora haja um distanciamento de relação entre os associados e a diretoria da cooperativa, as idéias deles se fazem representar nos assuntos desta através dos coordenadores de núcleo, pois o presidente está incumbido de executar as decisões dos associados, por isso a conotação de gestão coletiva.

Assim, à medida que a diretoria executiva realiza o trato dos assuntos da cooperativa com os coordenadores dos núcleos e não diretamente com os seus associados, acaba arriscando-se a promover o distanciamento destes da cooperativa e abrindo margem para que a participação dos associados seja conseqüência do interesse sob os assuntos tratados. Entretanto, em virtude do porte da cooperativa, responsável por dar conta da produção e das demandas de 150 famílias, seria inviável que fosse estruturada de forma que todas as famílias tratassem das suas demandas diretamente com

a diretoria executiva daquela, pois esta perderia a sua função em meio ao trato das questões individuais das famílias. Pelo exposto, se organizações com estruturas mais dilatadas não se beneficiarem do estabelecimento da racionalidade formal e hierárquica, que se funda na subordinação entre as relações dos partícipes tornando-as indiretas, estarão fadadas ao fracasso em curto espaço de tempo, entretanto estas não podem comprometer o caráter da descentralização da autoridade e o caráter participativo, cooperativo e democrático da administração, peculiares dos empreendimentos de economia solidária.

Na Arpa-Sul, as relações entre o seu presidente e os associados são estabelecidas de forma direta, através de uma estrutura de cunho horizontal, possibilitada pela interação do presidente com todos os grupos de associados por pelo menos uma vez por semana, além do que, ele é um dos partícipes da tarefa coletiva de erguer o pavilhão de feira. Em verdade, a sua forma de operar via feiras ecológicas requer a participação efetiva dos associados e não permite que as relações caminhem de modo vertical, pelo menos enquanto o seu quadro social não tomar proporções significativas como o da Cooperativa Sul Ecológica.

Os depoimentos coletados permitem anunciar que a Arpa-Sul, a partir do seu trabalho participativo, da valorização e da atenção que dispensa às particularidades de cada família, das relações de confiança mútua que permite estabelecer dentre os associados, hoje vive a sua fase de primavera da vida (juventude) em que todos constituem uma família. É bem verdade que, poder usufruir as benesses desta fase é resultado da superação dos desafios e do aproveitamento das oportunidades que surgiram nos 14 (quatorze) anos de caminhada.

Não cabe aqui traçar um paralelo entre os dois casos estudados, haja vista que se trata de organizações de economia solidária de distintas constituições jurídicas e naturezas de operação, o que modifica toda a sua

lógica de trabalhar. Contudo, vale mencionar que ambas tem em sua missão o intuito de potencializar a agricultura familiar mediante o emprego de um modelo de desenvolvimento socialmente justo e solidário, politicamente democrático, ecologicamente sustentável e economicamente viável, que valoriza a cultura local e regional.

As famílias associadas às entidades, sendo esta a forma como se reportam aos associados, utilizam intensiva mão-de-obra familiar e mediante a vivência da coletivização é desencadeada uma forte identidade de pertencimento ao grupo.

São organizações de economia solidária, que prescrevem o processo autogestivo e, em face disso, exigem dos associados mudanças de ordem cultural, política e socioeconômica, uma vez que estão comprometidas com a construção de uma sociedade que reza a dignidade e o desenvolvimento humano e a cidadania emancipadora, promovendo a indiscriminação de jovens, velhos, mulheres e negros.

Em que pese, o agricultor familiar agroecológico tem a possibilidade de ver o mundo através do seu microscópio, sendo este um direito seu, contudo no tocante da reprodução social e econômica via a agricultura, corre o risco de confrontar-se com um mundo de possibilidades atraente mas inatingível, senão mediante a forma articulada inerente as organizações autogestionárias, solidárias ou não, com ênfase à primeira.

Ele, como qualquer cidadão, sozinho corre o risco de paralisar-se pelo medo do desconhecido, mas à medida que se uni a outros, ganha coragem e força, para munido de sensibilidade ecológica, fazer uma agricultura que respeite os preceitos do manejo ecologicamente sustentável dos solos, com vistas a tornar a atividade que realiza viável nas perspectivas social e econômica.

Assim, pode-se concluir que o dinamismo econômico e social, revitalizador da vida dos agricultores agroecológicos, pode ser conseguido, principalmente, de duas maneiras, preferencialmente de modo que unidas tornem-se uma única via: da articulação em grupos formais como associações ou cooperativas de economia solidária imbuídas da filosofia autogestionária; da adesão à políticas sociais e/ou programas de governo. Ambas alternativas possibilitam aos agricultores familiares agroecológicos usufruir do seu direito à cidadania e, somadas, fazem surtir efeitos positivos mais duradouros.

Os resultados deste estudo não podem ser generalizados a outras regiões, que não a de Pelotas, porém podem apresentar-se como indicadores de tendências para regiões impregnadas dos valores, da cultura e da condição socioeconômica da estudada. Ressalta-se, portanto, que no Brasil, estes quesitos podem ser divergentes no que concerne à cada região.

Por fim, o presente texto está longe de encerrar o debate sobre o papel fundamental cumprido pelas organizações de economia solidária Arpa-Sul e Cooperativa Sul Ecológica ao viabilizar o trabalho dos agricultores familiares agroecológicos da região de Pelotas que, se apossando da precária função exercida pelo Estado de fazedor de políticas para este segmento, os possibilita experimentar uma condição de vida sócio-econômica mais justa e mais humana. Nesse sentido, considera-se que o estudo contribui também para levantar novas questões de pesquisa a serem respondidas em outros trabalhos.

Caberia acrescentar que, não se deve esquecer a história de trabalho de parques agricultores em seus empreendimentos, por vezes, desacreditados, na conjuntura dos anos 80-90, quando, com muita adversidade, mas com solidarismo, conduziram a agricultura convencional à sua transformação em agroecológica.

Foi e continua uma diversidade de caminhos e de soluções que precisam ser percorridos, contudo, a julgar pela riqueza dos depoimentos e análise das questões propostas, a tarefa de contribuição foi atendida neste trabalho, quando da alusão às principais transformações que a agricultura de base ecológica e as organizações de agricultores familiares vão continuar beneficiando a natureza e o ser humano, em sua qualidade de vida.

ALTIERI, M. **Agroecologia**. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

ANJOS, Flavio Sacco dos. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. Revista **Estudos Sociedade e Agricultura**. Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 17, out 2001, p. 54 – 80. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezessete/sacco17.htm>>.

ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária). **Autogestão e Economia Solidária**: uma nova metodologia. vol. II. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, 2005.

BARRETO, 2003. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. p. 287 – 313. *In*: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUSAKU, Regina Yoneco (Orgs.) **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. vol. I. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BECKER; CALDAS; SACCO DOS ANJOS, 2007. **Agroecologia, agricultura familiar e cooperação: a experiência da Cooperativa Sul Ecológica permite a visualização do volume crescente comercializado pela Cooperativa para o PAA entre os anos de 2004 a 2006**. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_00248.pdf>.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. v. 1. 211 p.

BLANC, Claudio. Coluna Notas. Fique por dentro do que acontece no planeta. **Revista Aquecimento Global**. São Paulo: Instituto Brasileiro da Cultura, [s. d.], ano 1. n. 2, p. 6.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo, RS: UPF, 2001. p. 57 – 106.

BRASIL. Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.emater.rn.gov.br/pronaf2008.asp>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal da Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/index.php?sccid=104&ctuid=15139>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal da Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal da Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília. Disponível em: <www.mda.gov.br>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal da Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/19019>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal da Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília. Agosto de 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/126/codInterno/1169>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal da Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1816/codInterno/20485>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>.

BRASIL. Portal Educacional. A Internet na Educação. Disponível em: <<http://pessoal.educacional.com.br/up/4770001/1306260/t138.asp>>.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=6141>.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=1946>.

BRASIL. Disponível em: <www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STP_073_523_11047.pdf>.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. 2. reimpressão. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BROWN, Lester R. **Eco-economia**: construindo uma economia para a terra. Salvador: UMA, 2003. 368 p.

CAMARGO, A. M. M. P.; CAMARGO FILHO, W. P.; CAMARGO, F. P.; ALVES, H. S. Produção em agropecuária orgânica: considerações sobre o quadro atual. *In* : **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 34, n. 07, Jul. 2004, p. 21 – 27. Disponível em : <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/tec2-0704.pdf>>.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 18, n. 03, p. 69 – 101, set./dez. 2001.

CAPORAL, F. R. **La Extensión Agraria del Sector Público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul - Brasil, 1998. Tese (Doutorado em Agroecologia, Campesinado e Historia), Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARSON, Rachel L. **Primavera silenciosa**. Barcelona: A & M Gràfic – Santa Perpètua de Mogoda, 2005.

CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de; PIRES, Sanyo Drummond. Para além dos aspectos econômicos da economia solidária. *In*: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUSAKU, Regina Yonoco (Orgs.) **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 189 – 228.

CASALINHO, Helvio Debli; MARTINS, Sergio Roberto. Qualidade do solo como indicador de sustentabilidade em agroecossistemas: avaliações integrando os conhecimentos acadêmico e não-acadêmico. *In*: **Agroecologia: conquistando a soberania alimentar**. Pelotas: Emater/RS – Ascar, Porto Alegre, 2004.

Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. CAPA. ONG. Erexim, RS. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/site/content/nucleos/index.php>>.

Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. CAPA. ONG. Erexim, RS. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/site/content/atividades/index.php>>.

COSTA, Nilson do Rosário. **Políticas Públicas, Justiça Distributiva e Inovação: saúde e saneamento na agenda social.** São Paulo: Hucitec, 1998.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E.; Transição agroecológica e ação social coletiva. *In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.* v. 1, n. 4, out/dez. p. 50 – 60. Porto Alegre: EMATER – RS, 2000.

COSTA GOMES, João Carlos; BORBA, Marcos. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. *In: Ciência e Ambiente.* Santa Maria/RS: UFSM, v. 29, n.1, p. 5 – 14. ed. de julho/dezembro 2004.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade: a dinâmica da Economia Solidária em quatro cidades do Mercosul.** 2006. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. Políticas Públicas para a Economia Solidária: fronteira entre política social e política para o desenvolvimento local. *Revista Sociedade em Debate*, v. 12. n. 1. Jun., 2006. p. 117 – 138.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. *In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUSAKU, Regina Yoneco (Orgs.) Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária.* São Paulo: Contexto, 2003. p. 45 – 72.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. *In: AGUIAR, Danilo Rolim Dias de; PINHO, José Benedito (Eds.). O Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas.* Vol. II. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 1998, p. 635 – 45.

DEMETERCO NETO, Antenor; SANTOS, Francisco Dionísio Alpendre dos; NAGEM, Julio Vinicius Guerra. Estado e desenvolvimento sustentável: o problema da aplicabilidade das normas constitucionais. In: Cristian Silva. **Desenvolvimento sustentável**, 2006. p. 65 – 88.

EHLERS, Eduardo M. **O que se entende por agricultura sustentável?** 1994. Tese (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação. FEA/USP, São Paulo.

Estatuto da associação Arpa-Sul, 1995.

Estatuto Interno da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Ecológicos Ltda., 2001.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil. Chapecó, SC. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=270&Itemid=104>.

Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM/WILLER & YUSSEFI), 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Século XXI. 3a. versão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128 p.

FLORES, Murilo. Desenvolvimento local: um caminho para o novo mundo rural. In: AGUIAR, Danilo Rolim Dias de; PINHO, José Benedito (Editores). **O Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. vol. I. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 1998, p. 187 – 193.

FOLHA DE SÃO PAULO. Folha Online. São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u448306.shtml> + <<http://www.ipea.gov.br/Destaques/livroradar/03.renda.pdf>>.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. rev. e ampl. por Júnia Lessa FRANÇA; Ana Cristina de VASCONCELLOS. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**. Rio de Janeiro – Brasil. v. 37, n. 1, 2003. p. 11 – 31.

FRANKE, W. Aspectos Jurídicos decorrentes da conceituação da cooperativa como extensão das economias cooperativadas. *In: Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, n. 12, 1982. p. 11 – 46.

GAIGER, Luiz Inácio. As emancipações no presente e no futuro. *In: GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Pri-4.htm>.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável, Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOHN, M. G. M. Capítulo I. Políticas Públicas e Participação Social na Construção das Agendas Mundiais de Políticas Sociais. *In: OLIVEIRA, Adão Francisco de; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do (Orgs.); CHAVES, Sandra Isabel (Col.) Cidades sustentáveis: políticas públicas para o desenvolvimento*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006, p. 13 – 27.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HESPANHOL, Rosângela A. P. de Medeiros. Perspectivas da agricultura sustentável no Brasil. **Revista Franco-Brasileira de Geografia/CONFINS**, v. 02, p. 1 – 15, 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/sommaire1103.html>>.

HEWITT, C. **La modernización de la agricultura mexicana**: implicaciones socioeconómicas del cambio tecnológico, 1940 – 1970. México: Siglo XXI, 1978.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**: o Breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HowStuffWorks. Como funciona a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Disponível em: <<http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/pnad3.htm>>.

IVO, Anete Brito Leal. A reconversão do social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado. *In*: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: São Paulo Editora. v. 18, n. 2, 2004. p. 57 – 67.

JARA, Carlos J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**: Um processo em Construção. In: Brasília. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA): Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998. 316p.

JESUS, Paulo de; RIOS, Gilvando Sá Leitão; SOARES, Guilherme José de Vasconcelos; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. Introdução ao estudo da economia solidária em Pernambuco. *In*: GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

JORNAL AGROSOFT. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/agropag/100662.htm>>.

KOLLING, Edgar J. ; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. (Org). **A educação no campo**: identidade e políticas públicas. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo n. 4). Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOVELOCK, James. **Gaia**: cura para um planeta doente. São Paulo: Cultrix, 2006.

MACHADO, Carlos Borges; SANTOS, SOLIDIA Elizabeth dos; SOUZA, Tânia Cristina de. A sustentabilidade ambiental em questão. *In*: Christian Luiz da SILVA (Org.) **Desenvolvimento sustentável**. Um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 123 – 34.

MAZZOLENI, Eduardo Mello; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RER)**. Rio de Janeiro, vol. 44, n. 2, p. 263 – 293, abr./jun., 2006. p. 268. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n2/a06v44n2.pdf>>.

MEDEIROS, Marcelo . **Princípios de justiça na alocação de recursos em saúde**. Rio de Janeiro. (Pub. Seriada: Texto para Discussão, IPEA 687), 1999. Disponível em: <<http://www.cipedya.com/web/FileDetails.aspx?IDFile=101033>>.

MELO, Fernando Homem de. Construindo uma nova política agrícola. **XLIV Congresso da SOBER** (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). Fortaleza, Ceará. 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://sober.org.br/conteudo.php?item_menu_id=6&mostra_congresso_realizado=1&id_realizado=3>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec, 2006.

NETO, Antenor Demeterco; SANTOS, Francisco Dionísio Alpendre dos; NAGEM, Julio Vinicius Guerra. Estado e desenvolvimento sustentável: o problema da aplicabilidade das normas constitucionais. *In*: Christian Luiz da SILVA (Org.) **Desenvolvimento sustentável**. Um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 65 – 88.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. Significado e inferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. *In*: GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Portal nacional. Seguros, Saúde, Info & Ti. JCT – ME. Santos, SP. Disponível em:

<http://www.segs.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8498&Itemid=157>.

Política Nacional de Ater, MDA/SAF/DATER, 2004.

Portal vertical. São Paulo. Disponível em:
<<http://www.planetaorganico.com.br/FAO-07.htm>>.

Portal vertical. São Paulo. Disponível em:
<<http://www.planetaorganico.com.br/histaorg1.htm>>.

Portal vertical. São Paulo. Disponível em:
<<http://www.planetaorganico.com.br/trabduro1t.htm>>.

Portal vertical. São Paulo. Disponível em :
<<http://www.planetaorganico.com.br/trabfern2.htm>>.

REVISTA **AMANHÃ**. Gestão, Economia e Negócios. Porto Alegre, RS. Disponível em: <<http://www.amanha.com.br>>.

Revista **Novo Conhec**er. vol. V. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1977. p. 913 – 1216.

Revista **SEBRAE Agronegócios**. n. 8, abr 2008. p. 12. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/noticias/destaque-4/arquivos/agronegocios.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2008.

Revista **Sociedade em Debate. Universidade Católica de Pelotas**, Mestrado em Política Social. Escola de Serviço Social, 2006.

Revista **VEJA**. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/200900/p_050.html>.

RTS – Rede de Tecnologia Social. Revista **SEBRAE Agronegócios**. n. 8, abr 2008. p. 12. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/noticias/destaque-4/arquivos/agronegocios.pdf>>.

RUFINO, Sandra. O processo produtivo autogestionário: a experiência da cooperativa do sabor. v. 1. *In*: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUSAKU, Regina Yoneco (Orgs.) **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, André F. dos; EICHOLZ, Eberon Diedrich; NEVES, Everton. **Agricultura familiar semente da esperança**. Canguçu: Menestrel, 2006.

SASSAKI, Romeu Kamuzi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SATURNINO, Helvecio Mattana. O Plantio Direto como Promotor da Qualidade Ambiental e Prosperidade na Agricultura (p. 105). *In*: AGUIAR, Danilo Rolim Dias de; PINHO, José Benedito (Ed.). **O Agronegócio Brasileiro**: Desafios e Perspectivas. Vol. I. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 1998. p. 105 – 15.

Secretaria da Agricultura Familiar. Agosto de 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/126/codInterno/1169>>.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, José Graziano da. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. *In*: AGUIAR, Danilo Rolim Dias de; PINHO, José Benedito (Eds.). **O Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Vol. I. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 1998. p. 117 – 42.

SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. *In*: **Revista Proposta**. São Paulo: FASE, ano 26, n. 72. mar./maio, p. 6 – 13, 1997.

SINGER, Paul. **Cooperativismo e sindicatos no Brasil**. Trabalho apresentado no Seminário Nacional sobre Economia Solidária promovido pela Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, de 24 a 25 set. 1999.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Capítulo 1: A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81 – 129.

Sociedade Brasileira de Economia , Administração e Sociologia Rural. SOBER. Brasília. Disponível em: <<http://www.sober.org.br>> e <<http://www.planejamento.gov.br>>.

SOUZA, André Ricardo de. O processo produtivo autogestionário: a experiência da cooperativa do sabor. v. 1, p. 255 - 267. *In*: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUSAKU, Regina Yoneco (Orgs.) **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. 2. ed. São Paulo: Futura, 2002.

SZIMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**. v. XXIII, n. 71. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

TENERELLI, Ademir; SILVA, Dulcileni Gonçalves Ferreira da; PAIVA, Emilio Carlos de Castro. A educação e sua contribuição na garantia de sustentabilidade no processo de desenvolvimento. *In*: Christian Luiz da SILVA (Org.) **Desenvolvimento sustentável**. Um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 103 – 21.

TOLEDO, Vitor M. **Agroecologia**. Sustentabilidade y reforma agrária. Porto Alegre: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 3, n. 2, jun, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu. Canguçu, RS. Disponível em: <<http://www.unaic.com.br>>.

Vade Mecum. Obra coletiva de PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia. 6. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Rural: O Brasil Precisa de Um Projeto. *In*: AGUIAR, Danilo Rolim Dias de; PINHO, José Benedito (Ed.). **O Agronegócio Brasileiro**: Desafios e Perspectivas. Vol. I. Brasília: SOBER, 1998. p. 153 – 86.

VEIGA, José Eli da. Agricultura. *In*: TRIGUEIRO, André (Coord). **Meio Ambiente no Século XXI**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p 199 – 213. Disponível em: <http://bdtd.ufal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=337>.

VIEITEZ, Candido Giraldez; NAKANO, Marilena. A economia solidária no Estado de São Paulo e os diferentes tipos de empreendimentos. *In*: GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VILAS BOAS, Sergio. **Formação & informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

WANDERLEY, Maria de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil, p. 35. *In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente***, n. 2, p. 29 – 37, jul/dez 2000. Curitiba: Editora da UFPR.

YAZBEK, M. C. **O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva. v. 18, n. 2/jun, 2004. p. 104-112.

ANEXO 1

Tópicos para a entrevista

1. Investigar detalhes do surgimento das organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos, como se desenvolveram, quem eram seus integrantes, sua história, sua formação, desenvolvimento da produção agroecológica e problemas enfrentados;
2. Perspectivas das organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos e a existência de projetos;
3. Políticas e programas de governo que são acessados pelos agricultores familiares agroecológicos;
4. Motivos do sucesso das organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos;
5. Forma com que os dirigentes das organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos lidam com as experiências anteriores vivenciadas por estas;
6. Relação das organizações solidárias de agricultores familiares agroecológicos com os organismos e instituições do governo;
7. Existência de paternalismo e clientelismo na gestão atual das organizações solidárias de agricultores familiares agroecológicos;
8. Grau de preocupação das organizações solidárias de agricultores familiares agroecológicos com a organização dos seus cooperados visando à obtenção de um melhor resultado econômico de suas atividades;
9. Visão das organizações solidárias de agricultores familiares agroecológicos sobre a competitividade;
10. Preocupação das organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos com o processo de certificação dos produtos ecológicos;

11. Forma com que as organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos lidam com a questão das demandas dos seus cooperados (insumos, equipamentos agrícolas, etc.);
12. Ações que são desenvolvidas pelas organizações de economia solidária de agricultores familiares agroecológicos com o intuito de fomentar o consumo agroecológico na região de Pelotas; e
13. O acesso à assistência e à capacitação técnica pelos agricultores agroecológicos por serem cooperados ou associados.

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

Termo de Consentimento Livre e Informado

Eu, _____, RG n.º _____, declaro que, de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, aceito participar da pesquisa: **O papel das Organizações de Economia Solidária na promoção da sustentabilidade dos Agricultores Familiares Agroecológicos da região de Pelotas**, de autoria da pesquisadora, mestranda GIZELA LEITZKE GOTUZZO, orientada pelo Prof.º Dr.º LUCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA FERNANDES. A Pesquisa visa conhecer de que forma as cooperativas e associações de agricultores familiares, conseguem viabilizar a atividade destes, cuja produção é de base ecológica, na região de Pelotas.

Autorizo, assim, o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado, parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações a partir da presente data.

Caso não esteja de acordo com alguma pergunta da entrevista, poderei interrompê-la a qualquer momento que julgar necessário não sendo obrigado a respondê-la.

Declaro, portanto, que estou ciente e de acordo com os procedimentos da pesquisa, contribuindo para sua efetivação.

_____, _____ de _____ de 2009.

entrevistado (a)

GIZELA LEITZKE GOTUZZO
(pesquisadora mestranda)